

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

LUCIANA TOURINHO PRATA

“Do quartel pra dentro”:

Hierarquia e Machismo nos cursos de formação na Polícia Militar do Estado de Sergipe.

São Cristóvão
2023

LUCIANA TOURINHO PRATA

“Do quartel pra dentro”:

Hierarquia e Machismo nos cursos de formação na Polícia Militar do Estado de Sergipe.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, no âmbito do Mestrado Acadêmico em Antropologia Social – linha de pesquisa: Relações de Poder, Política e Sociedade Contemporânea – como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Antropologia, sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Leal Esteves.

São Cristóvão
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P912d Prata, Luciana Tourinho
“Do quartel pra dentro” : hierarquia e machismo nos cursos de formação na Polícia Militar de Estado de Sergipe / Luciana Tourinho Prata ; orientador Leonardo Leal Esteves. – São Cristóvão, SE, 2023.
105 f. : il.

Dissertação (mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Antropologia. 2. Policiais militares – Mulheres - Treinamento. 3. Sergipe, Polícia Militar. 4. Machismo. 5. Militarismo. 6. Hierarquias. I. Esteves, Leonardo Leal, orient. II. Título.

CDU 572.029:351.741-055.2

LUCIANA TOURINHO PRATA

“Do quartel pra dentro”:

Hierarquia e Machismo nos cursos de formação na Polícia Militar do Estado de Sergipe.

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela seguinte Comissão Examinadora, no dia ____ de ____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Prof.º Dr.º Leonardo Leal Esteves
– PPGA/UFS

Membro: Prof.º Dr.º Marcos Santana de Souza – DCS/UFS.

Examinador Titular Externo: Prof.º Dr.º Luiz Eduardo Pinheiro Sarmiento – PPGA/UFPE.

Às bravas policiais militares do Estado de Sergipe.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto a intersecção entre a hierarquia militar e o machismo nos cursos de formação na Polícia Militar do Estado de Sergipe, através do relato das experiências vividas pelas policiais militares. De modo particular, procuro analisar as percepções das policiais militares acerca de variados processos de subordinação hierárquica e de gênero a que elas costumam ser submetidas durante os cursos de formação e aperfeiçoamento da carreira no âmbito de uma instituição militar. Os cursos de formação e aperfeiçoamento, neste sentido, são analisados como rituais de passagem, necessários para incorporar o que autores como Celso Castro chamam de “Ethos do Guerreiro”, além de se constituir, do ponto de vista analítico, como uma espécie de microcosmo por meio do qual podemos entender aspectos importantes em torno das relações de gênero na Polícia Militar. Para isso, tomo como referência aquilo que Donna Haraway chama de “saberes localizados”. Em outras palavras, a partir de minha própria vivência como mulher e integrante da Polícia Militar do estado de Sergipe, procuro estabelecer um diálogo com as minhas interlocutoras e compreender experiências que compartilhamos dentro da caserna. Ao longo da pesquisa fiz uso da autoetnografia e de interlocução com integrantes da corporação da qual participo. Acredito que se essa perspectiva não é suficiente para dar conta de toda a complexidade em torno de um tema, ao menos, pode jogar luz sobre aspectos não problematizados por abordagens que se arrogam por trás de uma suposta “objetividade científica” e que se apresentam como saberes desencorpados, desinteressados a qualquer localização geopolítica. Desta maneira, procuro compreender melhor como as relações de poder, hierarquia e machismo são vivenciadas pelas policiais militares “do quartel para dentro”.

Palavras-chave: Machismo, Hierarquia, Militarismo, Polícia Militar, Rituais.

ABSTRACT

The present dissertation has as its object the intersection between military authority and Chauvinist Male in the training courses of the Military Police of the State of Sergipe, through the report of the experiences lived by the military police. I try to analyze military waits regarding various processes of hierarchical and gender subordination to which they tend to be attended during training and career improvement courses within a military institution. Training and improvement courses, in this sense, are analyzed as rites of passage, necessary to incorporate what authors such as Celso Castro call the “Ethos of the Warrior”, in addition to constituting, from the analytical point of view, as a kind of microcosm through which we can understand important aspects around gender relations in the Military Police. For this, I refer to what Donna Haraway calls “localized knowledge”. In other words, from my own experience as a woman and member of the Military Police of the State of Sergipe, I try to establish a dialogue with my interlocutors and understand experiences that we share inside the barracks. Throughout the research I used autoethnography and dialogue with members of the corporation in which I participate. I believe that if this perspective is not enough to account for all the complexity surrounding a topic, but at least it can shed light on aspects not problematized by approaches that claim to be behind a supposed “scientific objectivity” and that present themselves as localized knowledge, disinterested to any geopolitical location. In this way, I try to better understand how the relations of power, authority and machismo are experienced by the military police “from the barracks to the inside”.

Keywords: Chauvinist Male, Hierarchy, Militarism, Military Police, Rituals.

AGRADECIMENTOS

Ao Amor de Deus, que sustenta minha alma.

Aos meus avós, Maria da Conceição (vovó Ceça) e Paulo (*in memoriam*)

Aos meus pais, Maria Auxiliadora e Antônio, e aos meus filhos Pedro e Tiago por me ensinarem mais do que todos os livros que já pude ler ao longo da vida.

Ao meu companheiro, Marcos, que me apoiou e nunca soltou minha mão!

Agradeço ao meu irmão, Diego, pelo apoio, as minhas amigas e irmãs de alma Kátia e Patrícia pela amizade e lealdade, e a Chrystiane pela presença acolhedora na minha trajetória.

Agradeço ao meu orientador/amigo Prof. Dr. Leonardo Leal Esteves, que é a materialização da palavra “mestre” o senhor me ensinou de muitas formas, mais que um orientador, o senhor confiou em mim desde 2017, e nunca permitiu que eu desistisse, obrigada!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFS, em especial a Professora Dra. Patrícia Rosalba, por contribuir na minha trajetória acadêmica e indicar as primeiras leituras feministas, um caminho sem volta, com certeza! Obrigada!

Agradeço ao Professor Dr. Marcos Santana de Souza pela gentileza e disponibilidade de sempre.

Agradeço ao Professor Dr. Luiz Eduardo Pinheiro Sarmiento do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, pela gentileza e disponibilidade em contribuir na minha trajetória acadêmica através de suas observações como examinador externo desta dissertação de mestrado.

Agradeço ao servidor federal Bergson, por estar sempre solícito e comprometido com as demandas dos mestrandos em Antropologia, gratidão por tudo!

Agradeço aos meus colegas de mestrado da turma de 2021, pela parceria e amizade ao longo desses dois anos.

Finalmente, agradeço às policiais militares entrevistadas, e parabênizo pela coragem, NÃO SE CALEM!

SUMÁRIO

Introdução	10
1.0. O Mosaico do Poder na Caserna: pelo olhar de uma pesquisadora nativa ...	21
1.1. A caserna como Instituição Total.....	22
1.2. As mulheres na Polícia Militar	36
1.3. Uma policial pesquisadora e o saber localizado	44
2.0. Os Rituais militares e a formação do <i>ethos</i> guerreiro	61
2.1. Os ritos de passagem como recurso etnográfico	61
2.2. A Polícia Militar de Sergipe e seu legado institucional	64
2.3. As disciplinas militares e a formação do <i>ethos</i> da guerreira	67
3.0. A hierarquia militar como instrumento de opressão machista	75
3.1. O Ingresso: “A palavra convence, mas o exemplo arrasta”	78
3.2. A incorporação do “ <i>ethos</i> ” da guerreira.....	93
3.3. Do quartel pra fora.....	97
Considerações Finais	102
Referências Bibliográficas	104

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BI	Boletim Interno
BOPE	Batalhões de Operações Especiais
BPRP	Batalhão de Rádio Patrulhamento
BPTur	Batalhão de Policiamento Turístico
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CCSV	Companhia de Comandos e Serviços
CFC	Curso de Formação de Cabo
CFSd	Curso de Formação de Soldados
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CHO	Curso de Habilitação de Oficiais
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CAO	Curso de Habilitação de Oficiais
CSP	Curso Superior de Polícia
CPM	Código Penal Militar
CPPM	Código de Processo Penal Militar
PMSE	Polícia Militar do Estado de Sergipe
QCG	Quartel do Comando Geral
QOPM	Quadro Oficiais da Polícia Militar
QOAPM	Quadro de Oficiais Administrativos da Polícia Militar
QPMP-0	Quadro de Praças da Polícia Militar
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército

Introdução

A presente dissertação tem como objeto a intersecção entre a hierarquia militar e o machismo nos cursos de formação na Polícia Militar do Estado de Sergipe, através das representações e experiências vividas pelas policiais militares. De modo particular, como pesquisadora nativa, procuro analisar as percepções das policiais militares acerca dos variados processos de subordinação hierárquica e de gênero a que costumam ser submetidas, especialmente durante os cursos de formação e aperfeiçoamento da carreira no âmbito de uma organização militar que compõe às forças de Segurança Pública.

Meu ingresso na Polícia Militar de Sergipe se deu através de concurso público, em meados do ano de 2002, e nesses vinte e um anos de caserna, trabalhei em diversas unidades e batalhões tanto na área administrativa quanto em unidades operacionais.

Lembro que meu curso de formação e soldados durou cerca de aproximadamente nove meses, hoje rememorando essas primeiras vivências na caserna, tenho o sentimento de ter passado por uma “gestação institucional”, como se tudo o que eu vivi até agora, contribuiu para minha percepção enquanto policial, sendo uma fase de transformação, de passagem para uma nova realidade, até então desconhecida por mim.

Finalmente, depois de “passar a pronto” termo militar que significa terminar o curso a contar da data de publicação da Ata de encerramento das atividades acadêmicas, iniciei numa carreira onde a virilidade e a masculinidade são elementos dominantes para a sobrevivência na caserna.

A formação como soldado se amparava numa dupla jornada, que incluía o estudo no Centro de Formação de Praças e o trabalho operacional em eventos, na guarda dos quartéis, e operações nas ruas de Aracaju. Consultando minhas memórias, lembro da sensação de alegria por ter terminado o curso, somado ao medo do que estava por vir na minha carreira.

Quando finalmente atravessassei o portão da guarda do CFAP e passei pelos muros de parede grossas, e à época sem uma cor definida, pela ação do tempo e umidade, paredes muito manchadas pela poeira no Centro de Formação de Praças (CFAP), que até hoje está localizado no bairro América, na cidade de Aracaju, na parte inferior de um morro que no passado abrigou o Presídio de Aracaju, e tive a nítida impressão que havia travessado um “portal” para um outro universo, onde minha vida mudaria para sempre, e as minhas vontades pessoais a partir daquele momento estariam sob o controle e desejos de outras pessoas.

Naquele momento de fechamento de um ciclo, com o encerramento do curso de formação, eu havia deixado de ser um nome, do quartel pra fora, e passei a ser um número, do quartel pra dentro, agora que eu havia terminado um curso era um nome e um número, mas escolhido por um outro alguém, que foi responsável por minha formação e mutação, de um “ser civil” para um ser isomorfo e depois para um “ser militar”, eu ainda permanecia sendo Luciana, porém dali em diante eu não seria mais a mesma.

Creio ser importante ressaltar, que os cursos da carreira militar são exemplos de rituais de iniciação e passagem, pois são constituídos de diversos elementos, como: cerimônias, cânticos, símbolos e signos, que moldam, afirmam tradições, controlam o indivíduo e transformam o civil em um militar, de forma sutil, sensorial, gradativa, cognitiva e até imperceptível a percepção de quem passa pela experiência, através da formação do *ethos guerreiro*, conforme Celso Castro (1990), além de servir para o aperfeiçoamento e controle do indivíduo, por consequência dos diversos sistemas de dominação.

A cultura militar se torna um traço da personalidade daquele indivíduo, e estará presente durante toda a carreira policial, sejam nas relações pessoais com sua família e amigos, ou nos locais que frequenta, e no próprio ambiente de trabalho, seja num quartel ou dentro de uma viatura policial, pois há um novo modo de enxergar os outros a sua volta, até a percepção aguçada do perigo mediato num determinado evento cotidiano, as consequências da vivência num ambiente militar só acabam com o toque fúnebre da corneta, durante o próprio funeral.

A nova realidade impõe ao “ex-civil”, um controle rigoroso das vontades, onde o indivíduo está sendo mantido cerceado da vida externa, imerso numa instituição onde um corpo administrativo é responsável por doutrinar e gerir tudo que antes vinha de uma percepção individual, nesses termos ratifico muito daquilo que o pesquisador

Erving Goffman (1974) descreveu em seus estudos sobre Instituição Total, e o quanto se aplica a vivência nos quartéis.

Os cursos de formação e aperfeiçoamento, são espécies de ritos de iniciação necessários para incorporar e reforçar doutrinas, ideologias, tradições, próprias daquele ambiente, o que pesquisadores pioneiros no campo da Antropologia Militar, como o professor Doutor em Ciências Sociais Celso Castro (1990) chama de *ethos do guerreiro*.

A construção da doutrina militar se constitui do ponto de vista analítico, como uma espécie de microcosmo ou “moldura”, no sentido atribuído por Mariza Peirano (2003), isso permite ao pesquisador entender aspectos importantes em torno da intersecção entre elementos sociais das relações hierárquicas nas Forças Armadas e as relações de gênero no âmbito interno das polícias.

Ao longo da carreira de um policial militar, que dura em torno de 30 anos que o tempo mínimo para a solicitação da reserva remunerada que é a “aposentadoria” do policial, é possível que algumas vivências possam ser compreendidas em profundidade por aqueles que passaram pelas mesmas situações, por isso o olhar de uma pesquisadora na caserna é filtrado pela junção dos seus referenciais teóricos e os métodos de pesquisa, mesmo sabendo que a experiência particular não é totalmente dissociada, pois ela está ali presente nos diálogos, nas descrições, no campo e serve como um “norte” na narrativa na pesquisa.

Após concluírem o curso de formação, seja o Curso de formação de soldados (CFSd) ou o Curso de formação de Oficiais (CFO), os policiais aprendem sobre como devem desenvolver na realidade do trabalho ostensivo, aprendem o que é ser um policial fora dos muros dos centros de ensino. Tudo que foi ensinado no curso servirá como um aliado, alterando o modo de falar do indivíduo que passa a ter uma comunicação própria com os outros membros do grupo, falando por códigos a partir da apreensão de novas palavras e jargões próprios militares, já no gestual sua postura será sempre muito séria enquanto estiver em serviço.

Durante a carreira o policial passará por cursos de aperfeiçoamento, seja com a finalidade de aprimorar o seu conhecimento, e alcançar a progressão na carreira, como soldado após em média 06 anos fará o Curso de Formação de Cabos (CFC), com 8 a 10 anos fará o Curso de Formação de Sargentos (CFS), com em média 25 ou 27 anos de Curso de Habilitação de Oficiais do Quadro Administrativo (CHOA) e nesse momento irá migrar do quadro de praças QPMP-0 para o quadro de Oficiais do

quadro administrativo (QOAPM), e nesse quadro específico a maior patente é a de Major, não sendo possível alcançar a patente de Tenente Coronel ou Coronel pois essa prerrogativa só cabe aos oficiais de academia (QOPM).

Caso uma pessoa queira entrar no Quadro de Oficiais Combatentes (QOPM), deverá prestar concurso público específico para o quadro QOPM e fazer o Curso de Formação de Oficiais (CFO), durante o curso é considerado um agente público estadual, ao contrário de outros concursos na área de segurança pública, onde o curso é uma etapa de ingresso na função pública, o aluno-oficial ou cadete já faz parte da corporação e caso cometa alguma transgressão ou crime, só poderá ser excluído a bem da disciplina após o devido Processo Administrativo (PAAD), sendo resguardada todas as garantias constitucionais.

No Estado de Sergipe, desde o ano de 2018 o Curso de Formação de Oficiais (CFO-PMSE) têm a duração de dois anos, antes eram exigidos 04 anos, é exigido a formação anterior no Bacharelado em Direito. Para prosseguir na carreira e ser promovido nas patentes superiores (Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel) o aluno-oficial terá ainda de fazer o Curso de Habilitação de Oficiais (CAO) e o Curso Superior de Polícia (CSP), sendo este último um dos requisitos para a promoção ao último posto, para ser Coronel também é necessário a indicação do chefe do Executivo Estadual, a promoção é por critério de “merecimento”.

O modelo de ensino militar é baseado numa dupla jornada de estudo e trabalho, ambos importantes para a preparação da função no cargo público, tanto o estudo quanto o trabalho estão alicerçados nos Princípios da Disciplina e Hierarquia Militar.

Considero que o trabalho durante o período do curso de formação é algo que unifica e disciplina nessa fase inicial dentro da organização militar, pois as experiências vividas no estágio alteram as percepções do indivíduo e norteiam o modelo de controle individual e coletivo da tropa no que tange aos variados processos de subordinação e influenciam diretamente nas relações de gênero entre homens e mulheres durante a carreira.

Rememorando as minhas vivências enquanto aluna no curso de formação de soldado (CFSd), percebo que eu e minhas colegas de turma no pelotão/turma de 50 alunos, em meados de 2002, éramos “treinadas” para não questionar nada, nenhuma violência ou constrangimento causado por nossos superiores, ordens impostas a todo tempo, juntamente com a necessidade de nos submeter às ordens, e as diversas

relações de poder, exercidas por militares homens e mulheres que eventualmente ocupavam posições superiores às nossas dentro da caserna.

Além disso, era perceptível a banalidade com que os Oficiais (masculinos e femininos) que comandavam à época na Polícia Militar de Sergipe tratavam os casos de violência de gênero denunciados pelas policiais.

As punições à possíveis casos de agressões e violências de gênero por exemplo, até onde pude ter conhecimento, na maioria dos casos não passavam de meras repreensões, ou anotações na ficha disciplinar do agressor, ou outras sanções mais brandas que eram “abafadas” do conhecimento do público em geral.

Inicialmente tive acesso a algumas dessas informações através de desabafos de colegas, ou acabávamos sabendo de alguma forma, sejam por boatos, conversas informais, pois esses “assuntos” não deviam “manchar” a imagem Institucional.

A falta de apuração dos casos de violência de gênero dentro da instituição era muitas vezes algo previsível, e corroborava com uma diminuição gradativa de denúncias, a certeza da impunidade fazia com que os agressores cometessem cada vez mais violências, até onde puder ter conhecimento, através da análise de Boletins Gerais e documentos que chegavam a mim durante o período em que trabalhei na área administrativa com processos judiciais, percebi então que os assédios ocorriam em maior número ainda durante os cursos de formação da carreira, afetando as militares de graduações mais baixas como as de soldados, cabos e sargentos.

Os assédios não se limitavam as graduações mais baixas, pois ocasionalmente presenciei as Oficiais Femininas também sendo vítimas de assédios morais, como tendo suas falas constantemente interrompidas ou impedidas de falar de forma agressiva durante reuniões e algumas vezes estando a frente da tropa, comandando uma operação em algum evento externo.

Nestes termos, outro fato que chama a atenção é que até o ano vigente percebo que são poucos os espaços de liderança feminina na PMSE, sejam em funções como Comandantes de Batalhões, ou mulheres na função organizacional com patente de Coronel-PM, apesar de um crescimento gradativo no efetivo funcional da presença de mulheres na Polícia Militar de Sergipe principalmente nos últimos quatro anos.

A chefia de um Batalhão por uma mulher Oficial é algo muito recente na PMSE, iniciou no ano de 2022, atualmente existem dois casos até o fechamento dessa dissertação, uma Major QOPM sendo comandante do Quinto Batalhão da PM/SE que fica localizado na região denominada de “Grande Aracaju”, especificamente no

Município de Nossa Senhora do Socorro, e mais recentemente uma Tenente-Coronel no Batalhão de Policiamento Turístico (BPTur) que fica na Orla de Atalaia também na capital do Estado de Sergipe.

A grande maioria das policiais femininas permanecem em sua grande maioria, com atividades consideradas menos relevantes por alguns membros da corporação, inclusive por outras PFems que trabalham na atividade operacional e/ou ostensiva, atividades que exigem uma postura de virilidade e masculinidade, elas estarão sempre com fisionomias sérias e com posturas físicas tidas como “masculinas”.

A grande parcela do efetivo feminino da PMSE trabalha em locais de cunho assistencialista, hospitalar ou no trabalho administrativo, apesar desse cenário está sendo alterado gradativamente com o tempo, no entanto, ainda compete em grande parcela aos homens a designação do trabalho operacional.

A mulher ainda é considerada como fisicamente mais fraca em relação aos homens, mais sensíveis e que devem ser tratadas com pudor em virtude do gênero, geralmente são relacionadas a maternidade e por isso devem ser “protegidas” pelo homem, àquele que naturalmente possui o *ethos guerreiro* (Celso Castro, 1990), algo que explica muitas policiais adotarem uma postura mais masculina, exatamente para serem acolhidas pelos colegas em unidades que desempenham a atividade ostensiva.

“Do quartel pra dentro” temos um cotidiano muitas vezes não conhecido pelo público civil, onde os segredos e controles funcionam através das relações de poder existentes no âmbito interno e reforçadas por políticas externas, essas informações devem se manter restritas, inclusive como uma forma de manter o elo uns com os outros durante o serviço ou fora dele.

Essas relações de poder internas refletem o comportamento e condutas externas, se temos uma sociedade adoecida, também temos uma Força Armada adoecida, pois os homens e mulheres que ingressam nas instituições advém dessa sociedade, por isso somos o reflexo dos efeitos devastadores externos, sejam de mazelas históricas e de sistemas que excluem e discriminam os indivíduos.

Vale salientar que a lógica do segredo e suas consequências no trabalho prestado por homens e mulheres dentro dos quartéis, reflete na atividade externa da polícia, uma vez que uma militar adoecida e psicologicamente transtornada pelo frequente assédio vivido na unidade em que trabalha, possui uma sobrecarga mental e física, está abalada na sua psiqué, essa mulher está por um fio, um triste panorama atrelado às péssimas condições de trabalho, como um local salubre para dormir,

tomar banho e comer, que somadas ao constante estado de tensão e alerta do perigo durante o serviço, tende a piorar a condição da mulher re-vitimizada.

O baixo salário pago aos militares de graduações inferiores, aliada a dupla, às vezes tripla jornada que muitas mulheres enfrentam todos os dias, podem contribuir de forma significativa na parte física e mental, ser policial é lidar com questões que afetam a psiquê humana cotidianamente, e conseqüentemente compromete no trabalho desenvolvido por essas mulheres no campo da Segurança Pública.

Nesse norte, uma das conseqüências dessa sobrecarga física e mental levam algumas mulheres a exaustão, e a restrição das atividades externas e noturnas e do porte de arma, por estarem psicologicamente incapazes e fisicamente esgotadas, algo que pude confirmar através de um aumento de publicações de afastamentos dados pela junta médica que faz parte do Hospital da Polícia Militar, através da consulta que fiz nos BGO's durante os anos 2022 até maio de 2023.

Se o adoecimento mental é o “preço” a ser pago por essas policiais, uma vez que os fatos cotidianos dentro do grupo definem “o que ocorre na caserna fica na caserna”, é decorrente do fato que desde a formação nas academias nós mulheres somos “doutrinadas” a entender essa política de silenciamento não escrita, a política do segredo permeia as relações interpartes, ela é tão apreendida que se tomam categoricamente tão tiranas quanto outras instituições na sociedade como a família e a religião.

O ideal hegemônico da família nuclear defendido por muitos indivíduos na sociedade que é baseada nas tradições e ideologias cristã, capitalista, de orientação sexual heteronormativa, nos forçam desde cedo que há “assuntos” que não devem ser mencionados para uma mulher por ser mais sensível e ter dificuldade em guardar segredos, e isso corrobora para manutenção da própria sociedade e das relações de poder que ela engloba, nas Forças Armadas não é diferente.

Se família pode ser em determinados momentos uma instituição acolhedora e segura para o indivíduo, pode ser também uma instituição altamente castradora de direitos e de controle de nossos desejos e violentando nossas vontades. Se neste ideal de família ocidental, somos ensinados a viver a lógica do segredo nas Forças Armadas também somos ensinados a calar sobre abusos que não são percebidos como violências pelos membros do grupo, mas que são extremamente dolorosos na vida daqueles que sofrem, eles refletem na própria percepção sobre si mesmo.

Quando uma policial comunica a seu superior denunciando que estava numa reunião dentro do quartel e seu chefe imediato a mandou imediatamente se calar, porque ali durante aquela reunião só ele deveria falar, sendo que a pessoa que detinha todo o conhecimento das pautas inerentes à reunião seria a policial e não seu chefe imediato, ou seja, algumas vezes quando a mulher fala ela é constantemente interrompida por um homem ou sequer não é ouvida pelos demais policiais, o curioso é que esses fatos não ocorrem quando homens estão no comando.

Esse comportamento machista de “mansplaining” é naturalizado e visto como algo corriqueiro não um assédio, a mulher mesmo tendo a garantia constitucional de se expressar livremente, por conta do status de poder do homem na instituição a policial disciplinada desde o curso de formação a falar quando é autorizada, ou permanecer calada, e caso ela reclame leve à frente a denúncia do constante assédio moral será taxada como “louca”, “indisciplinada”, “uma policial problemática”, e transferida de unidade para unidade, vi esse fato ocorrer diversas vezes dentro das unidades/batalhões nos quais fiz parte durante a carreira.

A lógica do segredo também funciona como uma forma de dar coesão aos militares, pois de certa maneira é visto como sentimento de lealdade dentro do grupo, o que acontece no quartel fica no quartel, e aquele policial que divulga os “segredos institucionais” é visto como um traidor, será segregado do grupo e carregará esse estigma durante seu tempo de serviços na PMSE.

O segredo se aplica também na não divulgação sobre possíveis abusos e assédios cometidos durante o serviço no ambiente interno dos quartéis, em viaturas, ou nas ruas durante os policiamentos ostensivos, sejam eles praticados por homens ou até por outras mulheres, além disso, são considerados como fatos comuns durante rituais militares, fenômenos de discriminações “costumeiramente” aceitas que incluem algumas vezes elementos discriminatórios machistas, sexistas, racistas, homofóbicos e são vistos como algo que faz parte das regras do jogo, ele une os participantes daquela unidade militar, ou estigmatizam o indivíduo durante sua carreira.

Essas práticas citadas anteriormente resultam algumas vezes na política da invisibilidade das violências e que possivelmente contribuem na naturalização de assédios e violências que são vivenciados por mulheres todos os dias, silenciosamente dentro das Policiais Militares Estaduais e demais instituições ligadas as Forças Armadas no Brasil, não é um fenômeno exclusivo a PMSE, de certa forma faz parte da cultura militar como um todo.

Saliento ainda que o tema que investigo aqui não é algo inteiramente pioneiro, pois existem diversos estudos e pesquisas sobre militarismo e gênero, ou sobre a inserção de mulheres nesse universo militar, trabalhos de Celso Castro (1990), Piero Leiner (2009), Marcos Santana (2014), Élide Damasceno (2014), dentre outros, sendo a última pesquisadora, inclusive, uma policial militar da ativa. Portanto procuro nessa pesquisa ampliar o debate acadêmico sobre este campo, refletindo a partir daquilo que Donna Haraway (2009) chama de "*Saberes localizados*".

Conforme Haraway (2009), os "*Saberes localizados*" não implicam necessariamente numa visão privilegiada ou mais "objetiva" acerca de um determinado tema, mas uma espécie de perspectiva que, se não é suficiente para dar conta de toda a complexidade em torno de um tema, ao menos, pode jogar luz sobre aspectos não problematizados por abordagens que se arrogam por trás de uma suposta "objetividade científica" e que se apresentam como saberes desencorpados, desinteressados a qualquer localização geopolítica.

Nas palavras da autora:

Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas, pós-industriais, militarizadas, racistas e dominadas pelos homens [...]. Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados (HARAWAY, 2009, p. 18).

Partindo desses "saberes localizados", busquei realizar, entre o período de mestrado 2021 até 2023 entrevistas direcionadas e conversas informais com colegas homens e mulheres da corporação, além de observações de campo, análise de documentos referentes a diversos cursos de formação, e um estudo através da atual divisão de patentes estabelecida entre os homens e mulheres que integram a Polícia Militar de Sergipe.

Realizei a autoetnografia tomando minhas experiências como pesquisadora nativa como referência, não como uma forma de compreender as vivências de outras mulheres a partir das minhas, mas de construir uma linha de pesquisa, problematizando determinados aspectos que percebi não terem sido tão discutidos em outros trabalhos no campo da Antropologia.

As instituições ligadas as Forças Armadas ainda possuem uma resistência latente sobre a pesquisa acadêmica no âmbito interno de suas instalações, e compreendo que vai além de um contexto histórico da Ditadura na década de 1960, ou a manutenção da imagem institucional, as Forças Armadas ainda preferem manter seus segredos guardados nos seus arquivos, entre muros e paredes grossas, protegidas do público externo.

De qualquer modo, essa pesquisa não tem o objetivo de criticar ou fazer denúncias, mas de propor uma reflexão sobre o modelo tradicionalmente constituído baseado na hierarquia e disciplina, e o cuidado que a instituição deve ter na condução de seus cursos, na reciclagem de seu efetivo e na possibilidade de ressignificar a abordagem as questões relacionadas a gênero.

A dissertação se deu na observação de dados colhidos no campo, de dados documentais, e a partir da técnica de análise dos conteúdos, e dos relatos que emergiram em duas categorias: os desafios enfrentados durante o curso de formação e as representações das mulheres entrevistadas.

Esse estudo está fundamentado do ponto de vista teórico e etnográfico em referências clássicas em torno da antropologia do poder e na área de rituais, abordagem das teorias feministas e na consulta de publicações extraídas de teses e livros de autores ligados a Antropologia Militar. Sendo assim, pude construir minhas reflexões e dar norte as minhas conclusões.

A dissertação que resulta do trabalho de campo empreendido ao longo deste período, com isso, está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo iremos compreender a que são Instituições Totais e ou Totalizantes, através de bibliografias de autores clássicos. Logo após, definições sobre a autoetnografia e Antropologia Militar, nesse momento uma reflexão sobre os fenômenos atrelados a hierarquia militar, disciplina e Teorias desenvolvidas por pesquisadores na caserna.

O segundo capítulo denominado de “Os Rituais Militares e a Formação do *ethos* guerreiro”, irei demonstrar a partir das análises feitas em campo e através das Teorias Sociais, o quanto o atual modelo de polícia militar hierarquizado, como se encontra na atualidade serve como um “instrumento” para práticas de abusos contra a mulher, violências de gênero e silenciamento das denúncias por parte das agentes públicas na corporação policial.

O terceiro capítulo “A hierarquia militar como instrumento de opressão machista,” investigará o fenômeno da possibilidade do uso da hierarquia militar para

a prática do machismo nos cursos da carreira militar a partir da análise das representações sociais das policiais militares entrevistadas durante a coleta das informações ainda durante a pesquisa e como norte a autoetnografia desenvolvida por uma pesquisadora da caserna.

Ao final da dissertação trarei as considerações finais que será uma análise geral com base nos dados coletados no campo, nas entrevistas efetuadas e a discussão teórica associada ao olhar de uma mulher, policial militar e pesquisadora.



Fig. 01. Fonte: Instagram @pmsergipe –Semana Zero, imagem alterada pelo aplicativo Google Fotos, Município de Aracaju, ano 2022.

1.0 - O Mosaico do poder na caserna pelo olhar de uma pesquisadora nativa.

Entender a forma de socialização dos indivíduos, e as relações de poder, dominação e conflitos, tem sido objeto de interesse constante na Antropologia. Alguns autores tiveram importantes contribuições para que pudéssemos compreender o funcionamento de Instituições, e analisar o impacto que elas exercem sobre os corpos e mentes dos sujeitos envolvidos.

Nesse capítulo, iremos ter contato com alguns desses autores clássicos e pesquisadores que atuam na área da Antropologia Militar que direcionaram a dissertação, servido de caleidoscópio para esta pesquisa, um norte. Ademais, inclui discussão no campo teórico sobre de que forma a caserna se configura como uma “Instituição Total”, exercendo um controle dos indivíduos internos.

Trarei também referências de autores da caserna, que revelam aspectos observados “de dentro para fora” da instituição militar, o que nos mostram particularidades até então pouco conhecidos pela academia que que contribuem para uma compreensão mais ampla de como esses personagens se relacionam nos espaços dos quartéis.

Em seguida, apresentarei algumas contribuições importantes para pensar sobre a participação das mulheres em instituições militares, como surgiram, quais os desafios inicialmente enfrentados, como as Forças Armadas receberam essas

pioneiras. Por fim, buscarei chamar atenção para a autoetnografia desenvolvida por uma pesquisadora nativa.

1.1 - A caserna como Instituição Total.

As Instituições Totais, de acordo com Erving Goffman (1974), são espaços onde os indivíduos ficam internados por tempo integral, havendo uma ruptura entre as barreiras que separam os locais, nelas ocorrem uma espécie de separação dos indivíduos do restante da comunidade, além disso, possuem um controle de seus corpos no espaço e de seus desejos individuais.

Nas Instituições totais a vida é fechada e administrativamente coordenada, sobre regras e rituais muito específicos, que podem ser, com o tempo, reforçados ou alterados para manter um maior controle social sobre aqueles que ali vivem e trabalham etc.

Quando Foucault (2017) em seu livro "*Microfísica do Poder*" se dispõe a investigar o poder e os mecanismos existentes que dita as regras e delimita formalmente seus efeitos e o que esses mecanismos transmitem e produzem, ele se lança numa análise crítica e filosófica tentando destrinchar as relações de poder a partir de discursos de produção da verdade e seus efeitos na sociedade ocidental.

Para o filósofo Michel Foucault o poder deve ser analisado como algo que circula e que funciona em cadeia, um fenômeno que só funciona e se serve em rede, podemos verificar essa afirmação que é presente a todo tempo no seu livro "*Microfísica do Poder*", através da análise dos aparelhos de vigilância, dos mecanismos de exclusão, e da medicalização da sexualidade que são elementos presentes nos sistemas de dominação na nossa sociedade ocidental e que possui efeitos perceptíveis pois representam os mecanismos que compõem o fenômeno de dominação.

Sendo assim, compreendo que para estudar o poder de acordo com Michel Foucault (2017) a investigação científica deve ser orientada para a dominação, mas também para os operadores materiais, as formas de sujeição e seus usos, conexões da sujeição, pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos, e aqui acrescento mais um elemento para a compreensão da instrumentalização das formas de dominação no meu objeto de pesquisa, os rituais militares.

Entender os mecanismos do poder, é indagar sobre se estamos ou não condenados a viver obstinados às regras, discursos e efeitos do poder, para isso no livro *“Microfísica do Poder”*, Michel Foucault se utiliza de algumas “precauções metodológicas” as quais por um critério de analogia comparo a um sistema didático de compreensão dos elementos do poder.

Investigar os mecanismos do poder e seus efeitos, os elementos de dominação, e suas regras e discursos da verdade que atravessam as instituições totais e que marcam os atos violentos de fato é algo muito complexo e que requer uma análise criteriosa e um olhar atento e cuidadoso ao objeto de pesquisa.

Na Polícia Militar existe uma multiplicidade de corpos femininos e masculinos, onde o processo de sujeição direciona as ações dos sujeitos envolvidos, coordena as suas vontades, tornando a vontade do seu “superior hierárquico” uma única vontade, uma lei soberana baseada em leis, pois é prevista em Leis, Estatutos Regulamentares, Portarias entre outras normativas baseadas na Legalidade.

Os indivíduos que constituem partes do corpo da tropa, ou seja, elementos pertencentes a um “corpo único” são movidos por uma “alma” que seria uma sequência de sucessão a ordens e a soberania de vontade daquele que comanda, através das ordens dadas por seus superiores, nada diferente do que Erving Goffman (1974) já pesquisava quando escreveu a obra *“Manicômios, Prisões e Conventos”*.

Entender como ocorrem essas relações de dominação é apreender o que analisa o filósofo Foucault (2017) já descrevia no livro *“Microfísica do Poder”*, para ele o poder deve ser observado como um fenômeno de dominação não homogêneo e não estático, pois ele circula, não é algo fixo, e que nem sempre está vinculado a uma condição de riqueza, como é defendido a partir de uma análise marxista.

O fenômeno do poder é um complexo de sistemas que funcionam em rede para o teórico Michel Foucault, ele não é um fenômeno inerte, pois possui “centros de transmissão” por isso não é homogêneo.

O indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, seu centro de transmissão. “O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 2017, p.285).

A caserna militar é um local que possui uma arquitetura com o arquétipo projetado para o isolamento dos indivíduos que ali vivem, provocando o isolamento sociais dos militares e do público externo (civis), dentro do quartel ficam todas as

tradições, cerimônias e rituais, como também todos os segredos, códigos e status de poder, que servem para a manutenção dos pilares mestres do militarismo, a hierarquia militar e a disciplina.

Na obra *“Manicômios, Prisões e Conventos”*, Erving Goffman (1974), por exemplo, pesquisou sobre o funcionamento dos presídios, conventos, mosteiros, academias militares, e hospícios e denominou de “Instituições Totais”. Erving Goffman iniciou sua pesquisa de campo no laboratório de Estudos Socioambientais do Instituto Nacional de Saúde em Bethesda, nos Estados Unidos.

Era outono de 1954, quando Erving Goffman começou a investigar o “mundo do internado” no Hospital Elizabeth, onde passou alguns dias fazendo observação participante no campo, com os pacientes psiquiátricos e a equipe médica do hospital.

Como mencionei anteriormente, para Erving Goffman “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974, p. 11).

O “fechamento” do indivíduo nas instituições totais é simbolizado, segundo o autor, pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída, ainda que muitas vezes estejam incluídos no próprio esquema físico da instituição.

Dentro destas instituições totais, os indivíduos são submetidos a um rigoroso controle de seus corpos e de sua subjetividade. Em certa medida, podemos traçar um paralelo do que acontece nessas instituições com aquilo que é vivenciado dentro dos quartéis e nos cursos de formação para ingresso na polícia militar.

Erving Goffman (1974) entendia que o espaço físico militar do “quartel” é um estabelecimento “autônomo”, um local de residência e trabalho, onde muitos indivíduos com situação semelhante são separados da sociedade mais ampla, por um considerável período.

Naquele local, os militares compartilham de uma vida fechada e formalmente administrada por outras pessoas, como descrevia o autor Erving Goffman ao definir as características das instituições totais. Conforme o autor, “As instituições totais são estufas para mudar as pessoas” (GOFFMAN, 1974, p.22), sendo esta, uma espécie de “experimento social” sobre o que se pode fazer do “eu”.

Diferente dos sanatórios e presídios, também considerados instituições totais pelo autor, no Exército a disciplina e restrição a vida externa se dá através da

obediência a hierarquia militar, considerando esse elemento importante nessa relação de poder dentro dos quartéis e academias, pois regula o que o militar deve ou não fazer. São exemplos deste controle sobre os sujeitos, autorização para comer, dormir, caminhar, estudar e até falar com seus colegas e superiores.

Dentro das academias militares as ações individuais são regidas com base nesse elemento, o poder hierárquico que é um dos elementos que trato nessa dissertação, tem sua existência através da tensão permanente, o que explica o porquê, mesmo não sendo um internamento compulsório, como ocorre com os conventos que também são instituições totais, as pessoas se submeterem as ordens e permanecerem reclusas naquele espaço de forma voluntária, ou seja, porque querem.

Além disso, quem já passou pela experiência de ser militar, sabe que passarão por “trotos”, treinamentos de ordem unida, técnica policial, técnica de abordagem e de edificações, instrução prática com armas. Para esses indivíduos, é uma honra fazer parte desse universo. Percebe-se que uma espécie do que Celso Castro (1990) define como “*ethos guerreiro*” o qual é incorporado na realidade do militar desde a aprovação no concurso e início da sua formação militar.

Diante disso, a cada brevê ganho nos cursos de especialização nas forças especiais, como no Comando de Operações Especiais (COE) esse “*ethos guerreiro*” é reforçado por condecorações em cerimônias, rituais e símbolos. Uma vez que ser considerado um policial disciplinado e obediente é um elogio, mas esse sentimento não deve ser visto em totalidade, pois muitos militares questionam ordens e não aceitam de maneira passível a todas as ordens emanadas de seus superiores, acarretando um choque de gerações, os policiais com mais tempo de caserna em relação aos policiais considerados novatos, os chamados “recrutas”.

Os recrutas que questionam ordens de seus superiores são passíveis de punições por insubordinação. Mas a meu ver, o que faz com que diante de todo o controle e possíveis punições que os militares possam vir a sofrer, se desobedecerem aos seus superiores, e mesmo assim permanecer na polícia, é porque sentem parte dela. Em outras palavras, a instituição que controla e disciplina é a sua nova casa, sua nova família de farda, ela coloca limites em seus desejos individuais.

Nas instituições totais, outro aspecto que as diferencia da vida civil é que a diferença é colocada numa base formal, com exigências específicas e sanções negativas também específicas para as infrações; não apenas são

exigidos os atos, mas também a apresentação externa de sentimentos íntimos. Algumas atitudes manifestas - por exemplo, a insolência - serão explicitamente castigadas (GOFFMAN, 1974, p.101).

A insolência, como descreve Goffman (1974), ou o que chamamos no militarismo de insubordinação é considerado um crime passível de prisão em flagrante e previsto no Código de Direito Penal Militar. O CPM (Código Penal Militar) possui sanções mais rigorosas para os crimes militares que o Código Penal. Além dele, existe o RDE (Regulamento disciplinar do Exército) e o Código de Ética de cada corporação policial de cada Estado do Brasil. Todos eles regulam a vida e a conduta dentro e fora dos quartéis de cada militar.

A insubordinação é um crime tipificado no CPM (Código Penal Militar) e ocorre quando o superior hierárquico dá uma ordem legal para o subordinado e ele não obedece ou se recusa a obedecer. Por isso, o militar será preso em flagrante e sofrerá sanção mais gravosa, podendo chegar até a prisão administrativa.

A prisão em flagrante poderá ser relaxada judicialmente, através do Alvará de Soltura expedido por juiz constituído legalmente de acordo com a CF/88(Constituição Federal do Brasil) ou poderá não ocorrer, caso o militar entre preventivamente com uma liminar de Salvo Conduto, que também é prevista no CP (Código Penal do Brasil) e CPP (Código de Processo Penal).

Nos casos citados acima, o militar poderá ser afastado das suas atividades ostensivas para responder previamente o procedimento de apuração disciplinar (PAAD), garantindo os princípios Constitucionais da Ampla Defesa e o Contraditório e a Segurança Jurídica do devido processo, princípios jurídicos basilares resguardados na Constituição de 1988.

Existem inúmeras formas de punições regulamentadas previstas nos Códigos de Ética da Polícia Militar do Estado de Sergipe, Código Penal Militar e no Regulamento Disciplinar do Exército têm a função de regular, controlar, intermediar e instruir a disciplina, pilar da polícia militar e demais Forças Armadas, através do “*temor*” e do “*exemplo*”. Algo que também foi pesquisado por Michel Foucault (2014) e descrito no livro “*Vigiar e Punir*”. A sanção disciplinar e a hierarquia militar servem para conduzir as formas de comportamento através da obediência e regular as relações sociais. Isso ocorre no Exército e nas polícias militares, pois deve existir a manutenção do status de poder daqueles que possuem postos superiores.

Compreender o funcionamento das “instituições totais” é importante na acepção do quanto essas instituições moldam os indivíduos que estão internos nelas, seja de forma obrigatória ou não, além das contribuições teóricas sobre o ambiente interno e administrativos, trazidos por Erving Goffman no livro “*Manicômios, Prisões e Conventos*”, em torno dos chamados “ritos de passagem” algo que nos ajuda a pensar sobre as experiências vivenciadas em processos de formação em instituições como a polícia militar.

Celso Castro (1990) escreveu em meados da década de 1990, o livro: *O Espírito Militar-Um antropólogo na caserna*. Castro (1990) se tornou uma das maiores referências na produção científica sobre os militares no Brasil. Sua pesquisa foi desenvolvida a partir do trabalho de campo desenvolvido em uma Instituição Total Militar no Rio de Janeiro, a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras).

A AMAN é uma academia de ensino militar de ensino superior, responsável pela formação básica de oficiais do Exército Brasileiro. Suas instalações estão no estado do Rio de Janeiro. Celso Castro (1990) faz uma crítica em relação ao entendimento de Goffman sobre o exército ser considerado ou não uma Instituição Total.

Ao contrário de um presídio ou um sanatório, no exército não existe uma internação compulsória, os indivíduos podem ir embora quando quiserem, igualmente ao que ocorre em conventos e mosteiros vinculados a Igreja Católica Romana.

Nesse contexto, Celso Castro (1990) não considera o exército uma instituição total nos moldes de um presídio ou um sanatório. De qualquer maneira, talvez seja importante levar em consideração que existem outras “forças” que prendem o indivíduo nesta instituição e que exercem, em alguma medida um “controle total” sobre os sujeitos.

Além do internamento compulsório, existem sentimentos subjetivos de pertencimento tão fortes e que estão atrelados ao *ethos* de guerreiro (um sentimento subjetivo vivenciado pelos militares e narrado pelo autor no livro e que está ligado de forma intrínseca a definição do que é o “espírito militar”), elemento que é fortalecido durante o ingresso e a formação dos militares nas academias, que “prendem” os militares à instituição na qual escolhem fazer parte, de acordo com o autor Celso Castro(1990).

Esse sentimento de pertencimento, inicia com o nivelamento dos homens e mulheres na formação dentro das academias militares, são desenvolvidos através da

rotina nas academias, das aulas, e dos exercícios físicos coletivos quase desgastantes.

O *espírito de corpo* deverá estar presente a todo tempo, ele garante a sobrevivência dos militares nas academias, nos trotes e, mais tarde, no cotidiano da atividade militar. Voltando ao campo da hierarquia militar, que foi abordada no livro “*O Espírito Militar-Um antropólogo na caserna*”, entendo os motivos que levaram Celso Castro(1990) a considerar que existe uma “*hierarquia quantitativa*”, nas forças armadas e conseqüentemente por analogia nas polícias no Brasil, pois se pressupõe uma possibilidade de ascensão na carreira para todos os membros, a partir de uma situação inicial de igualdade, a ascensão hierárquica da carreira advém não de um mérito pessoal, mas de uma quantidade de tempo.

Celso Castro (1990) esclarece que isso não significa que todos irão ascender, mas que se encontram no mesmo eixo de tempo social. Sendo assim, existe a possibilidade de ascensão da carreira, o que pode transformar homens em chefes e não necessariamente em líderes.

A ascensão hierárquica na carreira não significa a criação de líderes no exército. Segundo Celso Castro, a liderança tem ligação com a autoridade e a autoridade tem sua fonte no poder “supraindividual”.

Uma vez que aquele que investe a pessoa o “*poder*”, elemento que não advém de sua individualidade, e está ligado mais a posição que ocupa, do que as suas qualidades, e as expectativas relacionadas às atividades de sua posição, e não ao indivíduo e suas qualidades pessoais.

Já os líderes são aqueles que despertam confiança, são mais humanos, preocupam-se com seus subordinados, pois, a obediência e a hierarquia militar, para Celso Castro, não são cegas! Uma vez que existem “lentes” que incorporam a autoridade, o que se leva em conta são questões subjetivas relacionadas ao respeito e urbanidade com os subordinados.

O bom oficial para os cadetes da AMAN é àquele que percebe o que pode ou não ordenar. A amizade entre os militares hierarquicamente distintos pressupõe, ao contrário, maneiras discretas e controladas de expressão dos afetos CASTRO (1994).

Outra questão presente nas relações sociais dessa instituição total e abordada por Celso Castro é a masculinidade. Um exemplo é quando o militar ingressa no curso de formação, para ser do quadro funcional de praça ou oficial. Nesse momento,

passará pelo que Celso Castro chamou de uma “*prova de fogo*” que é o “*trote dos bichos*” durante o ingresso nos cursos de formação militares.

O *trote* é uma série de “atividades”, descritas como “educacionais” pelos militares mais antigos. Ele é aplicado aos alunos de soldado e cadetes que estão ingressando nas polícias militares e demais forças armadas durante a semana zero, que é a primeira semana de início do curso, quando os alunos estão na condição e “*bicho*”, e que pode ocorrer em alguns cursos para pertencer nas unidades especializadas, como CHOQUE/BOPE, CAATINGA, COE etc.

Os alunos/bichos irão passar por provas que testarão seu desgaste físico e mental ao extremo, levando a total exaustão. Há situações em que alguns alunos/bichos até morrem durante o chamado “*trote*”.

Um *trote* recorrente do qual tomei conhecimento recentemente por um colega que faz parte de uma outra corporação policial, foi relatado sobre o uso de jatos de água vindos do caminhão de bombeiros nos alunos/bichos durante toda a madrugada, para todos aqueles que chamamos de “laranjeiras” pessoas que pernoitam no quartel, enquanto tomam o banho coletivo na madrugada, cantam hinos ou canções militares até a (alvorada) ou nascer do sol.

Alguns colegas militares descreveram a mim, ainda durante o período que fazia a coleta dos relatos de colegas policiais militares, que souberam de policiais que durante o curso de formação ou capacitação na carreira, em alguns cursos que acontecem em unidades especializadas, eles passaram pelo que chamamos no militarismo de “*manta*”.

A *manta* é uma espécie de “corredor polonês” (homens são colocados frente à frente como um corredor fechado) feito por militares nas academias de formação policial e principalmente em cursos de operações especializadas como o COE (Curso de Operações Especiais) e Curso do CHOQUE (Unidade das polícias especializada em controle de distúrbios civis, reintegrações de posse, ocorrências de alta complexidade, como roubo a bancos e sequestros, como também a intervenção em crises prisionais).

Na “*manta*” o aluno/bicho passará correndo com a cabeça coberta por um saco ou um pano para dificultar a identificação dos demais militares presentes e os policiais, geralmente mais antigos hierarquicamente, ficarão dispostos lado a lado, com suas cabeças cobertas por bala clava (uma espécie de gorro) que cobre todo o rosto.

Na ocasião poderão ser dados socos, chutes e murros nos corpos dos “*bichos*”, que em tese não deverão retribuir as agressões, esse “batismo” é necessário para estreitar as relações, e finalmente ser aceito no grupo.

Além de reforçar uma política de silenciamento, através de um código de conduta não escrito, advindo das tradições, e conhecido por todos que vivemos no ambiente militar, uma política interna que reforça os laços entre os membros, mas também contribui de certa forma para a impunidade dos agressores.

O “trote” não faz parte de um procedimento de nivelamento da tropa, no entanto, é ali que solidificam os afetos e as representações dos militares, homens e mulheres estão naquele momento específico do curso numa mesma condição de alunos, sofrendo com os exercícios físicos desgastantes, a exposição ao sol e calor, corridas, além geralmente ter de rastejar algumas vezes na lama, ouvir gritos todo o tempo e algumas vezes ofensas de cunho sexista e misógino, vindos dos instrutores e alguns superiores hierárquicos.

Durante os rituais no curso de formação e capacitação da carreira, existe um controle mais exacerbado das vontades dos indivíduos e, conseqüentemente, da tropa e a formação do futuro militar.

Algumas disciplinas ministradas como “Ordem Unida” reforçam a coordenação motora da tropa, a obediência a atenção às ordens dadas e a disciplina dos militares, esses exercícios são primordiais nas formaturas e cerimônias, demonstrando o quanto uma tropa pode ser unida e obediente aos seus superiores.

Lembro no período da formação de soldado do ano de 2002, quando entrei na PMSE, esses exercícios de ordem unida, eram feitos no sol de meio dia, repetidas vezes, até o acerto coletivo por todos os membros da tropa das ordens dispensadas, muitos desmaiavam de exaustão, sede ou esgotamento mental. As mulheres, além disso, sofriam mais se estivessem com cólica menstrual e, quando não acertavam os comandos, eram chamadas à atenção de forma misógina, atribuindo ao gênero a causa da não execução a contento do comando dado pelo chefe de turma ou graduado.

Esse rito de passagem é presente também nas polícias militares, ou seja, não é exclusivo do Exército, como é descrito por Celso Castro (1990) o “trote” é um ritual que faz parte da tradição militar, um tipo de “*currículo oculto*”.

Existem símbolos que fazem parte desse momento (ritual) e servem de símbolo, como a imagem da caveira humana com facas cravadas dentro delas, ou a caveira de uma cabeça de boi específico no curso de formação da (CAATINGA).

Esses símbolos fazem parte desse ritual de passagem na polícia militar, e pode ser desde a bandeira carregada na frente da tropa pelo aluno (a) com melhor média nas provas de conhecimento e físicas, ou os punhos fechados durante a marcha, ou o grito de guerra quando finalizam a marcha (CHOQUE! SELVA!).

Os cânticos nas corridas também estão presentes e normalmente exaltando a união e espírito de corpo da tropa, o combate, sempre exaltando a virilidade masculina (machismo) ou os símbolos nacionais como os hinos das Forças Armadas, e o hino do Brasil, e algumas vezes canções machistas, misóginas e sexistas.

O ritual do “trote” será lembrado durante a carreira do militar, rememorado, sejam nas conversas informais dentro do quartel/caserna ou fora dele, rememorando como se deu o seu “*nascimento*” na vida militar. A transição da vida civil para a vida militar formou elementos sociológicos fundamentais para compreender como as relações inerentes a hierarquia, disciplina e autoridade nas polícias, e se constitui no ingresso das carreiras militares, para Celso Castro (1990), o que existe é uma “*domestificação do recruta*”.

Celso Castro (1990) descreve o exército como uma “*instituição assimiladora*”, em inglês “*assimilating institution*”, que muda a “autoconcepção” do indivíduo., existindo assim uma dissolução da identidade civil e a aquisição de uma nova identidade militar.

Esse rompimento severo que existe e é exemplificado no trote, serve como uma tentativa de romper valores e incorporar outros, e por analogia estendo essa compreensão as polícias militares estaduais.

Acrescento que existe um conjunto de conjunturas que formam a personalidade do militar, o que instiga a idealização o militarismo por alguns, e a repulsa por outros, compreendo que existem elementos que vão além, uma característica comum é o “culto” aos símbolos e rituais militares.

Celso Castro (2009) no livro *O Espírito Militar-Um antropólogo na caserna*, definiu como a existência de uma “ideologia militar”, que não configura num paradigma político-partidário ou religioso de esquerda ou direita. Essa percepção de Castro (2009) surgiu a partir do contato com as pesquisas desenvolvidas a partir dos estudos

do antropólogo francês Louis Dumont (1983) e o fenômeno social que ele chamou de “individualismo totalitário”.

Especificamente no livro *“Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna”*, de Louis Dumont (1983), o autor procura investigar qual o lugar da “ideologia individualista” das sociedades ocidentais, comparando-as com as ideologias de outras sociedades.

Dumont (1983) à princípio buscava, através de uma análise comparativa, construir uma tese sobre a educação (leia-se socialização) de crianças que estudam em escolas especiais (educação especial). O curioso é que, durante a investigação do tema, surgiu um outro problema de pesquisa, daí o autor passou a se debruçar sobre como se dá a transformação das relações sociais predominantemente comunitárias ou “*comunitas*”, em relações sociais predominantemente “*societárias*”.

Sendo assim, Louis Dumont (1983) introduziu à Ciência Antropologia através do uso da etnografia fazendo um paralelo sobre os sistemas de castas na Índia, uma sociedade hierarquizada, interpretando as interseccionalidades, traçando analogias com as instituições hierarquizadas ocidentais, sua pesquisa é resultado da análise da posição entre a ideologia “*holista*” (sociedade tradicional) e a individualista (sociedade moderna).

Diante do exposto, vemos que Dumont (1983) considera que no individualismo, o indivíduo enquanto ser moral independente constitui o valor supremo, já no holismo, o valor se encontra no ser coletivo como um todo, podemos traçar um paralelo com o que ocorre por exemplo nas forças militares, onde o sentimento coletivo se sobrepõe ao individual.

Acontece que alcançar esse patamar na pesquisa Louis Dumont (1983) identifica diversas variantes nesse sistema de ideias e valores característicos das sociedades modernas, as quais as instituições militares fazem parte, instituições correlacionadas à subculturas nacionais com “traços de inspiração holista” e “traços de inspiração individualista”, que servem como parâmetro para entender complexidade ideológica das instituições totais baseadas no militarismo como forma de controle das vontades individuais.

O “individualismo totalitário baseado no coletivo para o individual, é um elemento que se faz presente nas relações interpessoais dentro do quartel, e a hierarquia é uma de suas bases mais potentes.

Quando Celso Castro (1990) pesquisava na AMAN sobre o significado da palavra “*paisano*”, termo similar a “civil” comumente dito pelos militares, em um momento de *raport* com seus entrevistados (cadetes da academia da AMAN), percebeu o sentido atribuído a alguns dos ritos militares.

Em virtude de Celso Castro (1990) ter passado por um trote junto aos cadetes durante o trabalho de campo dias antes, por exemplo, deixou de ser considerado por eles como um “*paisano*”, o que permitiu a ele conseguir mais entrevistas voluntárias dos cadetes, na medida em que que o viam como um deles, esse fato ajudou Castro (1990) na análise da construção do *espírito militar*.

Sendo assim, concluímos que o *ethos guerreiro* é elemento principal na construção do *espírito militar* que é incorporado na fase de transição e ruptura do mundo civil para o mundo do militarismo, transformando a identidade do civil durante a sua permanência nas academias militares e quartéis, corroborando assim com o pensamento de Goffman (1974), Dumont (1983) e Celso Castro (1990).

Enquanto pesquisadora que mesmo o indivíduo não pertencendo mais a força militar da ativa (militares em atividades que não foram transferidos para reserva remunerada) e mesmo sendo um militar da reserva/reforma ou alguém que já foi militar temporário e que por algum motivo, a pedido ou não a saída na carreira, e se tornou novamente um civil, terá seu olhar e percepção sobre o mundo influenciados direta ou indiretamente pela experiência física e sensorial do militarismo.

Essa experiência no curso é tão intensa que reflete nas relações interpessoais, seja na forma de falar (jargões e gírias), nos lugares que frequenta nos momentos de lazer, e a percepção dos riscos *in loco*, vemos que existe uma desconstrução do indivíduo.

No livro “*Antropologia dos militares- Reflexões sobre pesquisas de campo*”, os autores Celso Castro e Piero Leiner (2009) iniciam descrevendo o cenário internacional da disciplina Antropologia Militar, pois não há uma tradição empírica para o estudo dos militares, pois há uma dificuldade desses autores de se distanciar do objeto de seus estudos. Além disso, os autores chamam a atenção para a ausência de um exercício de “autoantropologia”, que é um trabalho que têm como condição, um exercício de autorreflexão antropológica neste campo.

Celso Castro e Piero Leiner (2009) apontam que há uma concentração maior de estudos sobre oficiais do que de praças, poucos estudos sobre as gerações militares e estudos comparativos com outros países. Além disso, uma das dificuldades

relatadas pelos autores é a necessidade de autorização para desenvolver a pesquisa de campo, o mundo militar é muito restrito o acesso aos espaços físicos e aos militares.

O pesquisador Celso Castro (2009) tinha a experiência pessoal de ser filho de um militar, então ele não tinha uma grande distância da compreensão simbólica de ser militar, conforme o autor descreve o militar carrega desde sua formação o aprendizado de canções militares, sabe identificar insígnias, brasões, conhece os tipos de armamentos e qual deve ser usado em determinada operação, identifica locais de risco a sua integridade física, sabe comandar em situação de perigo. Essas maneiras mais pragmáticas de viver do pai aliadas a questões ideológicas fez com que Celso Castro (2009) tivesse diversos episódios de discussão com seu pai.

Outro aspecto que favoreceu o conhecimento mais apurado sobre o militarismo e seus integrantes foi estar familiarizado mesmo a contragosto com o *ethos militar*, o fato de Celso Castro ser filho de militar afastou dele o estereótipo de “ser civil”, algo que seria hostil e poderia ocasionar a repulsa dos militares durante a pesquisa, aumentando a coesão com seu objeto.

Sendo assim, ele conseguiu durante as experiências em campo, os relatos dos fatos mais sensíveis aos militares, experiências que são vividas por muitos nos quartéis, mas que a experiência interior poderia extrair o indizível, experimentando aquilo que só poderia ser vivenciado.

Reafirmar a condição de ser filho de um policial, é reafirmar de certo modo valorizar a experiência contemplativa da hierarquia e a disciplina, é uma forma de ratificar que não está ali para o confronto, são mais que palavras institucionais militares usadas pelos nativos, nesse viés o pesquisador acaba sendo enquadrado, ali, no ambiente militar, Castro (2009) é um novo homem, não aquele do início da pesquisa, conseguindo extrair o inefável, pois através da sua origem existe a identificação e a coesão social, algo que possivelmente não conseguiria, caso fosse um civil pesquisando no ambiente militar.

Lugar de Mulher é onde ela quiser

Ooooo! Oooo! Aaaa!
Mamãe perguntou filhinha o que você quer ser?
Eu quero a profissão que tem divisa e brevê!
O meu namorado disse isso é coisa de homem!
Eu disse: sai da frente, pega o seu beco e some!
Lugar de mulher é onde ela Quiser
Não precisa saber fazer bolo e nem café!
Sexo frágil nunca existiu!
Aqui é equipamento, bandoleira e fuzil!
Profissão honrada muito orgulho e vibração!
Oh louco! Sai da frente é feminina no vagão!

(Canções de TFN ¹– Autor desconhecido)²

¹ TFN- são canções que servem intensificar as finalidades das práticas físicas, bem como para estimular o espírito de garra e vibração da tropa.

² -O clipe de "Lugar de Mulher é onde ela Quiser" composta por autor desconhecido (sem autoria), têm 37000 mil visualizações na plataforma no dia 06 de julho de 2023. O canal Canções Militares possui 2000 “likes” e 141 comentários. O clipe pode ser visto através deste link:

<https://www.youtube.com/watch?v=FrD8OiBqpcU>

1.2- As mulheres na Polícia Militar.

Um dos pioneiros trabalhos de pesquisa que tive acesso, tendo como objeto de investigação o militarismo e suas conflituosas relações inerentes as questões de gênero, foi a a tese “*Sou policial, mas sou mulher*”: *Gênero e Representações Sociais na Polícia Militar de São Paulo*”, escrita pelo pesquisador nativo Marcos Santana de Souza por ocasião de seu doutoramento na UNICAMP (SANTANA, 2014).

Nela, o autor investigou como são constituídas e se organizam as representações de gênero a respeito do ingresso e emprego de mulheres policiais através das experiências e narrativas das policiais que fazem parte da Polícia Militar de São Paulo. O autor inicia fazendo uma reflexão sobre as análises das relações de poder naquela corporação e o quanto isso interfere nas práticas e ações no âmbito da segurança pública.

Marcos Santana (2014) reforça que pesquisas desenvolvidas a partir da análise das relações de poder e gênero, não eram algo recorrente até aquele momento no âmbito das Ciências Sociais e Segurança Pública (SANTANA, 2014).

Através de uma detalhada pesquisa etnográfica Marcos Santana (2014), que também fez parte do curso de soldado no ano de 2002 na Polícia Militar de Sergipe, têm *insights* sobre o objeto investigado, que demonstram um olhar muito particular de alguém que viveu ou presenciou muitas daquelas experiências descritas na pesquisa, algo que poderia passar despercebido por um pesquisador que nunca teve contato com a experiência de tornar-se um militar.

Durante o desenvolvimento da pesquisa em campo, ainda no governo da Presidenta Dilma Rousseff, houve um aumento da visibilidade das mulheres nas

Forças Militares e um maior número de incorporações na Polícia Militar de São Paulo e demais Forças Armadas. O autor acredita que este fato ocorreu em virtude da política inclusiva da presidenta, que passou a atuar de forma decisiva junto aos governadores dos estados brasileiros para a possibilidade de atendimento de alguns pleitos solicitados a muitos anos pelas policiais militares.

Apesar disso, como demonstra Santana (2014), a mulher é vista como um ser indesejável nas corporações policiais militares, pois constituem uma ameaça presente aos interesses dos homens, seja por receio de muitas delas conquistarem funções de poder, ou porque muitos consideram que o ingresso da mulher pode representar um maior acesso a espaços até então exclusivos aos homens.

Apontada como razão potencial de desequilíbrio, particularmente nos setores tradicionais da polícia, a presença feminina é manejada conforme os interesses que compõem a ética militar e que costumam frear as expectativas de uma ordem democrática. (SANTANA, 2014, p.133)

Diante disso, mesmo que as mulheres tenham alcançado alguns espaços que sempre foram “exclusivos” para homens, esse ingresso maior de mulheres nas instituições militares particularmente do caráter inescrupuloso dos “criminosos”.

Para os setores que defendiam a modernização da polícia, as especificidades do sexo feminino poderiam ser aproveitadas para a reformulação da imagem da instituição policial e, sobretudo, para liberar os homens, não é visto de forma positiva por algumas forças policiais mais tradicionais.

O autor também chama a atenção para o emprego do efetivo feminino a funções administrativas, que são vistas como tarefas mais aconselhadas para mulheres, pois é algo mais próximo das atividades consideradas “domésticas”, onde o diálogo, uma boa aparência de vestimenta (uniforme), e a cordialidade seriam atributos mais “femininos”, além da necessidade de manutenção da imagem institucional. Imagem esta, que o autor Celso Castro também relatou em sua pesquisa de campo na AMAN, por isso, afastar as mulheres das situações de “combate” é preservar essa imagem institucional.

Por sua “natureza”, as mulheres precisariam ser orientadas e protegidas no exercício de atividade policial, associado ao risco iminente de morte a partir da violência das ruas e das tarefas burocráticas internas, vistas como expressão menor da polícia, empregando-os em atividades-fim, focadas no “combate” direto aos “bandidos” (SANTANA, 2014, p.101)

No período em que escreveu a sua tese de doutorado o Dr. Marcos Santana (2014) ressaltou a importância de discutir sobre questões de gênero e representações sociais nas forças policiais, em especial nas Polícias Militares que possuem uma característica diferenciada as demais forças de segurança, uma vez que possui uma hierarquia funcional militarizada, herança das Forças Armadas, e que por isso, tem códigos regulamentares de conduta, muito severos, a exemplo do CPP-Código Penal Militar e CPM-Código Penal Militar, além de Estatutos e Legislações Estaduais inerentes as leis que regem as polícias militares estaduais.

No artigo intitulado de “*A ditadura militar e a face maternal da repressão*”, as pesquisadoras Rosemeri Moreira e Cristina Scheibe Wolff (2009) discutem também sobre a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná na década de 1970 e na prática das primeiras policiais militares em São Paulo na década de 1960.

Para as pesquisadoras Rosemeri Moreira e Cristina Scheibe Wolff (2009), a construção da mulher policial militar faz parte das práticas repressivas duplamente: impondo às mulheres que ingressam na corporação policial a contenção de si, com base num ideal feminino, na construção de uma autoimagem humanitária, em especial, durante o período da Ditadura no Brasil.

Refletindo assim, sobre como se deu a construção da policial e a utilização da imagem da mulher nas corporações policiais para passar uma imagem humanitária das Forças Armadas em especial das polícias militares durante a Ditadura no Brasil.

Moreira e Wolff (2009) entendem que a inclusão das mulheres na Polícia retratava em caráter mais maternal, a partir da criação da Polícia Feminina que tinha como principal função de ajudar crianças e idosos e criar segundo as pesquisadoras uma “interface” das mulheres vítimas das violências e representações em eventos sociais.

A diferença hierárquica, para as pesquisadoras, se traduz num aspecto de diferença nesse espaço de poder, baseando-se em questões associadas à “virilidade masculina” afastando essas mulheres do “combate militar”, daí o destaque contínuo da feminilidade das policiais militares.

A afirmação do aspecto feminino dessas policiais foi colocada em foco tanto pela Polícia Militar do Paraná, e esse contexto se intensificou durante o período em que os militares tomaram o controle do Brasil durante os anos de 1970.

O aparato repressor ainda representa um “tabu”, pois conforme relata Moreira e Wolff (2009) ele limita um maior número de pesquisas sobre as mulheres nas

polícias, sendo estes objetos de pesquisas acadêmicas recentes, que expandiram mais durante a década de 1990 no país.

A criação do Corpo de Policiamento Feminino no ano de 1955, em São Paulo, além da Polícia Marítima e Aérea em 1970 contribuíram para o ingresso das primeiras mulheres na PMSP, de forma conjunta, pois as atividades antes ocorriam numa organização em separado. Ou seja, homens e mulheres não trabalhavam juntos, havia um policiamento específico feminino.

A militarização das Polícias Militares Estaduais tinha atividades associadas a burocratização a tarefas desenvolvidas inicialmente por mulheres. Já o contingente masculino ligava-se as atividades operacionais (MOREIRA e WOLFF, 2009, p.58).

No artigo “*A ditadura militar e a face maternal da repressão*”, as pesquisadoras relatam sobre alguns “constrangimentos” mais comuns às mulheres durante o período de seleção do concurso, ou no treinamento fornecido, na segregação e separação dos espaços físicos nos quartéis, nas academias militares, com salas e alojamentos separados, isolados por gênero, legados da lógica binária e critérios apenas biológicos.

O artigo também traz que, durante o ano de 1968, as fotografias das mulheres policiais estavam sempre dispostas a funções ligadas ao acolhimento social, como auxiliar na travessia de pedestres nas ruas, ou o cuidado com crianças e idosos.

As policiais militares durante o período da Ditadura de 1960 e 1970 no nosso país, por exemplo, tinham uma imagem recorrente nas fotos, uma postura corporal que demonstrava alegria e expansividade, além e expressar um sentimento maternal, de cuidadora. Nesse momento em especial, o objetivo da Polícia Feminina seria resguardar o bem-estar das mulheres, crianças e anciãos.

Essa imagem protetora e maternal das policiais foi usada pela polícia, e era uma afirmativa que para essas instituições a própria condição de gênero era o fator limitador de acessão aos espaços de poder para as mulheres nos quadros funcionais.

As autoras esclarecem que existiam missões especiais de operação e informação, vinculada a uma sessão de polícia política que também foi lotada por mulheres, em menor número que homens, mas elas se fizeram presente.

Aplaudidas em desfiles de 07 de setembro, estavam sempre muito arrumadas em cerimoniais, presentes em manchetes dos jornais, demonstravam uma visão ambígua do uso da força por essas militares, e o reforço dos ideais ligados ao gênero,

na construção de uma dupla imagem que de certa forma se contrapõe ao contexto ditatorial da época.

Concluimos a partir da análise de Rosemeri Moreira e Cristina Scheibe Wolff percebemos que existe uma configuração histórica do papel das mulheres nas polícias a partir da análise dessas primeiras integrantes de uma corporação policial militar.

Para elas, as policiais militares ainda hoje possuem uma configuração discreta dentro da caserna, que ainda estão atreladas a um caráter humanitário e assistencialista. Nesse aspecto, podemos dizer que serviu também para omitir torturas e mortes praticadas pelas policiais ou com a ajuda delas, durante o período de repressão política militar, além de vedar a vinculação de mulheres policiais como parte ativa das “missões” contra pessoas que lutavam contra a Ditadura Militar no Brasil, assim descreve Moreira e Wolff (2009) em sua narrativa.

As polícias militares estaduais possuem regimento próprio que tem uma função muito específica, vai além de uma conjuntura de “controle” da tropa subordinada, é necessário manter o status do militarismo sempre presente, sempre visto e sempre obedecido e preservado dentro da instituição militar.

No artigo intitulado de “*Caserna de símbolos: ação ritual, liminaridade, sofrimento e distinção na cultura policial militar*” os autores Fábio Rodrigues de França e Róbson Rodrigues da Silva (2022) comprovaram o uso do sofrimento como parte do ensino prático-pedagógico dos policiais militares, onde o simbólico se faz presente através dos rituais de passagem, essas práticas de interação *intra corporis*, constituem como algumas das principais distinções entre os militares e o público civil.

Sendo assim, as escolas militares atuam como laboratórios onde suas novas identidades moral-profissionais são forjadas (CASTRO, 2004), com o objetivo de construção do espírito de corpo. Em outras palavras, um espírito de coletividade, atrelado aos valores simbólicos da caserna, onde o erro de um constitui o erro de todos, e todos devem sofrer as consequências como uma unidade, um só corpo, onde os integrantes juntos formam essa unidade.

Outro aspecto relevante ressaltado pelos autores Fábio Rodrigues de França e Róbson Rodrigues da Silva (2022) é a transformação pelo sacrifício, algo que Celso Castro (2004) também já sinalizava. O ensino pedagógico inicial dos recém incorporados militares se dá primeiramente na “caserna” que é o quartel, considerado a “casa do militar”, e após o curso de formação será a rua, sendo essa uma extensão da caserna, pois irá desenvolver a atividade fim que é o policiamento ostensivo e

preventivo, como descrevem os autores: a “rua” é quem engloba a “caserna” (FRANÇA e SILVA, 2022).

Por conseguinte, seus integrantes são socializados mediante a introjeção de dois esquemas ideológicos distintos e, por vezes, antagônicos: um, que denominamos “caserna”, por cultuar valores tradicionais da instituição militar, produz uma visão de mundo holística, em que o todo prevalece sobre as partes; o outro, a “rua”, é constituído pelos valores universais do individualismo moderno, com predominância do “indivíduo ideológico”¹ e seus atributos, a igualdade e a liberdade (SILVA, p.486, 2011)

Esse elemento estrutural da cultura militar vai além de um simples sacrifício físico imposto a homens e mulheres, mas ele influencia diretamente no processo de aceitação do grupo, onde aspectos ligados a “moral militar” são enfatizados, principalmente durante os cursos de formação nas academias.

Diante do que foi exposto até agora, percebemos que o gênero feminino ainda está atrelado a um contexto pejorativo de fraqueza ou de incapacidade física e intelectual, que limita a mulher nas mais corriqueiras atividades enquanto policial militar, sendo necessário que as policiais tenham de ser colocadas à prova ou se coloquem à prova de forma cotidiana para justificar seu lugar naquele campo de poder.

A mulher policial constantemente poderá sofrer alguma retaliação por parte do público masculino ou simplesmente, caso não consiga fazer essas atividades, será colocada à margem do grupo, sendo isolada das demais atividades coletivas, mesmo pertencendo ao mesmo grupo.

Quando uma policial consegue fazer alguma atividade que até então só era executada pelos homens isso é visto como um sinal positivo, elevando sua “moral militar” ou seu status perante os demais colegas do grupo ou pelotão do qual faz parte, como diz Zucal (2017, p. 6-7) sobre a formação policial, *“el sacrificio es, al mismo tiempo, testimonio de una subjetividad y moneda de comparación para con los no policías, formando así, desde el inicio, una subjetividad distintiva”*.

O fenômeno também comporta um estudo sobre relações de gênero, mas o qual não será objeto de nosso olhar pela abrangência do tema, o que pode ser explorado em outro trabalho. No entanto, para conhecimento do leitor, a “pagação”, a nosso ver, demonstra uma hierarquia de gênero entre homens e mulheres, pois estas últimas realizam o movimento com os joelhos apoiados ao chão, deixando o dispêndio de força a realizar-se com a subida e descida do tronco com a alavanca dos braços e apoio das mãos. Isso ocorre porque as mulheres são consideradas mais “frágeis” ou “fracas”, logo, essa segunda alternativa adaptada não exige tanto esforço físico. Geralmente, quando uma mulher consegue realizar o “marinheiro” como os homens executam, é sinal de admiração, espanto, e essa mulher adquire certo status entre a maioria masculina de homens nos quartéis (FRANÇA e SILVA, p.488, 2022).

Outro aspecto investigado pelos autores é a influência dos pesquisadores nativos nas pesquisas acadêmicas no âmbito da Antropologia Militar. Os autores defendem que para “o antropólogo, é importante que os significados de categorias nativas sejam colhidos ‘de dentro’, ou seja, sob o ponto de vista do grupo que os compartilha” (FRANÇA e SILVA, 2022, p.489).

Esse adendo feito pelos autores Fábio Rodrigues de França e Róbson Rodrigues da Silva (2022) é importante, pois nos mostra que esse “olhar” para a subjetividade de atos tão corriqueiros no mundo civil, poderiam passar despercebidos por um pesquisador no universo civil. Mas no mundo militar, esse aspecto de sacrifício na cultura militar é a moeda paga pelos policiais para serem alguém distinto dos não policiais.

Esses códigos da caserna, para mim constituem uma série de elementos simbólicos que alicerçam a entrada na corporação dos recém iniciados, que passam aderir de forma muitas vezes imperceptível aos atos, gestos e símbolos incorporados durante o curso de formação.

Homens ou mulheres durante a fase de passagem nos cursos de formação, CFSd e CFO, adquirem uma nova linguagem, com termos somente conhecidos nos quartéis, ou seja, pelos que vivem dentro da caserna, e esse fenômeno na linguagem, que já foi citado por Castro (2004) e Leiner (2009) nos chama a atenção para o quanto esses “laboratórios humanos” resultam em experimentos que criam, modelam, afirmam valores do militarismo.

No artigo “*Mulheres no Policiamento Ostensivo e a Perspectiva de uma Segurança Cidadã*”, escrito por Márcia Esteves de Calazans, no ano de 2004, a autora tem como objetivo principal discutir a inserção feminina no aparelho policial militar. Além disso, analisa como a violência, presente na cultura institucional militar das policiais no Brasil, funciona como um dispositivo estratégico que transforma as mulheres em policiais militares.

Sendo assim, Márcia Esteves (2004) inicia seu artigo chamando a atenção para o quanto o tema relações de gênero e militarismo estiveram à margem das discussões nos mais diversos campos de conhecimento, seja nas Ciências Sociais ou na Segurança Pública.

A entrada de mais efetivo feminino nas polícias militares pode ser considerado como algo mais moderno e uma nova tecnologia da produção social, o que ganhou maior relevância a partir da década de 1990, com uma acentuada crise da segurança,

relata a autora, fomentando a discussão essencialmente naturalista e essencialista sobre a inserção das mulheres nas Forças de Segurança Pública e se elas seriam consideradas “menos violentas” que os homens.

Márcia Esteves relata que apesar de países como França (1991), Espanha (1994), Austrália (1999), Inglaterra (1990) e EUA (2000), discutirem sobre questões decorrentes da presença feminina nas polícias, esses países não abordam as relações sobre o período de formação das militares, e muito menos os conflitos decorrentes de gênero.

Aliás, a metodologia utilizada nesses estudos é quantitativa, e não qualitativa na sua grande maioria de acordo com a autora. Estes trabalhos contribuem mais para um mapeamento de onde estão lotadas essas militares, do que necessariamente seus enfrentamentos cotidianos para a devida inserção desse aparelho policial militar como uma tecnologia de produção social nas policiais dos países descritos.

No Brasil, a autora relata que não é algo muito diferente da França, Estados Unidos ou Inglaterra a forma como os estudos sobre mulheres e policiais militares são pesquisados, onde o Exército e sua enraizada ideologia machista ainda conduz de forma limitada e com pouca visibilidade os estudos sobre gênero no país.

Na época da pesquisa para a produção do artigo, a autora Márcia Esteves (2004) relatou que havia cerca de vinte e seis Estados da Federação Brasileira com participação de mulheres no ofício de polícia, sendo o Estado de São Paulo o pioneiro na inserção feminina nos quadros policiais, no ano de 1955.

Outros estados criaram as companhias femininas na década de 70, tendo uma maior incorporação de mulheres na década de 80. No entanto, o trabalho que sempre foi considerado como um trabalho desempenhado apenas pelo masculino, está gradativamente sendo ressignificado, pondo em destaque cada vez mais a entrada de mulheres nas polícias, algo que tradicionalmente foi constituído, deixa de ser algo limitado aos homens.

Mas ainda existem situações que não se vinculam apenas ao uso da força física, aparelhos investigativos e de inteligência são cada vez mais comuns nas polícias e forças armadas, o policiamento ostensivo se torna um trabalho cada vez mais presente para as mulheres policiais nas polícias estaduais de todo o país.

No Brasil, a concentração de entrada das mulheres na polícia deu-se na década de 1980, coincidindo com um momento de crise da própria instituição policial que, por sua vez, refletia uma crise mais ampla do próprio modo de organização do trabalho nas sociedades contemporâneas. (CALAZANS, 2004, p.144)

Acabando pouco a pouco com a crença que a presença das mulheres nas diversas forças de segurança pública, deve ser estimulada por considerar a mulher menos “violenta” que os homens, tendo um papel meramente saneador, de conciliação e proteção, algo que a cada dia se torna mais questionável. Márcia Esteves informa que tal “cultura da violência” contribui para o aumento de ações abusivas nas práticas cotidianas do policiamento ostensivo.

Na hierarquia militar existe a validação do controle de nossos corpos e vontades, do “eu”, e por isso quando sofremos alguma violência como alguém assediar fisicamente ou de forma moral, e não ter a percepção da violência que acabamos de sofrer, pois ela está validada na sociedade e não é diferente do “quartel pra dentro”, ela ocorre através das relações desiguais de gênero. Esse fenômeno é visto como algo banal e corriqueiro pelos integrantes da corporação, em especial durante os cursos internos.

1.3- Uma policial pesquisadora e o saber localizado.

Ser uma policial pesquisadora e entender como são construídos os afetos dentro da PMSE, para mim foi um grande desafio. Através das vivências de outras colegas militares busquei uma analogia entre experiências mais subjetivas dos afetos e as múltiplas representações das mulheres nos cursos de formação e no cotidiano da corporação.

Percebi também que falar sobre gênero é conectar esse tema a muitas outras questões sociais, pois, existem fenômenos interligados, pontos de intersecção que devem estar presentes e devem ser analisados conjuntamente, como racismo, sexualidade, condição socioeconômica entre outros. Percebi, enfim, durante as entrevistas que a mulher policial militar possui uma infinidade de corpos, faces, raças, idades e condição socioeconômica e que as barreiras enfrentadas são múltiplas.

Para compreender desigualdades e relações de poder historicamente estabelecidas entre homens e mulheres é necessário, inicialmente, pensar sobre as implicações políticas e as fundamentações teóricas das categorias analíticas a serem utilizadas em uma pesquisa neste campo.

Joan Scott (2017), por exemplo, em seu livro “*Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*”, a autora inicia com uma discussão a respeito dos usos linguístico

e gramatical do termo “gênero”. De acordo com Scott (2017), as feministas passaram a utilizar o termo “gênero” em um sentido mais literal, como um modo de se referir à organização social da relação entre os sexos, sendo esta referência gramatical explícita pelo fato de envolver regras da linguagem formal que resultam da atribuição do masculino e do feminino.

Na contemporaneidade o termo “gênero” vem sendo utilizado para enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo, indicando uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

Muitas feministas se preocupavam com o fato de não haver um número considerável de estudos a respeito das mulheres separado de estudos sobre os homens, limitando, deste modo, o caráter histórico da pesquisa.

Diante disso, Joan Scott (2017) entende que o objetivo das pesquisadoras feministas era descobrir o grande número de papéis e simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, considerando o sistema em que essas relações se estruturavam. O que implica uma nova construção histórica, sendo o gênero compreendido como uma categoria de análise.

Os(as) historiadores(as) das mulheres, vêm, a cada dia, buscando encontrar formulações teóricas utilizáveis, impulsionados pela existência de estudos de caso na história de classes que em sua superficialidade não adentram no cerne das desigualdades e das experiências sociais radicalmente diferentes e pela discrepância entre a alta qualidade dos trabalhos recentes de história das mulheres e seu “status marginal” em relação ao conjunto da disciplina que não questionam e nem problematizam esses conceitos dominantes.

Portanto Joan Scott (2017) descreve o grande desafio colocado por essas reações é puramente teórico, o que necessita de uma análise profunda da conexão entre a história passada e a prática histórica presente.

As abordagens utilizadas pela maioria dos (as) historiadores (as) para teorizar o “gênero” se dividem em duas categorias diferentes segundo Scott, sendo a primeira é descritiva: se refere à existência de fenômenos da própria realidade, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade.

Já o segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos, buscando compreender como eles se originam e se perpetuam. No seu uso descritivo, “gênero” é um novo tema de domínio da pesquisa histórica, mas não tem poder para questionar e transformar os paradigmas da história.

As posições teóricas para a abordagem na análise de gênero para Joan Scott (2017), destacam-se três: sendo a primeira, numa perspectiva inteiramente feminista busca explicar as origens do patriarcado, já a segunda, a partir da análise da tradição marxista, procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira abordagem na análise se inspira nas escolas de pós-estruturalismo francês e nas teorias anglo-americanas para explicar a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

As problemáticas que se configuram nessas perspectivas, a autora destaca que, mesmo propondo uma análise interna ao sistema de gênero, as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Em relação à abordagem marxista, Scott (2017) retrata que a vantagem dessa abordagem é que ela evita divergências extremas de posição, e sua desvantagem é que ela deixa intacta uma teoria articulada, que remete as relações entre os sexos às relações de produção.

Os problemas enfrentados pelas (os) feministas marxistas americanas (os) e inglesas (os) é o contrário do enfrentado pelo patriarcado, segundo esclarece a autora, pois dentro do marxismo o conceito de gênero foi por um vasto período tratado como um subproduto de teorias econômicas em movimento.

O núcleo central da definição de gênero para a historiadora Joan Scott (2017), consiste em duas proposições: a primeira é o gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, o que implica em quatro elemento inter-relacionados: em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis, onde representações simbólicas são invocadas de maneiras diferentes.

No segundo lugar, os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, um terceiro aspecto é a inclusão de uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social.

O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva; onde este último aspecto analisado é o gênero como forma primária de dar significado às relações de poder. Outrossim, Scott (2017) defende que o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido questionado, concebido e legitimado a oposição homem versus mulher. Scott ratifica que se esta forma de dominação for posta em questão e alterada quaisquer dos seus aspectos, poderá gerar uma ameaça ao sistema.

Joan Scott (2017) afirma que devemos examinar atentamente os métodos de análise, tornando claras nossas hipóteses e explicar como a mudança ocorre, ao invés

de procurar origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interligados, e por isso, não podem ser separados.

No livro “*O Feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*”, numa livre tradução para o português, a escritora e ativista pelos direitos das mulheres bell hooks (2018) discorre sobre inúmeras teorias feministas que marcaram o final do século XX. No livro ela aborda as definições comuns sobre o feminismo, sugerindo inclusive que, para uma melhor compreensão, se faz necessário entender o que é o “sexismo”.

Ela também entende que a revolução feminista sozinha não resolverá todos os problemas e violências sofridas pelas mulheres, pois na visão da autora, precisamos acabar com o elitismo, o racismo e o imperialismo que nos assola, se opondo ao sistema patriarcal vigente e que cada vez mais distancia os passos para a equidade de direitos entre os gêneros.

A cultura ainda domina o imaginário sobre a mulher e seus corpos, através da lógica da dominação masculina, ao discutir em torno da interseccionalidade entre raça e gênero, a autora demonstra que em algumas situações as mulheres também podem ser sexistas e ter atitudes ruins umas com as outras. “A sororidade não será poderosa enquanto as mulheres estiverem em guerra, competindo umas com as outras” (HOOKS, 2018, p. 221).

Apesar da sororidade ser um importante instrumento de luta da mulher contra a opressão, o sexismo e o machismo, existem mulheres que se confrontam umas com as outras, dominam e exploram de diversas maneiras. Isso ocorre utilizando a classe social e o poder econômico, ou a noção de “raça”, o que é muito mais grave para mulheres negras, tendo em vista demais marcadores sociais da diferença que atravessam a desigualdade de gênero.

A partir disso, a autora conscientiza as mulheres do quanto somos vítimas de violências, todos os dias, umas mais que outras, como as mulheres pretas e pardas, seja dentro de nossas casas no convívio em família, nas universidades, na divisão e reconhecimento salarial do trabalho, nos espaços públicos, ou nos quartéis e unidades militares. Esse é o caso das mulheres que fazem parte das forças armadas ou das polícias militares estaduais, as quais trato nessa pesquisa.

É importante estar atenta, no entanto, para o fato de que tratar sobre o conceito de gênero é um desafio em razão de uma série de discussões acadêmicas sobre o termo e sobre o patriarcado, bem como o seu uso conceitual em trabalhos feministas e nos efeitos políticos desses conceitos em uma pesquisa.

A pesquisadora Lia Zanotta Machado (2000), por exemplo, no seu artigo "*Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo*", debate o campo intelectual e político sobre o uso do conceito de gênero, principalmente pelas feministas contemporâneas e o seu embate em relação ao conceito sociológico do patriarcado.

Para Lia Zanotta (2000), o uso do conceito político do termo relações de gênero nos estudos feministas é por si só algo suficiente. Para ela, essa reintrodução do conceito patriarcado é considerado algo inapropriado, na medida em que não existe uma oposição de lados entre os dois conceitos, muito menos o conceito de gênero é submisso ao de patriarcado.

Mas não sendo conceitos opostos, qual o motivo que essas discussões emergem com mais intensidade nos últimos anos, nas pesquisas feministas? A autora diz que acredita pela sua conotação política, pois o uso do termo patriarcado remete a um sentido fixo e aponta para a presença da dominação masculina.

Já o termo gênero remete a uma universalidade de relações entre homens e mulheres, onde as relações socio-simbólicas são construídas e transformadas. O conceito de relações de gênero, segundo a autora, permite contribuir metodologicamente a uma rede de sentidos que podem ser divergentes, ou contraditórios.

Essa polêmica quanto ao uso dos conceitos de gênero e patriarcado nos estudos feministas, advêm de os conceitos não possuírem o mesmo campo de referência. Se observarmos o conceito clássico weberiano de patriarcado, onde a autoridade familiar e doméstica implica numa divisão sexual, naturalizada e tida à época, como legítima.

O uso do conceito de gênero não deve ser interpretado como um abandono do conceito de patriarcado, mas amplia as condições sociais de relações entre os sexos tendo assim uma convivência pacífica entre o uso das teorias, indagando formas simbólicas e culturais sobre o que se entende por masculino e feminino.

A possibilidade de discutir os efeitos do poder e conscientizar mais essas mulheres sobre seus direitos e sobre o quanto o poder e a hierarquia militar, influenciam nos comportamentos individuais e coletivos, criando estereótipos, políticas excludentes, controlando corpos, a coerção, perseguições e exclusão social seja dentro dos quartéis e viaturas, desde quando vestimos a farda não apropriada a nossos corpos e vamos trabalhar, e é através dessa conscientização que as mulheres

poderão construir transformações sociais com mais equidade de gênero e isonomia de direitos.

Analisar a hierarquia militar e seu uso como instrumento de poder e opressão de mulheres na Polícia Militar de Sergipe me leva a tentar compreender as várias razões pelas quais a subordinação de mulheres ocorre e os aspectos de discriminação, nas interseccionalidades, dentro e fora do campo de pesquisa.

Em o *“Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial relativos ao Gênero”* escrito pela pesquisadora e professora Kimberlé Williams Crenshaw (2002), podemos perceber que existem várias razões pelas quais a subordinação interseccional de mulheres racionalmente narrados passam despercebidos e as formas como as mulheres são moldadas e controladas socialmente e percebidos aos nexos que se cruzam entre gênero, raça, cor e etnia.

Aparentemente isso também ocorre no campo de estudo que me propus a pesquisar: nas representações das militares nos cursos de formação e capacitação da polícia militar no estado de Sergipe. A difusão de interseccionalidade é um conceito defendido por Kimberlé para conceituar o problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos de subordinação.

A interseccionalidade trata da força como as ações políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos constituindo aspectos dinâmicos do “desempoderamento” da mulher.

Sabemos que a raça, etnia, gênero e classe (e eu acrescentaria “hierarquia militar”) são *“as avenidas”* que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos e é exatamente através desse terreno que movem as dinâmicas do empoderamento. Para a autora “Esses eixos de poder são sistemas que se sobrepõem e se cruzam criando intersecções que se entrecruzam.” (CRENSHAW, p.7)

As mulheres socializadas estão posicionadas, geralmente, em um espaço de racismo ou xenofobia onde a classe e o gênero se cruzam e por isso sofrem múltiplas opressões e devem “negociar” o tráfego que flui desses cruzamentos, algo que é perigoso de acordo com Kimberlé, pois quando o fluxo vem de diversas direções os danos causados pelo impacto vem de uma direção, enquanto outros fluxos contrários resultam em colisões simultâneas.

Esses danos interseccionais interagem com as vulnerabilidades produzindo o “desempoderamento” das mulheres, quando por exemplo o racismo e o sexismo se encontram, algo que ocorre muitas vezes de forma imperceptível.

A cientista social Judith Butler (2017), no livro *“A vida psíquica do Poder-Teorias da sujeição”*, investigou entre outros fenômenos sociais a “sujeição” como uma das formas de manifestação do poder, algo externo ao nosso controle e percepção.

Butler entende que somos dominados por um poder externo a nós, e que algumas vezes relacionamos poder como algo maior, sempre perceptível a nossos sentidos, e que até certo ponto dependemos dele enquanto sujeitos.

Essa característica presente nas relações de poder é exatamente o que Judith Butler põe em discussão no livro a partir da análise das teorias do filósofo e cientista político Michel Foucault que entendia que “o poder forma o sujeito determinando a sua própria condição de existência e trajetória de seu desejo.”

Judith Butler (2017) defende que a “sujeição” está conectada a dois processos. O primeiro se tornar o subordinado, o segundo: se tornar um sujeito. Mas a Teoria de Foucault citada acima e usada pela autora para análise do poder e o processo de subordinação, para ela deixa algumas sem resposta. Uma delas é a análise do poder a partir do estudo da psiquê, tema evitado por alguns autores das ciências sociais, em razão do uso da psicanálise como instrumento no processo de investigação com base nas teorias desenvolvidas por Hegel (1807), extraídas do livro *“Fenomenologia do Espírito”*, traça uma nova perspectiva de análise sobre a relação de subordinação no estudo do poder.

A pesquisadora feminista Judith Butler (2017) considera a subordinação como um *“apego apaixonado”*, onde se entende que é uma condição em que o sujeito é responsável por sua subordinação. Neste sentido vai de encontro a análise em que o apego à sujeição é gerado pelo poder.

No sentido Nietzscheano, o sujeito é formado por uma vontade que se volta sobre si e assume uma forma reflexiva. Para Foucault (2018) o sujeito é formado e subordinado ao mesmo tempo, pois o que se impõe ao sujeito também a forma.

Quando consideramos que nenhum sujeito surge sem um apego apaixonado, como descreve Judith Butler, àqueles de quem ele depende fundamentalmente, mesmo que essa paixão seja “negativa” existe um sentido psicanalítico.

É importante levar em consideração também que o controle de nossos corpos e vontades também atravessa questões epistemológicas em torno da objetividade no debate científico, como nos alerta Donna Haraway (2009).

No seu artigo denominado de “*Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*”, Donna Haraway (2009) faz uma análise crítica sobre a objetividade, em especial nas Ciências Sociais e Humanas, através da análise de uma cientista Feminista.

Em tempo, Haraway (2009) reflete sobre a pesquisa acadêmica feminista e ativista que tentou responder de forma inesgotável o termo “objetividade”, a fim de compreender o que “eles” (os detentores das teorias que nos norteiam) e o “nós” (a quem não se permite sequer ter um corpo), um ponto de vista sobre a ciência, mas algo que algumas vezes se limita aos nossos círculos feministas e esse fato se deu durante o decorrer das publicações livros e artigos científicos até o presente momento.

Neste norte, Haraway (2009) entende que apesar de “nós” feministas sermos um grupo interessante de pesquisa, pois somos sujeitos históricos que foram explorados e discriminados e que resistimos com determinação e ousadia, não somos donas de nossos corpos e lutamos cotidianamente para ter voz e representatividade também no campo da Ciência e alcançar cada vez mais aos espaços de poder na academia.

Para Donna Haraway (2009) continuamos a resistir, afinal por muito tempo fomos consideradas apenas como corpos fêmeos e colonizados, a partir dos discursos contidos nas doutrinas ideológicas pré-edipianas da objetividade científica que nos impuseram por anos.

Os construcionistas sociais, segundo Haraway (2009), sustentaram a doutrina ideológica do método científico e epistemológico e formaram o conhecimento mediados na linguagem do “jogo do conhecimento”, que foi condensado num campo de poder específico. Mesmo “eles” sendo detentores das estruturas e propriedades de objetos retóricos esses “vetores” e “códigos” (se comparados com as ciências naturais estudados pela pesquisadora enquanto zoóloga) são traços momentâneos do campo da força das diversas ciências Sociais e Humanas.

As Feministas descontroem essas alegações científicas históricas e contestando essa “*ciência enviesada*”, como define Donna Haraway, desmascarando as doutrinas de objetividade porque elas ameaçam o sentimento de subjetividade.

O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. (HARAWAY, 2009, p.31)

Apesar de estarmos vivendo tempos de transformação e “tempos de fraturados e fraturantes”, pois mantemos a versão feminista da objetividade, usamos a corrente Marxista como fonte, o que para a autora não supre por completo todos os nossos questionamentos, uma vez que é baseada numa construção histórica de exploração através da análise das relações de poder pelo caráter econômico.

As categorias econômicas tradicionais possuem um projeto de ciência e as feministas possuem o seu próprio projeto, construindo uma explicação própria de mundo e dos fenômenos que nos rodeiam e nos intrigam. Sandra Harding (1986) chama isso de um projeto de ciência sucessora, “Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica.” (HARAWAY, 2009, p.15).

Conforme Donna Haraway:

Harding chama esse desejo necessariamente múltiplo de necessidade de um projeto de ciência sucessora e de insistência pós-moderna na diferença irreduzível e na multiplicidade radical dos conhecimentos locais. Todos os componentes do desejo são paradoxais e perigosos, e sua combinação é tanto contraditória quanto necessária. (HARAWAY, 2009, p.15)

Essa perspectiva discursiva é importante para que possamos investigar e compreender a intersecção entre as desigualdades de gênero e a hierarquia militar. A hipótese adotada é um insight de que existe uma relação entre a hierarquia militar, advinda de cada posto ou graduação superior, para uso como uma forma de instrumento para a prática do machismo contra as policiais militares de postos e graduações de patentes mais inferiores do quadro funcional, em especial praças como os soldados, cabos e as sargentos femininos.

A partir da observação participante de uma pesquisadora nativa que se propôs a pesquisar a instituição a qual pertence, busco compreender aspectos a partir desse “saber localizado” nos termos de Haraway (2009), que, de outra forma, talvez não fossem percebidos.

Por outro lado, os problemas enfrentados durante a pesquisa etnográfica que o antropólogo Celso Castro (1990) vivenciou no campo são particularmente conhecidos e foram enfrentados por mim na confecção desse trabalho etnográfico. Isso ocorre na medida em que em minha trajetória enquanto policial militar analiso o objeto de “dentro para fora”.

Por um lado, o acesso no campo e a alguns fatos internos que serão narrados nesta pesquisa são mais comuns a pesquisadoras nativas militares, que a

pesquisadores civis, tendo em vista as experiências pessoais e familiaridade com o campo

Por outro lado, ainda que a chamada “objetividade”, como demonstrou Haraway (2009) não deixe de estar associado a outros saberes igualmente localizados, é necessário algum exercício de “estranhamento”, para que a autoetnografia não esteja completamente impregnada de idiossincrasias e não permita qualquer nível de generalização.

Quando a Socióloga e pesquisadora Élide Damasceno (2014) em sua pesquisa no mestrado denominada de “A mulher no Serviço Operacional da Polícia Militar de Sergipe: relações de poder e produção no cotidiano profissional”, se debruçou na análise a partir do cotidiano de mulheres policiais que atuavam na Unidade Operacional do Batalhão de Choque, seu objetivo era tentar compreender como se davam as relações de poder e gênero inerentes àquela atividade da área de segurança pública.

Damasceno (2014) demonstrou com sua análise as diversas relações interpessoais naquela unidade operacional se mesclavam com elementos ligados a masculinidade e poderes ali estabelecidos, no espaço interno, onde a participação dessas policiais estava inserida.

A autora também conseguiu fazer uma análise muito criteriosa sobre a atuação no policiamento feito por mulheres no BPCoque, e o quanto essas mulheres contribuíam para um novo olhar na forma de fazer policiamento, em detrimento a um modelo já solidificado e previamente estabelecido na corporação.

No relato Damasceno (2014) nos convida a adentrar em seus medos e primeiras impressões sobre o ambiente militar. Diversas vezes, em seu artigo, ela nos mostra o quão difícil foi conseguir fazer parte de um universo predominantemente masculino, desde seu ingresso na corporação via concurso de soldado no ano de 2002, ou o primeiro local de trabalho após o período de conclusão do Centro de Formação de Praças, onde a autora relata ter primeiramente trabalhado na guarda desta unidade, onde os estereótipos atribuídos em decorrência do gênero ali se revelaram.

Observava tudo a minha volta, o tratamento dispensado, as condutas, certos tipos de rotulação, algo comum no ambiente militar. Entretanto, quando a referência eram as mulheres, os rótulos amplamente se destacavam (DAMASCENO, 2014, p. 98).

Outra característica interessante na narrativa de Élide Damasceno se dá quando ela relata o exato momento de *raport*, após ter sido transferida para trabalhar no BPChoque, quando passou pelo que ela descreve como “ritual de confirmação”, ou podemos entender como um ritual de iniciação e aceitação do novo integrante na unidade.

Ela descreve em seu relato que, logo que chegou no grupamento policial (GP) em que iria fazer parte, teve de pagar a pizza para àqueles que ali seriam seus colegas de trabalho. A autora relata também, que com o tempo de serviço na unidade, percebeu a importância dessa “brincadeira”, algo que depois enquanto pesquisadora foi identificado como “um ritual de aceitação”, um fenômeno social que solidificava afetos e fazia com que o novo integrante fosse acolhido pelo grupo.

O aspecto da masculinidade também foi descrito pela autora. Ela relata que apesar de sempre preservar sua feminilidade, através do uso de maquiagem, mesmo fardada no serviço operacional, algumas mudanças na sua forma de atuar passaram a ser incorporadas foram a partir da convivência com o público majoritariamente masculino, elementos como postura, seriedade na face, e maneira de falar foram alguns dos elementos relatados por Damasceno.

A postura em serviço era outra coisa que me chamava a atenção e até hoje chama. Recentemente, no carnaval, fui indagada de como fazia para ter uma postura que intimidava quem estava por perto. A pessoa ainda chegou a dizer que não havia diferença entre o que eu fazia e os demais homens da guarnição.
(DAMASCENO, 2014, p.101).

Sendo assim, percebemos que a observação da Dra. Élide Damasceno (2014), a partir do cotidiano de sua atuação enquanto mulher policial e pesquisadora nativa, foi fundamental para a análise dos inúmeros desafios vividos pela autora e os avanços inerentes ao ingresso das mulheres na Polícia Militar de Sergipe.

O desafio, no entanto, foi o afastamento devido do papel de policial para o de pesquisadora, ora trazendo à memória eventos significativos que foram vivenciados, ora ouvindo conversas informais com outros policiais
(DAMASCENO, 2014, p.106).

Demonstrando através de sua experiência enquanto mulher e militar, somado a sua perspicácia enquanto pesquisadora a ampliação no entendimento da academia, sobre as formas e sentidos, as representações, que as mulheres policiais vivenciam diariamente nos quartéis e unidades, no caso em especial no trabalho ostensivo no Batalhão de Choque (BPChoque) na PMSE.

Concebo a Antropologia como uma ciência que trabalha com a “arqueologia das palavras” e a “arqueologia dos sentidos”, usando o tão conhecido caleidoscópio da Antropologia, como pesquisadora acompanho meu objeto de pesquisa, para que ele se mostre assim como é, e assim vejo que é possível perceber cada nuance, problematizando e dialogando com meu objeto.

Por isso, pude usar alguns processos de subjetivação, para solidificar o processo metodológico da pesquisa, capturando a análise das coisas ditas pelos atores sociais, a partir da prévia análise do referencial teórico, em virtude disso, tive de debruçar na pesquisa, mas com um olhar cauteloso, exatamente por se tratar de entrevistas com relatos muito íntimos, pessoais relacionados a seus afetos e os traumas ainda marcados na alma humana.

Sob essa ótica, passei a me questionar ainda durante o processo de trabalho de pesquisa: de que maneira eu poderia abordar as formas de pensar e agir dos indivíduos que vivenciaram os assédios decorrente de gênero durante as entrevistas, essas narrativas seriam capazes de transparecer o sistema de dominação e opressão existente, sem revelar as minhas fontes.

Concebo pesquisa Feminista em especial como uma descrição argumentativa que deve ser alicerçada na liberdade, de quem escreve e das mulheres que estão nela inseridas, onde existe o espaço para subjetividade individual, que inevitavelmente caminham atreladas com a possibilidade de dar voz às mulheres, rompendo com os dispositivos repressivos, que há séculos nos aprisionam.

Entender as razões da possibilidade do uso da hierarquia militar como uma prática do machismo durante os cursos da carreira na Polícia Militar de Sergipe, foi uma longa busca de fontes bibliográficas que me direcionassem enquanto pesquisadora, avaliando inclusive quais seriam as consequências dessa dissertação para mim como uma pesquisadora da caserna, na própria corporação (PMSE) e para as voluntárias que se dispuseram a ser entrevistadas.

Nesse viés, a manutenção da dominação masculina nas Forças Armadas é algo que merece ser investigado, constatamos isso eu e meu orientador, através das leituras desenvolvidas no decorrer da pesquisa, seja de autores militares e civis que tiveram contato com esse campo, nas polícias ou em outras esferas das Forças Armadas, porém como não é possível investigar na totalidade um fenômeno tão complexo, alguns fatos ainda irão configurar num universo desconhecido, até porque a polícia militar ainda é um grupo humano bastante fechado em si.

Essas reflexões serviram de base para buscar compreender o quão forte é o conceito de Instituição Total desenvolvido por Erving Goffman (1974) e hierarquia militar relatado por Celso Castro (1990). O tema da pesquisa surgiu a partir de uma experiência pessoal de assédio que vivenciei dentro da corporação, mas como essa pesquisa não é uma autobiografia ou tem um caráter de denúncia, apenas cito esse fato como uma forma de justificar o meu interesse sob o tema, a partir das representações sociais de minhas colegas de trabalho que possam ter passado pela mesma experiência.

Enquanto ajustava detalhes do roteiro de entrevistas juntamente com meu orientador, selecionando quais perguntas que poderiam ajudar na coleta das informações, e que poderiam esclarecer se de fato minha pesquisa possuía um sentido epistemológico, tomei a cautela de agendar as entrevistas fora do espaço físico dos quartéis e unidades correlacionadas da PMSE.

As entrevistas feitas fora do ambiente militar, garantiram enquanto pesquisadora a possibilidade de abordar com mais tranquilidade temas mais sensíveis para as participantes, fazendo com que sentissem à vontade para expor suas representações, como lembranças, os afetos, suas dores, medos, alegrias e frustrações sem julgamentos ou represálias, garantindo que não seriam passivas de censuras.

Em tempo, informei as minhas interlocutoras que suas identidades seriam resguardadas, que trocaria seus nomes e mesclaria os depoimentos dados durante as entrevistas, como uma forma de dificultar ainda mais a identificação delas, uma vez que, notei ser uma das maiores preocupações das participantes, em virtude disso seus nomes e locais de trabalho foram omitidos.

Na análise do critério socioeconômico dei preferência a mesclar as entrevistas, ao todo foram quatro entrevistas semiestruturadas, sendo com uma mulher branca, uma parda e duas mulheres pretas, mulheres com uma origem econômica oriunda de classe média, três nordestinas, uma do Sudeste, que ingressaram na corporação com o nível de escolaridade médio, todas possuem nível superior em áreas de saúde e humanidades.

As militares escolhidas atuam na área administrativa, porém duas delas possuem experiência em unidades operacionais, sendo uma delas pioneira na Força Nacional, tendo sido vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e outra

trabalhou no Batalhão de Rádio Patrulha (BPRP), das quatro militares entrevistadas, três são casadas com filhos menores e uma militar é solteira.

As entrevistadas ingressaram na corporação nos anos de 2002, 2006, 2014, e todas passaram recentemente por cursos de aperfeiçoamento da carreira, nos anos de 2021, 2022 e 2023, sendo três militares no CFS (Curso de Formação de Sargentos) e uma no CFC (Curso de Formação de Cabos), todas concluíram com êxito os cursos, sendo aprovadas em todas as fases, tanto teóricas e quanto práticas.

As militares se dispuseram voluntariamente para participar das entrevistas, que foram gravadas e transcritas na sua integralidade num primeiro momento, porém na dissertação serão transcritos apenas trechos de duas entrevistas, de forma *ipsis litteris* garantindo a autenticidade das narrativas, limitando a possibilidade de revelar a identidade das entrevistadas.

As entrevistas foram feitas em momentos específicos, sendo a primeira entrevista feita no mês de dezembro de 2022, duas no mês de fevereiro de 2023, e uma entrevista feita no mês de abril de 2023, pois a fase de entrevistas na pesquisa só pode ser concluída após a Pandemia de Covid-19.

Quando fui entrevistar as duas primeiras interlocutoras voluntárias no mês de fevereiro deste ano, fiz de forma conjunta, pois percebi que havia uma preocupação inicial que partia delas, sobre o que poderiam dizer a mim, e qual a repercussão dessa pesquisa nas suas vidas e conseqüentemente na instituição militar.

Então garanti que elas não deveriam se preocupar com isso, que poderiam falar o que quisessem, e sentissem, e que podiam parar quando quisessem, primeiramente as duas me perguntaram como deveriam responder, e eu lhes disse que respondessem como estivessem em uma conversa informal contando uma estória a uma pessoa desconhecida, narrando suas trajetórias nos cursos de formação e capacitação da carreira que já participaram.

A partir desse ponto, como instrumento de coleta dos dados, escolhi a entrevista semiestruturada, pois compreendo que tal formato oferece maior liberdade para a entrevistada e para a entrevistadora, ademais amplia a possibilidade de formulação de perguntas à medida que a investigação prosseguia.

Todas as quatro participantes responderam um mesmo roteiro de perguntas, por isso, escolhi como referência perguntas inicialmente ligadas a tópicos que fizessem referência inicialmente a questões da vida adulta e a qualificação profissional e educacional respeitando os desdobramentos cronológicos dos fatos, partindo do

interesse pela carreira militar, suas vivências durante a formação, passando por questões inerentes as relações de gênero, e os desafios enfrentados durante o percurso na carreira na atualidade.

A necessidade de uma vertente teórica crítica, que esteja fundamentada em questionamentos de cunho mais subjetivo das representações das interlocutoras, onde as entrevistadas puderam vivenciar momentos de catarse, após fiz questionamentos sobre a atuação dessas mulheres nas unidades em que desenvolveram seus trabalhos, e posteriormente fui direcionando para a atuação mais direcionada ao trabalho ostensivo na PMSE nas graduações de sargentos QPMP-0 da corporação e no decorrer dos cursos da carreira, isto é, seus anseios, suas conquistas, possíveis dificuldades enfrentadas nas relações interpessoais com o público masculino, os impactos em sua vida pessoal, exigência social para uma postura profissional, considerando os percursos individuais de cada uma delas.

Nesse viés, o roteiro de entrevistas contribuiu de maneira significativa para que as policiais entrevistadas pudessem discorrer sobre suas representações de forma mais espontânea, e não controlada pela entrevistadora, obtendo insights durante a conversação com essas mulheres, mas sem intervir em seus diálogos, em tempo, essa abordagem discursiva permitiu que as entrevistadas fossem tratadas de forma analítica e ao mesmo tempo as respostas formuladas foram construídas pelas interlocutoras de maneira mais transparente e reflexiva.

Essa prática estende às interlocutoras ao processo de construção da pesquisa como partes ativas, fiz as perguntas de forma individual me atendo a seus gestos, expressões faciais, descrição das emoções entre outros sentimentos.

Entrevistar essas quatro policiais de períodos temporais diversos, mas como experiências e vivências dentro da caserna similares, para mim de forma pessoal foi um grande privilégio, ouvir seus relatos e poder através dessa dissertação, dar voz a essas mulheres, compartilhando suas histórias de vida, foi de um enriquecimento pessoal e de uma importância muito significativa para a construção da pesquisa.

Ressalto que não houve em nenhum momento a tentativa de minha parte em obter discursos homogêneos ou direcionados, usei as transcrições das falas dos sujeitos da forma como se expressavam, por isso, adianto que em alguns relatos os usos da linguagem não estão de acordo com a norma culta.

As entrevistas foram gravadas com a autorização das participantes, e os relatos transcritos por esta pesquisadora, os relatos biográficos das entrevistadas serão

conhecidos no decorrer das narrativas, e todas as entrevistas semi-estruturadas foram feitas em locais escolhidos pelas entrevistadas, sendo garantido às mesmas que nenhuma das interlocuções ocorreriam em espaços físicos militares, preservando a liberdade constitucional da livre expressão das participantes.

Ademais ressalto que vou enfatizar na dissertação as entrevistas de duas interlocutoras colhidas no mês de fevereiro de 2023 em virtude de possuírem mais tempo de carreira na PMSE, mais de 20 anos. As duas entrevistadas voluntárias são nascidas na cidade de Aracaju, ambas são mães e tem idades entre 38 e 42 anos, uma é mulher preta e a outra parda, ambas são casadas, ingressaram na Polícia Militar de Sergipe no mesmo concurso, no ano de 2002, concorrendo a trinta vagas no cargo de soldado.

A entrevista semiestruturada oferece maior liberdade para a entrevistada e para a entrevistadora, ademais ela amplia a possibilidade de formulação de perguntas à medida que a investigação prossegue dando fluidez. No processo metodológico, os relatos biográficos das interlocutoras foram gravados com a autorização das participantes e as narrativas transcritas num segundo momento para possibilitar a análise por esta pesquisadora.

No processo analítico das entrevistas ocorreu inicialmente com base na escuta dos áudios obtidos durante as entrevistas, num segundo momento, houve a transcrição dos relatos, que após uma re-análise, foram inseridas de forma fracionada no contexto da pesquisa, respeitando a forma como foram faladas pelas entrevistadas, inerente a concordância, pausas, gírias etc., identificando no processo de interlocução os fenômenos sociais investigados, onde os diálogos aqui descritos enriquecem os pressupostos científicos abordados, produzindo um entrelaçamento entre o que foi dito e o referencial teórico.

As policiais são integrantes da classe social média e possuem atualmente níveis de escolaridade similares, sendo as duas formadas em nível superior em Universidade Federais no Brasil, sendo uma possuidora de duas graduações (bacharelado e licenciatura).

Após a aprovação em todas as fases previstas no edital de soldado, inicialmente com prova objetiva e discursiva de conhecimentos gerais e específicos, depois exame médico e psicológico, além da prova de capacidade física e investigação social de antecedentes criminais, foram aprovadas em todas as fases,

iniciando no dia 29 de maio de 2002 o curso de formação CFSd, no Centro de Formação de Praças (CFAP), durante um período de nove meses.

As militares citadas tiveram na PMSE sua primeira experiência empregatícia, e atualmente possuem renda individual em torno de 6.000,00 reais líquidos, incluídas num regime trabalhista de dedicação exclusiva, próprio das Forças Armadas Auxiliares no Brasil.

2.0- Rituais militares e a formação do *ethos* guerreiro.

Nesse capítulo trarei análises teóricas a partir da discussão sobre os rituais para compreensão dos cursos de iniciação e formação oferecidos ao longo da carreira dos militares como forma de constituição do “*ethos* guerreiro”.

Além disso, buscarei descrever sobre o curso de formação de soldados na Polícia Militar de Sergipe, chamando atenção para a sua composição em termos de instrutores e instrutoras, estrutura curricular, duração e experiências vivenciadas através das representações de mulheres e policiais, ao longo das etapas de formação, de modo a demonstrar como a elementos de intersecção entre hierarquia militar e desigualdade de gênero, e as violências de gênero na Polícia Militar, sobre a naturalização dos assédios contra policiais, investigando as consequências na vida e trabalho dessas mulheres.

2.1. Os ritos de passagem como recurso etnográfico.

O aluno de soldado por exemplo é submetido a diferentes situações de adequação às normas e procedimentos, que devem ser cumpridos à risca, com o objetivo de incorporar e naturalizar essas ações que ocorrem internamente no ambiente da caserna, aquilo que Celso Castro (1990) chamou de “*ethos* do guerreiro” ou “espírito militar”. Essa incorporação ocorre durante toda a trajetória da carreira do militar, mas inicia-se nos cursos de formação, que funcionam como um “laboratório”, tal qual ocorre como nos ritos de passagem.

É importante salientar que, conforme Arnold Van Gennep (2018), os ritos de passagem são etapas experimentadas e convencionadas por diferentes grupos sociais que marcam e legitimam, formalmente, mudanças na vida dos indivíduos ou da sociedade.

Van Gennep (2003) compreende que os ritos de passagem podem ser classificados em três categorias: “ritos de separação” - como os rituais funerários; “ritos de margem” - como os rituais realizados durante a gravidez - e “ritos de agregação” - como os rituais de nascimento. Em certa medida, essa classificação nos permite identificar passagens que são comuns para marcar transições ao longo do percurso de nossas vidas. Pode-se dizer, de uma maneira geral, que há uma série de ritos que costumam marcar e legitimar simbolicamente e socialmente etapas pelas

quais um indivíduo costuma se submeter para que possa assumir um diferente papel social.

Van Genep (2003) destaca que, independentemente de sua natureza, todos os ritos de passagem contêm eles mesmos três fases invariáveis, ou seja, a fase de separação, em que o indivíduo experimenta um distanciamento de sua condição anterior; a fase de margem, quando esse indivíduo vivencia o ritual propriamente dito e experimenta uma situação ambígua de liminaridade e apagamento de sua identidade pregressa e, por fim, a fase de reagregação, quando ele retorna ao convívio anterior assumindo uma nova posição ou mesmo reafirmando a sua posição social anterior.

Autores como Victor Turner (2005; 2013), com base nas contribuições de Van Genep (2003), irão chamar atenção para a importância etnográfica da fase liminar nos rituais. Nesta fase, é possível compreender, por exemplo, aspectos importantes em torno dos controles e normas a que os indivíduos estão sujeitos em um determinado grupo social, a partir de experiências de exaltação ou mesmo de subversão da ordem vigente.

Nas suas palavras, por meio dos rituais, podemos compreender “estrutura” e “antiestrutura”, a partir de sua dimensão dramática e estereotipada de comportamentos padronizados, bem como da repetição e do exagero. Como afirma Mariza Peirano (2003), os rituais comunicam aspectos importantes em torno da organização e dos valores de determinados grupos sociais.

Turner (2013) ressalta ainda que, nesta fase liminar, em muitos rituais de passagem, os neófitos costumam assumir um comportamento passivo e humilde. Nestas ocasiões, eles devem obedecer aos seus instrutores e aceitar as punições arbitrárias. Conforme Turner (2013):

O neófito na liminaridade deve ser uma tabula rasa, uma lousa em branco, no qual se inscreve o conhecimento e a sabedoria do grupo, nos aspectos pertinentes ao novo status. Os ordálios e humilhações, com frequência de caráter grosseiramente fisiológico, a que os neófitos são submetidos, representam em parte a destruição de uma condição anterior e, em parte, a têmpera da essência deles, a fim de prepará-los para enfrentar as novas responsabilidades e refrená-los de antemão, para não abusarem de seus novos privilégios. É preciso mostrar-lhes que, por si mesmos, são barro ou pó, simples matéria, cuja forma lhes é impressa pela sociedade (Turner, 2013, p. 104).

O simbolismo que cria uma *persona* limiar é altamente complexo, algo que Lévi-Strauss chamou no passado de “isomorfos”. A invisibilidade estrutural da *persona*

limiar” tem um caráter duplo, sendo assim muitas vezes advindos de práticas de processos físicos e biológicos, de acordo com Turner (2013).

O exemplo de seres “isomorfos” são os “seres transicionais”, que podem ser considerados “nem uma coisa nem outra” eles possuem uma realidade física, mas não social (neófitos) e por isso devem ser escondidos, são considerados como uma estrutura negativa, pois “*eles não têm nada*”, nem status, propriedade, insígnias, graduação ou posição de parentesco, estão “*nus e desabrigados*” como na citação do autor ao trecho do livro *Rei Lear*, e que servem para exemplificar o que passam os “*bichos*” durante a fase de transição, nos cursos de formação das polícias militares, onde os recrutas ainda não são militares, nem civis, estão numa fase de liminariedade.

Se formos pelos caminhos traçados pelo pesquisador Victor Turner (2005) entenderemos que é possível compreender os quartéis como uma “caserna de símbolos”, isto é, através de diversas ações rituais naturalizadas pelos alunos, seus superiores hierárquicos e o corpo docente, em um ambiente pedagógico, caracterizado por um “drama social”. Esse ambiente é repleto de *performances*, pelas quais se mostram a relação entre a dor física e o elemento simbólico de aceitação do grupo ao novo militar

Mariza Peirano (2003) no livro *Rituais Ontem e Hoje*, descreve que o conceito de ritual hoje se faz fundamental sobre algumas bases de orientação, a primeira é que ela precisa ser etnográfica, pois para a autora o pesquisador deve desenvolver a capacidade de aprender com os nativos, a segunda é não ter julgamentos precipitados sobre a natureza do ritual, pois o que interessa é sua formação específica, podendo ocorrer num campo de futebol, ou em uma eleição, entre outros eventos convencionais.

O terceiro é que o ritual não se caracteriza pela ausência da racionalidade, ou seja, os critérios da nossa sociedade não podem confundir a percepção do pesquisador. O quarto é que o ritual está presente no dia a dia, sendo um fenômeno especial da sociedade, onde não se deve fixar critérios (ocidentais) de racionalidade, os rituais devem ser analisados por sua criatividade, eficácia de transmitir valores, conceitos e de resolver conflitos, reproduzindo relações sociais.

Os rituais possuem um elemento conectivo, seja na forma de falar, de agir, de fazer, cada um têm um propósito. Mariza Peirano (2003) a partir da análise das pesquisas desenvolvidas por Stanley Tambiah (1985) diz que o ritual de comunicação

simbólico é constituído de sequência ordenadas e padronizadas de palavras, atos, em geral expressos por múltiplos meios.

Diante disso, entendemos assim que os rituais rememoram as tradições, o contato com o simbólico e reafirmam os ideais do grupo, por isso acredito que o curso de formação e aperfeiçoamento das carreiras policiais são rituais de passagem como definia Van Gennep (2003) e cabe a eles moldarem os indivíduos nos princípios basilares da hierarquia e disciplina, através das relações de subordinação dentro da caserna, legitimadas pelos costumes e leis.

2.2- A Polícia Militar de Sergipe e seu legado institucional.

A Polícia Militar do Estado de Sergipe teve sua origem em meados do ano de 1835, sendo que até o ano de 1834, o que existia como força armada era a chamada Guarda Municipal Permanente³ da Província, denominação que no ano de 1835 teria um novo nome a Força Policial da Província, título com o qual a Polícia Militar de Sergipe seria chamada à época.

A Força Policial de Sergipe foi criada a partir da Carta de Lei de 28 de fevereiro de 1835. Na época, observa-se então a primeira fixação do efetivo num “Corpo Policial”, com 201 integrantes, entre oficiais e praças, sendo oito soldados montados, fato esse que caracteriza como um “embrião” do Esquadrão de Polícia Montada (EPMont), unidade que existe até hoje, com instalações situadas no Parque da Cidade, zona norte da cidade de Aracaju, capital do Estado.

No ano de 1858, a então Força Policial se estruturou passando a possuir um Estado-Maior, e um efetivo distribuído em quase todo o território de Sergipe. O Decreto nº 585 ocasionou o surgimento do Pelotão de Artífices que se destinava especialmente aos serviços de conservação das obras na administração estadual, sendo recrutados para alistamento homens que possuíssem os ofícios de maquinista, eletricitista, carpinteiro, pedreiro, pintor etc., entre outros serviços de manutenção e não de policiamento ostensivo.

O comandante e os praças do Pelotão de Artífices poderiam até ser recrutados como policiais, uma vez que ocasionalmente faziam o serviço de policiamento. A Lei nº. 674, de 30 de setembro de 1915, incorporou ao efetivo da 3ª Companhia do Corpo

³ Disponível em: <https://pm.se.gov.br/home/historico/>

Policial o então Pelotão de Artífices, mais tarde nas décadas de 1920 a 1940, os integrantes do Pelotão de Artífices passaram a compor o efetivo da Companhia Extranumerária.

No ano de 1916, foi criada a 4ª Companhia da Força Pública, que seria empregada exclusivamente no serviço fiscal, auxiliando os agentes incumbidos da arrecadação de impostos de Sergipe, na atualidade essa companhia está subordinada ao Batalhão de Guardas da Polícia Militar de Sergipe (BPGd), localizado no bairro Siqueira Campos, área central de Aracaju.

No governo de Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (1914-1918), foi assinado o Decreto nº 658, de 26 de dezembro de 1917, que finalmente militarizava a polícia, tornando-se uma Força Pública do Estado de Sergipe, subordinada as legislações e regulamentos advindos do Exército Brasileiro.

Outrossim, com a Lei nº 791, de 01 de outubro de 1920, ocorre uma ampliação na estrutura, passou a contar com um Batalhão Policial e uma Seção de Bombeiros, que mais tarde na década de 1930, atuou no combate ao cangaço no interior do Estado. Diante disso, o Interventor Federal no Governo do Estado de Sergipe decidiu criar a Seção de Transmissões, anexa à Seção Extranumerária, desenvolvendo, na ocasião, serviços na área da radiotelegrafia (1931), um avanço na área de comunicação.

Em meados do final da década de 1930, foi criada da Companhia de Guardas (CPGd), através do Decreto-Lei nº.26, de 31 de dezembro de 1937, sendo constituída inicialmente por três pelotões, cada um deles com três grupos de combate e uma Seção extra.

A Lei nº. 38, de 10 de novembro de 1936, fixou o efetivo da Polícia Militar para o ano de 1937 em 33 oficiais e 823 praças, ampliando significativamente o efetivo, no mesmo documento foi criado o Batalhão de Infantaria do Interior, sendo o seu primeiro comandante o Oficial Major Hermeto Rodrigues Feitosa.

No ano de 1965, com a promulgação da Lei nº. 1.360/65, houve um aumento significativo no número de militares da corporação, passando a ser em torno de 1.427 policiais militares, gerando a criação de um organograma básico, uma diretoria geral de ensino, que existe até o presente momento com o Centro de ensino e Instrução (CEI), além de um Estado Maior Especial, que contribuiu na criação da Casa Militar do Governador, somado um Quadro Auxiliar de Administração e uma Companhia de Policiamento e Radiopatrulha, que perduram até o momento atual.

No ano de 1995 foi criada a Companhia de Polícia Feminina, unidade onde o efetivo era todo composto por mulheres entre militares de baixa patente (soldados, cabos e sargentos) e oficiais superiores (tenente, capitã), sendo desativada em 1998 e seu efetivo distribuído juntamente com o masculino pelas demais unidades administrativas e operacionais da PMSE.

Na atualidade existem cerca de cinco unidades principais, que funcionam como eixos distribuídas tanto em unidades operacionais (atividade fim-policimento ostensivo) quanto administrativas (seções e subseções) que auxiliam o comando do Estado Maior, incorporando setores responsáveis pela gestão, logística e recursos humanos na PMSE.

Existem em 2023 existem cerca de onze Batalhões distribuídos em todo o território de Sergipe, sendo três na Grande Aracaju (1º, 5º e 8º BPMs) e os demais no interior (2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 9º, 10º e 11º BPMs), além de seis Companhias Independentes de Polícia Militar, Batalhão Especial de Segurança Patrimonial (BESP), Comando de Operações Especiais (COE), Batalhão de Policiamento de Guardas (BPGd), Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), Batalhão de Polícia de Radiopatrulha (BPRp), Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual (BPRv), Batalhão de Policiamento Turístico (BPTur), Hospital da Polícia Militar (HPM), Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), Esquadrão de Polícia Montada (EPMon), Companhia de Polícia de Trânsito (CPTran), Companhia de Polícia Fazendária (CPFaz), Companhia Independente de Operações Policiais em Área de Caatinga(CIOPAC), Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCães), Pelotão de Polícia Ambiental (PPamb), Grupamento Especial Tático de Motos (Getam), Grupamento de Ações Táticas do Interior (Gati), dados que foram retirados através da consulta as redes abertas da Polícia Militar de Sergipe, como site da PMSE e Instagram da instituição nos anos de 2022 até maio de 2023.

Existem unidades operacionais (atividade fim-policimento ostensivo) e administrativas (seções e sub-seções) que auxiliam o Estado Maior, incorporando setores responsáveis pela gestão, licitações, logística e recursos humanos na PMSE.

A corporação em 2023 fez 188 anos de história e em maio de 2023 possui um efetivo que permeia um total de 5.361 militares divididos entre homens e mulheres, seus quadros são majoritariamente ainda compostos por homens, decorrente da incorporação tardia de mulheres na Força de Segurança pública do Estado de Sergipe, que se deu em meados da década de 1990, com o concurso específico para

o quadro de sargentos QPMP-0 algo que não ocorre na atualidade pois o ingresso ao Quadro de Praças inicia na graduação de soldado QPMP-0, nos editais dos anos de 2014 em diante foi previsto um percentual de 5% do total das vagas disponibilizadas via concurso público.

No ano de 2018 foi publicado o último edital para concurso de soldados e oficiais, que ainda está vigente devido a prorrogação efetuada pelo então governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, que também autorizou a convocação de mais de 1000 militares neste certame.

A exigência de escolaridade para concorrer como agente público (soldados QPMP-0) é nível médio, e para Oficiais-QOPM é o bacharelado em Direito, em ambos os certames está previsto a obrigatoriedade de aprovação no curso de formação, com duração para soldados de média de 10 meses e Oficiais de 2 anos, em regime de dedicação exclusiva, com grade dividida entre o ensino em sala de aulas e os estágios em unidades da polícia e eventos públicos.

2.3- As disciplinas militares e a formação do *ethos* da guerreira.

As disciplinas ministradas nos cursos em geral subdividem em áreas de conhecimento específico a exemplo de temas mais ligados à área da Segurança Pública, Direito, Noções de Primeiros Socorros e História da PMSE, que somados a conhecimentos ligados a disciplinas sobre Armamento, Munição e Tiro, Técnicas de abordagem, Direção defensiva, Legislação de Trânsito, e Legislação Ambiental contribuem na formação inicial dos militares.

Os cursos são realizados no Centro de Formação da PMSE, na cidade de Aracaju, que possui atualmente uma estrutura composta de um pátio central, salas de aula, alojamento da guarda do quartel, além de um auditório, uma sala de enfermagem para a prestação de primeiros socorros no caso de acidentes, sala de cautela de armamentos, banheiros para homens e mulheres, sendo diferenciado o banheiro dos Praças em relação ao dos Oficiais.

Existe um elemento característico das Forças Militares quanto a disciplinas como ordem unida e educação física, esta última é incontestavelmente considerada fundamental durante os cursos de formação e aperfeiçoamento da carreira, pois tradicionalmente a formação do *ethos guerreiro* atravessa questões ligadas ao corpo físico e simbólico do militar, seja ele homem ou mulher, esses atravessamentos de

culto ao corpo está intrinsicamente relacionado a própria tradição militar, o guerreiro deve estar fisicamente preparado para a batalha, para lutar com o inimigo, outro conceito construído culturalmente, mas que poderemos falar mais à frente nessa dissertação.

Diante do que foi dito, é perceptível para aqueles que ingressam nas Forças Armadas ou que já tiveram contato com o quartel e em especial nas cerimônias militares, paradas comemorativas a datas históricas importantes para as Forças Armadas e ou Polícias no Brasil, homens e mulheres com o físico atlético, é atribuído como uma qualidade do militar, e naturalmente associado por aqueles que fazem parte da caserna como um policial preparado para o combate, por isso a educação física será uma atividade que irá ultrapassar o período de curso e se tornará uma disciplina presente durante a carreira militar.

No entanto as mulheres terão de provar a todo tempo acompanhar o ritmo dos homens durante os treinos na educação física, independente que as leve a exaustão, cair nas corridas, ou desmaiar durante as barras suspensas, é considerado como fraqueza, o curioso que ao mesmo tempo que estigmatiza aquela policial como uma “mulher fraca” e divide as policiais “fortes” das “fracas” em determinado momento pode reforçar a união do grupo, que se fecha em detrimento da proteção e incentivo daquela policial que não consegue desempenhar a tarefa imposta por seu instrutor de educação física, reforçando o elo do grupo e o que Celso Castro (1990) descreveu como o *espírito militar*.

A duração média dos cursos para a formação de soldados (CFSd) é de dez meses, já o curso de formação de Oficiais atualmente dura dois anos, em virtude da exigência da escolaridade inicial de Bacharelado em Direito, exigência esta que iniciou a partir do ano de 2018.

Entre as atividades em sala de aula, os militares praticam atividades físicas, e como o eixo do ensino militar se baseia no ensino e no trabalho, após a aprovação nas disciplinas teóricas e práticas de armamento, munição e tiro policial, já podendo portar armas, irão iniciar o estágio operacional que é “tirar o serviço” inicialmente junto com os integrantes da guarda do Centro de Ensino e depois nas atividades de policiamento em eventos e operações diversas, sempre acompanhados de instrutores militares que funcionam como tutores destes, coordenando o grupo de trabalho durante o estágio operacional.

No entanto, durante a pesquisa através dos Boletins Gerais Ostensivos nos anos de 2018 e 2021, percebi que não existe na grade curricular dos cursos de formação disciplinas relacionadas à análise e/ou discussão sobre questões inerentes as relações de gênero, homofobia, transfobia, entre outras violências em virtude do gênero, e o corpo docente é majoritariamente composto por homens.

Existem matérias específicas da carreira militar e que são até certo ponto desconhecidas do público masculino, uma delas é a ordem unida. A ordem unida é uma disciplina militar que é presente em todos os cursos de formação e aperfeiçoamento da carreira militar, ensinar a comandar e a obedecer às ordens dadas a partir de comandos de voz e gestos específicos requer um frequente treinamento, que vai desde a entonação da voz, a postura corporal e a memória sobre a sequência dos exercícios.

Nesse aspecto, analiso uma disciplina regular bem específica da carreira e obrigatória na grade curricular da carreira, tanto que é presente em todos os cursos de formação e aperfeiçoamento das Forças Armadas, a *ordem unida*.

Durante a prática dessa disciplina, específicas carreiras militares, percebo que é desenvolvido o que Celso Castro (1990) descreve como o *ethos guerreiro* e o que intitula de *spiritus corporis*, fenômeno cognitivo e vivenciado pelos militares durante o convívio e a prática dos exercícios, fortalecendo laços e criando os elos entre os integrantes do grupo ou reafirmando tradições como descreve DAMATTA (1997) e exaltação dos valores advindos da própria sociedade, como entende TURNER (2008):

O desfile militar cria um sentido de unidade, sendo crítica a dramatização da ideia de corporação nos gestos, vestes e verbalizações, que são idênticos (DAMATTA, 1997, p. 57).

A ação ritual assemelha-se ao processo de sublimação, e não se estaria dilatando a linguagem indevidamente ao dizer que o comportamento simbólico de fato “cria” a Sociedade para propósitos pragmáticos – Incluindo no termo sociedade tanto a estrutura quanto a *communitas* (TURNER, 2008, p. 50).

A disciplina Ordem Unida, teoricamente têm como objetivo ensinar a comandar seus subordinados, a tropa, tendo seu ponto alto de performance, especialmente durante as cerimônias militares, evento maior de integração dos participantes, é composta por uma série de comandos de voz emanados pelo chefe de turma, ou comandante de pelotão, que via de regra é o aluno de soldado ou cadete mais antigo hierarquicamente, e naquele dia específico, será o responsável pelos atos e omissões dos seus colegas no grupo.

Sua organização interna cabe ao Exército, à Marinha e a Força Aérea, e como tais corporações são ordenadas segundo um eixo hierárquico, o ritual assume explicitamente tal princípio organizatório (DAMATTA, 1997, p. 56).

O chefe de turma têm atribuições bem seculares, sendo responsável por apurar as faltas dos colegas, checar se alguém está doente ou que não poderá *entrar em forma* (ficar de pé) durante a formatura geral, que geralmente acontece no início e final do expediente das aulas, quando é lido o Boletim Interno (BI), apresentar a turma ao instrutor(a) na aula, ou seja, existem diversas funções inerentes ao cargo provisório, e em caso de algum erro seu ou de outrem, poderá ser responsabilizado por qualquer ato falho ou falta não comunicada ao seus superiores, uma vez que ele é quem gerência e promove a disciplina e obediência do seu pelotão.

É um rito histórico de passagem, já que sua performance visa não só recriar um momento glorioso do passado, mas muito especialmente narrar a passagem entre o mundo colonial e o mundo da liberdade e da autodeterminação (DAMATTA, 1997, p. 54).

Essa matéria curricular possui um rito bem específico, com comandos de voz e ordens gestuais cheias de significados, tradições, e carregados de simbologias. Num primeiro momento, o chefe de turma representa o comandante da tropa, na falta dele, colocando em forma os colegas no pátio externo todas as manhãs, alinhando um atrás do outro, por altura e na distância de um palmo, medindo de ombro a ombro, em posição de sentido (em pé com os braços esticados rente ao corpo), em um tom alto e com vigor na voz, o chefe de turma dará o comando de ATENÇÃO!

É um rito histórico de passagem, já que sua performance visa não só recriar um momento glorioso do passado, mas muito especialmente narrar a passagem entre o mundo colonial e o mundo da liberdade e da autodeterminação (DAMATTA, 1997, p. 54).

Nesse momento os integrantes do grupo não poderão mais conversar uns com os outros, e todo o pelotão estará na posição de descansar (em pé com as mãos atrás do corpo, na linha da cintura, enlaçadas como se estivesse num aperto de mão), o indivíduo em fila estará atento aos comandos que serão dados quase gritando, numa altura sonora na voz que seja ouvida até o último militar na linha marcial de formação, e falará: SENTIDO!

A partir daí a tropa com vigor e celeridade dos movimentos irá se colocar também na posição de sentido, o alinhamento deverá ser impecável, e obedecido como o disposto acima, falamos no jargão militar, VIBRANDO! A aluno irá ficar com o

corpo muito reto, ainda com as palmas das mãos para dentro e bem espalmadas, na direção do corpo, formando uma concha, e será ouvido o som dos braços e mãos batendo no corpo.

A música também é um elemento altamente ritualístico, ela contribui na *performance*, ela dá e obedece a comandos previstos numa legislação específica de regulamentos do exército, a banda de música militar é presente nas cerimônias mais importantes, desde datas comemorativas durante a semana da pátria, até funerais, o toque da corneta é algo sempre presente nos eventos internos, desde a alvorada (nascer do sol), até o estiar da bandeira nacional, entre outros.

O *silvo* é o toque de “atenção”, ele é dado todas às vezes que for necessário cessar as conversas dos militares em forma (para que os militares fiquem atentos e parem de conversar ou mexer o corpo), o próximo toque de corneta será para se colocar na posição de “descansar”, logo após será dado o toque de “sentido”, e no primeiro toque do bumbo (tambor) será o momento para iniciar a marcha, que deverá começar no pé direito, ao som do bater do tambor, assim a marcha é marcada e cadenciada, alinhada com os passos do comandante da tropa.

Caso haja a passagem de comando, uma troca de posto, seja porque o chefe de turma passará o comando para o seu comandante de pelotão, que nos cursos de soldado (CFSd) o comandante do pelotão poderá ser um soldado já formado ou um aluno de soldado que possui a nota mais alta, pode ser um cabo, sargento ou qualquer outro militar hierarquicamente mais graduado ou de um posto mais elevado.

Entretanto, nos cursos de oficiais de academia (QOPM), o chefe de turma poderá ser um aluno-oficial com mais tempo de caserna, até outro cadete (nome pelo qual os militares são chamados os alunos no CFO/PM). O comandante do centro de instrução costumeiramente é um tenente ou capitão que será responsável mais diretamente pela turma, atuando como ponte entre as turmas e o centro de ensino, estreitando a relação com o comandante do centro de formação.

O chefe de turma tem por obrigação apresentar seus colegas e a si mesmo durante as instruções ministradas, inclusive por professores civis, se colocará frente a frente ao seu superior, e apresentará a turma, dizendo com voz alta o seu nome, matrícula ou número, e qual sua atual patente, dirá também se há ou não algum evento com a tropa (passará as alterações) e após essa apresentação, seu superior terá que prestar retribuição da continência, dirá que está apresentado, se militar estará a distância de um aperto de mão do aluno, algo em torno de meio metro, irá retribuir

a continência que descreve como um “Ritual pragmático que representa uma rigorosa ordem interna” DAMATTA (1997).

Caso o chefe de turma não faça os comandos a contento, com voz alta e imponente, e não siga todos os passos descritos, ou a tropa não faça de forma uníssona e com vibração, a ponto de o som das batidas das palmas no corpo serem ouvidas até no pátio da academia, terão de repetir incansavelmente, ficando um movimento único, um só corpo, o erro de um individualmente é o erro de todos, independentemente se mulher ou homem, o comandante deve ter postura séria e atenta à sua tropa.

Diante de tudo que foi dito até aqui, percebemos então que essa disciplina ministrada em todos os cursos nas Forças Armadas, é altamente ritualística, onde a comunicação é construída de diversas formas *sui generis*, seja no uso do corpo, da voz, dos gestos, das palavras, do som, dos símbolos e unidade da tropa, fato este que gera o que eu identifico como uma “coesão coletiva”, afinal todos os integrantes deverão apoiar um ao outro, até que todos acertem os exercícios, os alunos irão passar pelo momento de comandar seus colegas, por isso a cooperação será mútua, e o erro de um não deve ser visto como algo vexatório, pois como disse anteriormente, o erro do meu colega é o meu erro.

Lembro da tensão que vivi como chefe da turma, não conseguia dormir na noite anterior, tinha um enorme medo de errar e acabar levando meus colegas a marcharem até a exaustão física e mental, ou acabar passando o final de semana detida no CFAP, atual CEI.

Além disso, estávamos treinando para a formatura no final do curso, havia um orgulho interno em cada um de nós, nossos familiares estariam presentes na solenidade, havia a vontade conjunta da turma de impressionar a todos, competíamos entre as turmas para ver qual pelotão marchava pisando mais forte no solo, o curioso é que com o tempo de carreira tudo isso se tornou algo muito natural.

Contudo, percebo que para os civis e convidados, as cerimônias militares causam um certo fascínio, vejo que as pessoas ainda ficam impressionadas com a marcha sincronizada da tropa no 07 de setembro, com demonstração do arsenal bélico (as armas), as viaturas com muitas luzes e sirenes vibrantes, os cavalos muito bem limpos e escovados com túnicas da cor da bandeira do Brasil cobrindo o corpo, os cânticos e hinos entoados com imponência, e o som do bumbo iniciando a marcha da tropa em forma, com o pé direito, num “local historicamente santificado”

(DAMATTA, p.55), esses elementos revelam muito da estrutura social brasileira, na medida que vangloriam tradições e ideologias sociais, lembro de colegas me relataram recentemente que até hoje o som da corneta arrepiava seu corpo, para eles ela representa a voz de comando, o avançar da tropa em combate, a demonstração de domínio sobre um inimigo simbólico.

Embora para mulher, a ordem unida pode ser um grande pesadelo ou o auge de seu comando sobre os subordinados, ademais o medo de errar os comandos aliado voz fina, algo natural na voz feminina, pode causar um efeito contrário e não desejado, o de não sermos obedecidas pela tropa, pois não temos naturalmente a chamada virilidade masculina.

O corpo físico é um elemento que deve ter uma postura muito formal na cultura militar, como me diziam: “seja como um homem”, nesse momento em especial a masculinidade passa a favorecer, afinal, se quiser impor respeito e disciplina à tropa quanto mais viril, mais respeito e obediência alcançará da tropa, o ideal do corpo simbólico militar (Rosemere Moreira (2010) é um fenômeno presente na análise epistemológica das relações de gênero internas nas instituições totais.

Ainda hoje policiais me relatam durante conversas informais, no período em que eu ainda delimitava meu objeto de pesquisa na qualificação de mestrado, que tiveram à época em que foram chefes de turma, crises de choro, e outras tremiam os dentes, ou suas mãos permaneciam geladas pelo receio de errar, algo que poderia ser pior, se estivessem sendo pressionadas por outros instrutores ou oficiais (homens e mulheres).

Lembro que em 2002, durante meu curso de formação as colegas nem conseguiam falar direito com a voz trêmula, quando erravam repetiam várias vezes, sob gritos de instrutores (também militares) nos nossos ouvidos, outros faziam piadas machistas, falavam palavras improprias de cunho vexatórios, e também misóginas, algo que não víamos com tanta regularidade com os homens, só era pior quando um aluno de soldado, tinha uma voz considerada “afeminada” pelo instrutor, era mais rejeitado se compararmos a uma aluna-PFem, e regularmente era apelidado de “menino criado com a vó” e etc.

Como descreve o antropólogo Roberto Da Matta (1997), em Carnavais, Malandros e Heróis, o autor relata a existência de uma “dramatização do mundo social” onde a performance dos componentes irá determinar o quanto a tropa é

disciplinada, além de reforçar, exaltar os símbolos e perpetuar as simbologias e signos numa verdadeira simbiose holista.

A base do processo de simbolização é, pois, o deslocamento ou a passagem. Isso é importante porque falamos em símbolos, mas em geral jamais especificamos as condições que transformam um mesmo objeto – um pedaço de folha, uma pedra, um gesto, um livro ou um animal, em símbolo. (DAMATTA, 1997, p. 98).

3.0- A hierarquia militar como um instrumento de opressão machista.

A Polícia Militar de Sergipe apesar de passar por diversas transformações nos últimos 20 anos, ainda possui raízes muito profundas e está sob a égide de doutrinas e ideologias advindas do Exército Brasileiro, em especial do período da Ditadura Militar na década de 60 e 70, inclusive quando se trata de questões inerentes a gênero, raça, e condições socioeconômicas ou ideologias políticas de esquerda.

Mesmo assim, creio que a possibilidade de estar pesquisando sobre um tema tão polêmico nessa dissertação, por si, já é um enorme avanço, algo impensável no passado recente no Brasil, além da chance que tenho de observar de dentro outras mulheres da caserna ingressando cada vez mais nas Universidades e escrevendo dissertações e teses, relatando sobre fatos que até pouco tempo desconhecidos pelo público em geral, e pouco a pouco graças a maior abertura de vagas em concursos públicos, existe um aumento tímido mais gradativo do efetivo feminino na segurança pública.

A abertura da discussão sobre violência de Gênero a partir da criação da Ronda Maria da Penha em Sergipe, o ingresso de mais mulheres pretas e pardas na corporação, a possibilidade de aumento de mulheres em cargos de chefia, mesmo que ocorra em maior número na área administrativa.

O maior interesse na carreira policial no Brasil nos últimos anos, é um efeito decorrente da estabilidade da profissão, aliado a exigência do nível médio para concorrer ao cargo de soldado, curioso é que boa parte dos inscritos já possui nível superior de escolaridade ou estão cursando.

No ano de 2018 passou a ser exigida o bacharelado em Direito para o concorrer ao cargo de Oficial na PMSE, o que ocasionou na diminuição do tempo de curso nas academias passando de três anos para dois anos. Considero um avanço significativo a exigência cada vez maior de escolaridade nos concursos para as polícias no Brasil, uma vez que no passado a exigência de escolaridade era nível fundamental.

Apesar do percentual de mulheres convocadas ainda ser menor em relação ao número total de policiais convocados nos concursos, após todas as fases de aprovação, que incluem prova intelectual e de conhecimentos específicos, avaliação de capacidade física (TAF), comprovação de saúde física e mental para o exercício da função, e investigação social.

Percebo que ao longo de vinte anos as mulheres estão ressignificando a maneira de agir umas com as outras nas operações, somando tecnicamente nos serviços durante as abordagens ou nos comandos em viaturas, contribuindo mais no ensino como instrutoras nos centros de formação, a impressão de que as policiais estão muito mais “inclusivas”, técnicas e atentas à preservação dos Direitos Humanos, garantias a Princípios Constitucionais, a manutenção da ordem pública e a Dignidade da Pessoa Humana.

Quando tracei o caminho de investigar o fenômeno da possibilidade do uso da hierarquia militar para a prática do machismo nos cursos da carreira militar, como antropóloga senti que seria um tema muito desafiador, inicialmente porque estava num campo sensível e conhecido por mim, o que poderia me prejudicar até certo ponto, caso eu não tivesse alguns cuidados inerentes a metodologia da pesquisa e em especial a busca por referências e informações no campo, além de priorizar a todo momento a objetividade da pesquisa.

Outro aspecto é que a temática sobre as violências de gênero são particularmente traumático para mulheres e potencializados por estarem num local caracterizado como uma Instituição Totalizante, tomando emprestada a definição de Celso Castro (1990), tudo se torna mais complexo e difícil a começar pelo acesso aos documentos e o cuidado referente a pesquisa de campo, as organizações militares possuem ordenamentos jurídicos e leis muito rígidas, estar atenta a eles é um compromisso do qual como pertencente a este grupo social não posso declinar.

Mas o compromisso com a pesquisa me fez buscar do quartel pra dentro os segredos institucionais, onde as relações são construídas sob a égide da hierarquia, fora do olhar do público civil, mas sempre com um olhar científico, as relações que ocorrem dentro dos quartéis ainda são muito bem guardadas, falar sobre violência institucional e assédios decorrente do gênero entre militares torna o tema ainda mais complexo e provocante uma vez que o campo da Antropologia Militar e as Relações de Gênero em ambientes de Instituições Totais Militares ainda é uma temática pouco abordada por pesquisadores no Brasil.

Ter acesso ao campo e através das representações das minhas interlocutoras aliadas as minhas memórias, buscando refletir sobre os desafios enfrentados por essas mulheres no início de suas carreiras, logo na fase inicial, durante a formação foi pessoalmente algo enriquecedor, para não dizer que em determinados momentos

pude ter processos de catarse, seja quando ouvia as entrevistas gravadas no meu celular, ou quando as transcrevia a noite a mão em folhas de papel.

Durante a fase do projeto de pesquisa em 2021, enfrentei diversos entraves, o principal foi a Pandemia de Covid-19 que parou o mundo e fez com que mudássemos toda a forma de estabelecer contatos uns com os outros, as pessoas simplesmente não queriam ser entrevistadas por medo de contrair a doença e morrer, não haviam locais para fazer as entrevistas, já que me recusei a todo tempo de fazê-las dentro dos quartéis, sendo assim, atrasei a pesquisa em campo e considerando a importância de transmitir essas narrativas, e dar voz a essas mulheres me comprometi a esperar a possibilidade de ouvi-las afinal, pois acredito que a pesquisa feminista tem muito disso, ela nos faz refletir sobre as realidades vividas por nós mulheres.

Percebo que as mulheres ligadas às Forças de Segurança Pública em especial as policiais militares possuem poucas chances de serem ouvidas em pesquisas e dados ligados as violências e assédios dentro dos seus locais de trabalho e ter os fenômenos das violências de gênero pesquisados nas Universidades.

Apesar das pessoas que integram as polícias serem compostas por civis que vieram de fora para o “quartel pra dentro”, e as violências e abusos representarem reflexos das relações que existem também fora desse grupo social e sim da sociedade como um todo com suas mazelas, injustiças, discriminações e desigualdades.

A hierarquia militar pode ser usada por alguns policiais como um instrumento de opressão machista à medida que é utilizada por militares homens e mulheres para praticar atos de opressão, violência e controle de corpos e mentes em virtude do gênero nos espaços de poder.

Sendo assim, nesse capítulo trarei uma discussão baseada nas minhas experiências, a partir da autoetnografia, a posteriori discussões mais gerias sobre as informações coletadas no campo e a inserção dos trechos das entrevistas semiestruturadas.

Neste norte, dividirei o capítulo em três seções, sendo a primeira como eu e minhas interlocutoras vivenciamos o ingresso na Polícia Militar de Sergipe, num segundo momento trarei o perceber-se militar, e a incorporação do “ethos da guerreira”.

Ao final discutiremos sobre as experiências nos cursos e nas atividades policiais demonstrando que há algumas intersecções entre subordinação hierárquica e as relações de gênero, e como ocorre a divisão desses papéis sociais na PMSE,

além de investigar alguns fatos que revelam o machismo estrutural na corporação, a partir da análise antropológica de eventos sociais internos mais gerais que eventualmente são do conhecimento público ou que foram divulgados nas mídias sociais virtuais.

3.1- O Ingresso: “A palavra convence, mas o exemplo arrasta”.

No muro que fica na entrada do Centro de Formação de Praças (CFAP) está escrita a seguinte frase: “*A palavra convence, mas o exemplo arrasta*” de autoria desconhecida, para mim tem um significado pessoal imenso, essa frase demonstra a força de nossas ações individuais e as consequências delas na coletividade, e o quanto um ato seja valoroso ou ruim pode ser repetido diversas vezes produzindo resultados marcantes na vida cada indivíduo principalmente daqueles que fazem parte de grupo tão fechado quanto as organizações militares.

Iniciei a dissertação com uma série de reflexões que versam sobre algumas causas que contribuem para que os assédios e violências de gênero ocorram com as mulheres militares pertencentes as Forças Armadas e Segurança Pública, numa instituição com o menor efetivo em relação as outras corporações no Brasil tendo como recorte os cursos de formação e aperfeiçoamento da carreira, investigando o motivo de serem mais frequentes na Polícia Militar.

Algo que me questionei desde o início da pesquisa era o porquê não existem dados quantitativos sobre esses fenômenos ou informações advindas de órgãos ligados à Segurança Pública Estadual que pudessem ser usados como arcabouço nas dissertações de Mestrado e teses de Doutorado ou para a abertura de programas que fomentem a prevenção e combate a essas violências dentro das organizações militares que compõem a Segurança Pública.



Fig. 02. Fonte: Instagram @pmsergipe –Quartel do Comando Geral (QCG), Município de Aracaju, em 2022.

Percebo que ao longo de vinte anos as mulheres estão ressignificando a maneira de agir umas com as outras nas operações, somando tecnicamente nos serviços durante as abordagens ou nos comandos em viaturas, contribuindo mais no ensino como instrutoras nos centros de formação, a impressão de que as policiais estão muito mais “inclusivas”, técnicas e atentas à preservação dos Direitos Humanos, garantias a Princípios Constitucionais, a manutenção da ordem pública e a Dignidade da Pessoa Humana.

Tracei o caminho de investigar o fenômeno dos assédios e a possibilidade do uso da hierarquia militar para a prática do machismo nos cursos da carreira militar, como antropóloga senti que seria algo muito desafiador, primeiro porque estou num campo sensível e conhecido por mim, sou uma pesquisadora da caserna e faço uma pesquisa feminista por isso a todo momento tento priorizar a objetividade no trabalho científico.

Outro aspecto que constitui meu objeto de investigação num tema particularmente difícil de ser pesquisado pois representa um sentimento traumático de inúmeras violências vividas em sociedade para mulheres e re-vividos em organizações militares consideradas Instituições Totalizantes de acordo com Celso

Castro (1990), onde os segredos, onde as relações são construídas sob a égide do pilar da hierarquia militar, é um elemento muito delicado e ainda maior para quem se propõe a pesquisar sobre esse objeto, além disso, o campo da Antropologia Militar somada ao estudo das relações de gênero ainda é uma temática muito pouco discutida por pesquisadores no Brasil.

Ter acesso aos “segredos institucionais” através das minhas memórias e das experiências e representações de outras policiais durante as entrevistas ou no campo coletando informações nas conversas informais que tive com colegas na fase inicial do projeto de pesquisa em meados de 2021, em plena Pandemia de Covid-19.

Enquanto os que podiam estavam em casa, nós policiais assim como diversos outros profissionais tínhamos de continuar a exercer a profissão de forma presencial, fortaleceu em mim a importância de transmitir essas narrativas, transcrever esses relatos, de investigar os fenômenos das violências de gênero desde a fase inicial dos cursos de formação, creio que a pesquisa feminista tem muito disso, ela nos faz refletir sobre as realidades vividas pelas mulheres, os fenômenos sociais, ademais, as polícias militares grupos humanos que refletem as mazelas, estigmas e desigualdades dessa sociedade.

A hierarquia militar pode ser usada por alguns policiais como um instrumento de opressão machista à medida que é utilizada por militares homens e mulheres para praticar atos de opressão, violência e controle de corpos e mentes em virtude do gênero nos espaços de poder.

No entanto, quando as violências (assédios) são promovidos de forma recorrente, dentro dos espaços nos quartéis, todas às vezes que uma policial está trabalhando, e o agressor não é denunciado, vejo que existe uma omissão voluntária e uma complacência de outros superiores e outros colegas de trabalho em relação a esse tipo de violência de gênero, seja por homens ou mulheres, com o tempo essas agressões se tornam imperceptíveis, chegando a ser naturalizadas, pelas pessoas envolvidas diretamente e indiretamente com o assédio, que vivenciam ou testemunham as violências, a ponto delas não considerar como violência.

Maria da Graça - Eu entrei na polícia militar no ano 2002, com a possibilidade de ganhar dinheiro de ir trabalhar interno, término de ensino médio e não precisava de nível superior, eu estava aguardando ainda a tentativa de um curso de nível superior, a possibilidade de querer trabalhar (Maria da Graça é policial militar do Estado de Sergipe). Eu estava no limbo, não sabia se eu trabalhava, se eu estudava, então estava

no limbo, nessa possibilidade de querer trabalhar, querer ter minha grana, sem entender o que era a Polícia Militar, fiz o concurso da polícia militar sem entender o que seria essa vida (Maria da Graça é policial militar do Estado de Sergipe).

Ângela- Então eu fiz concurso público, tinha acabado de passar na faculdade, tinha parado de trabalhar tinha algum tempo, porque estava me concentrando para entrar na faculdade. E jovem, começo da vida, queria ter meu dinheirinho. E aí, meus pais não queriam que eu fizesse. Aí eu arrumei o dinheiro, aqui, ali, um pedaço aqui e outro ali e acabei fazendo o concurso (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

A necessidade das mulheres de se colocar cada vez mais cedo no mercado de trabalho e garantir uma “estabilidade” financeira, decorrente da aprovação em concurso público estadual, é a oportunidade vislumbrada por muitas de nós mulheres para ter a tão sonhada independência econômica, sendo essa a meu ver uma das principais motivações para adentrar na carreira policial.

As relações de poder que envolvem homens e mulheres atreladas a princípios que versam sobre a hierarquia e a disciplina, que são elementos pragmáticos impostos tradicionalmente pelas Forças Armadas, e que atingem seu ponto máximo durante o processo de desconstrução e “re-construção” do indivíduo, através dos ritos de passagem, dos símbolos e cerimônias, que reafirmam a estrutura e estão intrinsecamente ligados à sistemas sociais como o Patriarcado.

Observei enquanto pesquisadora que as palavras: medo, pavor e nojo, foram repetidas diversas vezes durante as entrevistas com as interlocutoras, seja para nominar as sensações vividas durante os abusos e violências praticados por homens e mulheres na polícia, ou como forma de catarse, algo que me fez refletir o quão nocivo para a mulher ver seu agressor todos os dias quando vai trabalhar, e ter de suportar em silêncio as violências, essa mulher “re-vitimizada” e socialmente invisibilizada.

Ângela- Então, eu lembro muito do medo, uma coisa que a gente sentia o tempo todo era o medo, desde quando passei no concurso, teve um momento que a gente tinha que ir pra PM, pra fazer o exame médico e ninguém foi avisada de nada, e aí, só que teve uma menina que chegou pra mim e disse: Ângela, meu irmão falou pra ir de top com um shortinho por baixo, só que outras meninas não tiveram esse aviso, então teve gente que tava sem sutiã, teve gente que tava com calcinha fio dental, teve gente que teve de escutar comentários terríveis (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

Embora tivessem duas enfermeiras dentro da sala , parecia que a gente tava correndo risco de algum abuso por conta dos comentários dele (médico militar), eu lembro que a gente ficava meio que se juntando sabe, 40...45 meninas, e eram meninas mesmo, acho que a mais velha devia ter uns 24... 25 anos, e a gente tava muito vulnerável e eu lembro que quando começou, quando a gente começou esse processo, quando eu sai da sala eu lembro que eu sentia muito medo, e quando chamaram a gente pra ir pro quartel eu fui, mas eu fui me arrebatando de medo sobre o que ia rolar daí pra frente (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

A mesma mulher que vai atender as denúncias de agressões contra mulheres durante o trabalho, efetuar as prisões em flagrante, e que vão cumprir os mandados decorrentes de medidas protetivas, mas que quando retornam para seu alojamento nos quartéis ou nas salas do setor administrativo vivenciam a reprodução dessas violências no seu ambiente de trabalho, tendo inclusive por obrigação legal prestar continência a seu agressor (a continência é o bom dia do militar, é considerado um cumprimento como um aperto de mão).

Durante o curso de formação e aperfeiçoamento da carreira, nessa fase de transição entre o mundo civil e o militar, essas mulheres se tornam seres *isomorfos*, pois estão condicionados a vivenciar as mesmas realidades que os homens, nos espaços de poder, por isso, também serão seres *isomorfos e neófitos*.

Tomando como base as teorias desenvolvidas por Victor Turner (2013), estão no entremeio assim como seus colegas, nem dentro nem fora, decorrente de sua condição '*betwixt and between*', frase que Victor Turner (2013) usou para capturar a essência de sua teoria da liminaridade, algo que representa uma característica central da estrutura, teoria que ele desenvolveu no final da década de 1960, com o objetivo de analisar os ritos de passagem dentro de sistemas socioculturais tribais.

Outra questão que acho relevante ser abordada na dissertação, em relação as narrativas das entrevistadas, e com base no processo de liminaridade pesquisado por Turner (2013), é a concepção sobre o corpo da mulher durante essa fase de transição, no período que ela não é mais uma civil, mas também ainda não é uma militar.

Nesse período de transição de mundos e desconstrução do ser civil para a nova fase enquanto militar, seu corpo simbólico é também representado socialmente, pois defendo que ocorre um processo sistemático de construção da figura da mulher na instituição policial, é como se antes de se tornar uma militar a mulher fosse dona de si, de seus desejos e vontades, e inclusive de seu corpo simbólico, durante a fase do curso suas vontades, desejos passam a ser controlados por outros.

O preço pago por uma mulher por se permitir estar vivenciando suas conquistas profissionais nos espaços de poder de uma Instituição Total, conforme Arnold Van Gennep (2018), buscando encontrar ser encaixada nesses espaços, que antes tradicionalmente eram restritos à sua presença, e ainda durante o curso quando passa a usar a farda militar, cantar os hinos e marchar, ou seja, ter mais contato com os símbolos e rituais, em um determinado momento ela tem seu corpo simbólico apreendido pela instituição a qual passa a vivenciar o fenômeno do pertencimento.

Seu corpo simbólico Moreira (2010) passa a ser um corpo institucional, contudo existe uma particularidade nesse fenômeno, ela não está completamente inserida aos olhos dos outros membros do grupo (masculino) pois não possui a virilidade, nem masculinidade, tomando por base a pesquisa de Damasceno (2014), ou o *ethos guerreiro*, teoria desenvolvida por Celso Castro (1990).

A mulher militar tem seu corpo simbólico relacionado ao sistema de dominação patriarcal, ela é mãe, mulher, um ser considerado pelos outros colegas e superiores homens como fisicamente mais vulnerável em relação a eles, então a policial terá de provar aos seus colegas de farda conseguir fazer tudo que eles fazem no trabalho e guardar os segredos, isso engloba os assédios sofridos.

A lealdade ao grupo que também faz parte do *espírito militar* Celso Castro (1990) inclui calar/omitir sobre situações vexatórias vividas durante os rituais militares e no curso de formação e aperfeiçoamento. Mesmo que essas atitudes sejam totalmente contrárias aos seus costumes e que a mulher saiba que em situações extra quartel seriam consideradas violências ou assédios, ela calará para que possa ser aceita pelos demais colegas e finalmente ser de fato aceita de forma tácita, a fidelidade ao grupo será posta à prova dentro das relações interpessoais, calar sobre os abusos e violências vistas e sofridas é uma escolha até certo ponto necessária para ser acolhida no grupo, não sofrer represálias de superiores e colegas, obedecendo essa rigorosa ordem interna de costumes.

Maria das Graças- eu não me lembro de ter passado por algum tipo de ritual desses, diretamente do trote, não me lembro, dentro dos cursos que eu pude participar, dentro da instituição, mas **eu entendo que seja uma forma de representar boas-vindas ao curso**, que era pra ser uma forma divertida de acolher aqueles que vão fazer o curso, mas muitas vezes não é, **porque a pressão é muito forte, muitas vezes é agressivo, parece ser humilhante, parece violento**, mas assim, eu não me lembro diretamente de ter passado por esse tipo de ritual (trote) mas o que já tem na própria instituição (a

ralação) o que seria a ralação? Seria muita ... é... (PAUSA) humilhação, seria o que? Não me recordo de algum tipo de ritual desse (Maria das Graças é policial militar do Estado de Sergipe).

Ângela- Então assim, nas unidades é que a gente observa mais isso e pelo que eu já vi, **eu tive uma experiência fora na Força Nacional, e lá é recorrente no país todo, nas unidades, em algumas unidades você chega e tem que pagar a pizza** pra àquela equipe de serviço que está de serviço com você, **o batismo** seria isso! Há, **mas se não quiser pagar? Tem a retaliação, aí para quem está lá é divertido**, e curso dentro das unidades sempre tem aquela coisa que **você olhando de fora parece absurdo**, entendeu? **Algum tipo de e castigo físico ou humilhação moral**, mas para quem tá ali no meio faz parte de um ... de **um contexto pra que você desenvolva o querer fazer parte o espírito de corpo, pra que você não seja rejeitado, o sofrimento agrega**, eu lembro de ouvir isso num curso, pra que você queira fazer parte daquela turma, então **eu já vi isso, já passei algumas experiências, apesar de hoje eu ver como absurdo, na época eu não via nada demais** (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

Em tempo, comungo com a teoria desenvolvida pela historiadora Rosemere Moreira (2010) no artigo denominado de “*Virilidade e o corpo militar*” a autora entende que a capacidade guerreira é uma das principais características históricas da percepção sexual dimórfica, a pesquisadora investiga o corpo militar e as construções simbólicas históricas sobre os corpos pensados como femininos e a virilidade, através de justificativas simbólicas da necessidade de incluir as mulheres nas polícias.

Rosemere Moreira (2010) defende que o corpo do guerreiro se confunde ao discurso patriarcal, materialista e ao mesmo tempo, a autora exemplifica a percepção de gênero nas Forças Armadas. Nesse contexto, resultam velhos e novos embates sobre o corpo simbólico, objeto de pesquisa de cientistas como Le Breton (2006) no entanto seu nascedouro surgiu na década de 1960, e se solidificou durante a Revolução Sexual nos anos 70 do século XX.

Moreira (2010) entende que o corpo é uma ficção mental, e está intimamente ligado a uma série de concepções mentais, a uma imagem que se renova continuamente em sentidos simbólicos, em especial chamo a atenção para o corpo simbólico das mulheres policiais identificadas por Rosemere Moreira (2010), durante essa premissa, pensar o corpo da militar é refletir sobre a própria construção da masculinidade, nesses espaços de poder.

A militarização funda-se no sentido de virilidade, ao mesmo tempo em que cria o sentido da diferenciação (MOREIRA, 2010, p. 323).

O perceber-se enquanto grupo e a crença na superioridade física e moral a partir de uma representação coletiva de força, coesão coletiva que forja a coesão e a homogeneidade, características essas relacionadas a intensa disciplinarização do corpo.

Na cultura militar os discursos sobre a fragilidade do corpo da mulher, atrelada ao distanciamento da força viril, onde o ethos guerreiro é atrelado a paternidade e proteção da família pater-nuclear, diminuem a tolerância com relação à violência (MOREIRA, 2010, p.325).

A historiadora Rosemere Moreira (2010) explica que existe um afastamento simbólico do corpo da mulher às armas, em virtude da capacidade e de combate, e de infligir violência, que se encontra no corpo dos homens, entende também, que o corpo da mulher não foi simbolicamente constituído biologicamente para ser explorado, classificado e inventariado, ser um objeto de controle.

Nesse viés, entendo que as representações narradas pelas interlocutoras revelam experiências simbolicamente construídas que possuem elementos de interseccionalidade com a concepção do corpo feminino nas polícias militares do Brasil.

Creio ser importante ressaltar que a dissertação não possui em si um caráter de denúncia ou crítica a Polícia Militar de Sergipe, mas por se tratar de uma pesquisa feminista, entendo que ela deve dar voz as mulheres que fazem parte dessa corporação, promovendo a reflexão sobre o tema, e concebendo a necessidade de ressignificar o entendimento do sistema de Segurança Pública sobre as Relações de Gênero e visibilidade das violências e assédios desde o ingresso dessas mulheres na carreira, e após no âmbito interno de suas corporações.

O título “do quartel pra dentro” reflete a experiência autobiográfica de uma pesquisadora e policial militar, que vivencia de perto e de dentro essas violências e assédios decorrente do gênero e que entende a necessidade de não calar sobre esse doloroso fenômeno que acomete as Forças Armadas, a necessidade da investigação científica desses fenômenos sofridos por policiais femininas dentro dos espaços internos da PMSE, e negligenciados pela organização militar, pois tenho a esperança pessoal que a reflexão imposta a partir da leitura dessa dissertação contribua para a fomentação de políticas de prevenção e proteção contra os assédios sofridos por essas profissionais de segurança pública no ambiente de trabalho.

Em tempo, quero esclarecer que o machismo estrutural está enraizado na sociedade, ele não se restringe as organizações militares, e que os integrantes das polícias vêm dessa sociedade machista, mas gradativamente observo mudanças comportamentais positivas nos espaços internos das unidades policiais, sejam eles de advindos de homens e mulheres, especialmente na forma como se constituem as relações de gênero dentro dos quartéis, eles estão mais informados e elas mais cientes de seus direitos enquanto seres humanos e agentes de segurança pública.

Percebo que elas avançam para um contexto positivo em relação a diminuição gradativa dos assédios um dos motivos é devido ao acesso as informações e possibilidade de divulgação por meios virtuais de denúncias, a criação da Ronda Maria da Penha em Sergipe, a intervenção de Órgãos ligados ao Judiciário e a atuação de Delegacias de Grupos Vulneráveis, contribuem para o encorajamento das policiais em não permanecer caladas aos abusos e assédios de que são vítimas, sejam eles praticados por homens ou mulheres superiores hierárquicos.

Contudo, por que as denúncias não ocorrem na mesma progressão das violências? É interessante refletir sobre um caso fictício para que o leitor entenda a dificuldade de uma policial em denunciar um assédio físico ou moral, ou até mesmo uma importunação sexual dentro dos espaços físicos do quartel.

Darei um exemplo fictício: Joana é soldado e trabalha numa unidade administrativa sendo que na sala principal está Joana e outra policial de mesma graduação, colegas de trabalho, seu comandante é um Capitão que certo dia chama Joana para a sala dele, com o objetivo de tratar sobre escalas de serviço do efetivo militar na sua unidade na qual a soldado Joana era responsável em confeccionar, ao adentrar na sala do comandante, Joana é assediada sexualmente por ele com propostas indecorosas e que afetam sua dignidade como pessoa.

Joana muito abalada, recusa a proposta sexual de seu chefe, e mentalmente transtornada volta a sua sala e conta o que aconteceu para sua colega de trabalho, do outro lado da sala seu chefe a observa pelo vidro. Joana começa a chorar e após contar o que ocorreu, pergunta a sua colega se sabe qual local ela poderá fazer a denúncia de importunação sexual? A colega diz que existe a Corregedoria da PMSE, que pode apurar via Processo Administrativo o caso descrito, mas ressalta que na PMSE não há um local específico e seguro destinado a possibilidade de atender esses casos e ela ser acolhida.

Então Joana psicologicamente abalada em consequência da investida sexual do seu comandante, espera seu serviço acabar para depois a tarde ou no dia seguinte, depois de ver seu algoz durante todo o dia de serviço, inclusive tendo que lhe prestar continência (o bom dia, ou o até logo do militar) Joana se dirige a Delegacia de Grupos Vulneráveis, no intuito de relatar o ocorrido e finalmente poder tomar uma providência sobre o caso.

Chegando na Delegacia de Grupos Vulneráveis, mesmo depois de pedir a opinião de outras colegas policiais militares que veementemente desencorajaram a ir em frente com a denúncia do abuso sofrido, aguarda ser chamada pela delegada para finalmente ser ouvida, nesse pequeno momento enquanto aguarda no banco da delegacia, um turbilhão de pensamentos passam pela cabeça da soldado Joana, a partir daí ela começa a ponderar se deve ou não seguir em frente com o Boletim de Ocorrência e possível processo contra o seu comandante.

Joana entende que se seguir com a denúncia, terá de ver seu agressor dia a dia pois não será transferida imediatamente da unidade em que trabalha, a não ser que ele queira, a soldado Joana teme em ser transferida para um município muito longe de casa, pois iria desorganizar toda a sua estrutura de organização familiar e estudo.

Enquanto isso, a soldado Joana lembra dos conselhos de outras colegas policiais que dizem que ela poderá ser “perseguida” pelo seu comandante, e ter o estigma de uma mulher que provocou o assédio, pois Joana é soldado e está em plena forma física, poderá inclusive ouvir que seduziu seu comandante de unidade, além disso ele poderá assediá-la moralmente em revelia, até ela chegar ao ponto de descontrolar suas emoções e cometer um desacato ao seu superior, que é considerado um crime militar e finalmente ser presa em flagrante de delito, por desacato a superior hierárquico, caso ela revidar aos seus frequentes assédios.

Diante do exposto, vemos que nossa personagem fictícia é frequentemente revitimizada, primeiramente por ter de interagir com seu agressor todos os dias no quartel e após quando vai a Delegacia de Grupos Vulneráveis é chamada pela delegada que pergunta a profissão de Joana, ela diz: Sou policial militar! Então a delegada responde com outra pergunta: Como você enquanto policial permitiu que ocorresse o assédio? Afinal, você conhece as leis e sabe que poderia combater essa violência por ser uma agente pública de segurança! Joana responde que sim, depois é questionada se tem provas da importunação sexual sofrida? gravações de áudio,

testemunhas etc. Joana diz que não! Pois sua colega de trabalho por medo não será sua testemunha, e por ele ser seu superior hierárquico preferiu ir à Delegacia de Grupos Vulneráveis uma vez que na PMSE não há um setor que acolha a mulher vítima de importunação sexual e outros assédios para que busque seus direitos.

A partir daí a soldado Joana ainda muito abalada, pondera sobre a possibilidade de não dar prosseguimento a denúncia, afinal ela rememora tudo que viveu desde o curso de formação, lembra que aceitou abusos e assédios desde início e que passou a ver com naturalidade as violências que sofria ou via outra mulher passar depois de alguns anos de serviço na caserna.

A policial lembra que seus colegas ainda durante o curso, diziam que ela era mulher e que não aguentava ser chamada por palavrões e ser desmotivada a estar na polícia, por ser mulher e fisicamente fraca em relação a eles, e que para Joana provar ser tão forte e digna quanto o masculino fez com que se calasse, pois se falasse tudo que sofreu desde o curso, sobre os abusos sofridos não seria aceita por seus colegas de pelotão e instrutores, chegando até a ser excluída do curso por ser considerada uma policial indisciplinada, e questionadora.

Após essa catarse vivida pela personagem, a soldado Joana se levanta do banco que estava sentada em frente a delegada de grupos vulneráveis, e decide que não vai prosseguir com a denúncia de seu agressor, levanta-se e vai embora.

No outro dia, a soldado Joana é de novo importunada sexualmente por seu agressor, que também diante da negativa de Joana quanto a suas intenções sexuais, passa a assediar a policial moralmente, a ponto da soldado Joana sentindo-se mentalmente e fisicamente vulnerável e sem apoio institucional, começa a desenvolver transtornos psiquiátricos e finalmente sua única saída é pedir afastamento das atividades e a retirada do porte de arma, depois desse terrível fato na vida dela, a soldado Joana nunca mais será a mesma nem no trabalho na corporação nem na sua vida pessoal.

Essa estória fictícia relatada acima demonstra toda a dificuldade que uma policial militar enfrenta para denunciar e prosseguir com a denúncia, existem elos invisíveis que unem o grupo e barreiras muito sistemáticas que versam sobre um tema muito complexo, relações ligadas por interseccionalidades, Joana gostaria de fazer um boletim e ocorrência e prosseguir com a denúncia, para que num primeiro momento pudessem cessar os assédios, e num segundo momento fazer justiça para que outras militares não vivenciassem a mesma situação que ela viveu.

Contudo, uma mão invisível a segurou pelo braço e a outra calou a sua boca, o nome delas são hierarquia militar e disciplina, ambas forjadas no *espírito militar* Castro (1990) a partir do perceber-se do *ethos da guerreira* Rosemere Moreira (2010) e a necessidade de inclusão no grupo numa *Instituição totalizante* Castro (1990).

Os assédios acontecem **desde o curso, isso aconteceu**, não digo que hoje isso me acontecer, mas que é constante, mas **aconteceu algumas vezes, quando eu entrei no curso de formação**, durante o curso de formação de soldado em 2002, eu me senti assediada, o termo é esse né? **Quando a gente passa pela situação, a gente não sabe dizer, não sabe o que é**, mas com o passar dos anos, com o amadurecimento profissional das situações com as leituras da própria vida, com as situações a gente vai entendendo o que é, e o que é foi o assédio sexual... Enquanto estávamos posicionadas na quadra e **gritavam no meu ouvido**, ou me falavam alguma coisa **embora não fosse algo com um teor diretamente, sexual, com uma abordagem muito direta**, mas tinha quem sabe no comportamento outras intenções, eu não posso dizer diretamente, isso também antes de iniciar o curso (Maria das Graças é policial militar do Estado de Sergipe).

Quando eu fui levar minha documentação num setor, eu lembro que na época um Oficial, eu não lembro exatamente o que foi que ele falou, mas eu lembro que eu tava com uma roupa, uma calça jeans uma blusa preta de alcinha, e **eu fui levar alguma documentação lá, e ele falou alguma coisa sobre a minha roupa, tipo: “ Com esse rabo eu comia”** eu lembro **que foi uma coisa horrorosa** e eu acho que na minha falta de maturidade **eu não entendia àquilo, então eu saí...** Em outro momento, já recente, **depois de dez anos em 2016, 2017... trabalhando no setor administrativo**, eu sempre brincava com meus colegas, e eu sempre digo que eu não entendo outras palavras, pra mim eu não entendo como um discurso tenha outras intenções, pra mim eu entendo um discurso direto, se não for direto comigo eu não consigo entender, e eu lembro que **estava em viagem de trabalho, eu e um oficial**, e **ele fez um comentário** e nós estávamos no almoço, no salão onde tinha a comida, e **ele fez um comentário**: estávamos falando de comida, **então ele olhou pra mim e disse: “é ! Mas essa galinha eu comia! ”, inclusive comia ... viu?!**

E eu não entendi, depois de muito tempo foi que eu entendi ...que ele estava falando de mim, se referindo a mim, e **então na época eu conversei com meu chefe** e na hora eu fiquei sem ação, eu não conversei nada, e eu sempre tive um comportamento que se ele conversasse diretamente comigo, talvez, eu perceberia que ele tava com outras intenções: com paquera com assédio, e **eu falei com meu chefe e ele falou: O que é isso??** Com certeza que eu já, passei por situações, **algumas veladas e me senti muito constrangida, nojo, nojo daquela situação, sem saber**

como reagir, e a gente passa pela pessoa que fez isso e a gente não quer nem olhar pra cara da pessoa, e a gente tem que olhar, tem que cumprimentar, com o símbolo da continência, os sinais, **dar continência que é próprio de uma hierarquia militar, tive nojo, constrangimento de raiva, e eu tenho que passar e ainda falar,** dar continência por ser um superior hierárquico (Maria das Graças é policial militar do Estado de Sergipe).

Ângela- O assédio ocorreu algumas vezes, eu lembro que eu era bem novinha, não era comum soldado de polícia fazer faculdade, e tinha um oficial que trabalhava comigo que estava fazendo CAO, e tinha que fazer um texto como uma monografia e **ele exigiu que eu ficasse dois dias à tarde, com ele, para ajudar a fazer a monografia dele, e eu perdia a aula na Universidade, mas eu não tive reação porque não tinha como dizer não!** Foi assim, bem, eu lembro bem disso, aí depois ele ficou assim, ele tirou uma nota boa, aí ele me deu um dia de folga por um serviço que ele exigiu que eu fizesse.

E assédio moral outra situação, que teve um outro Oficial que até hoje eu detesto! que me mandava ir pro QCG à tarde, aí eu trabalhava na Atalaia e às 16:40 ele mandava eu sair da Atalaia e ir pro QCG, mas não tinha ninguém lá, eu ia só pra voltar, independente do que tivesse durante o dia...**Eu lembro de pedir pra ser transferida e ele disse: daqui você só sai quando eu quiser! E pra onde eu quiser! Há!!! Mas àquilo me deu um ódio uma sensação de impotência,** uma coisa tão terrível e hoje me dói! Tendo de passar por essa criatura fardada e eu ter de prestar minha continência!

Tiveram outros casos pontuais, mas eu sei lidar e não geraram consequências maiores na minha cabeça, mas essa duas ficaram mais, mas essas duas são situações que eu não me exponho a passar por elas de volta, então quando eu percebo que estão chegando, eu corro por fora, para tentar resolver **essas situações, porque marcam e não é bom!** (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

Em virtude dos fenômenos das violências narrados até aqui, entendo que a criação de setores internos na corporação que acolham essas denúncias dentro dos espaços internos das unidades e batalhões seria uma alternativa para essas policiais, criando assim um ambiente seguro e acolhedor as vítimas, além do afastamento no ambiente de trabalho dessas mulheres dos seus agressores, para que não sejam cotidianamente re-vitimizadas, além do acompanhamento psicológico policial e a sua família.

Creio que a possibilidade de coibir a transferência de unidade para locais distantes de onde reside, dificultando a sua rotina já estabelecida na criação dos filhos,

no estudo ou na interação com a família, como forma de sanção como tentativa de calar a vítima, re-vitimizando ainda mais essa mulher, é importante também o afastamento imediato das funções policiais ostensivas e administrativas do agressor, que deve também passar por um processo de re-socialização, além do devido processo legal respeitando os princípios da Ampla Defesa e do Contraditório e o afastamento legal da vítima, através do que versa a Lei Maria da Penha.

Discutir o tema das violências de Gênero desde os cursos de formação e aperfeiçoamento da carreira que proporcionam o encontro de um número significativo de militares, seja no ingresso na organização militar seja no aperfeiçoamento para a progressão da carreira, através de palestras e disciplinas que promovam dentro da instituição reflexões sobre a prevenção e proteção quando se trata de Relações de Gênero, creio que todas essas medidas poderiam ser pensadas como possíveis saídas para inibir cada vez mais o surgimento de mais vítimas.

Outro aspecto é de que forma as cerimônias militares podem ser ressignificadas a ponto de ao invés de reproduzir o machismo estrutural, passar a coibir e refletir as violências, pois sei que as tradições militares alicerçam a estrutura do militarismo, são elas que formam o indivíduo, e através dos símbolos, signos e rituais essas tradições são constantemente rememoradas e reafirmadas.

Creio que seria ingenuidade minha acreditar que rituais e cerimônias nos cursos de formação e na carreira militar rapidamente poderiam ser abolidos ou substituídos rapidamente da cultura militar, muito do que acontecia no passado como trotes ocorrem em menos frequência, mas ainda sob forte a égide do segredo.

Maria da Graça- Eu acredito que diante do contexto que eu observo hoje, houve sim, uma cerimônia de iniciação, na época não houveram essas palavras, foi uma semana zero, como hoje dizem isso, entrei em 2002 como primeiro emprego, no concurso, assim, a primeira semana era aquela que eles diziam na época que era uma semana de adaptação, mas era uma semana em que nós éramos chamados de “bichos” usávamos os “bichoformes”, que seria o nosso uniforme, que era um tênis preto, se eu não me engano, uma calça jeans uma blusa branca, os homens com a cabeça raspada, as mulheres tinham os cabelos muito presos, e a pressão psicológica era muito forte (Maria da Graça é policial militar do Estado de Sergipe).

Ângela- Ficávamos muitas horas debaixo de sol e debaixo de chuva, se tivesse chuva era em baixo de chuva, especialmente nas primeiras semanas, acho que as duas primeiras semanas, sol, chuva, muitos gritos, que a gente levava e a gente tinha que

fazer rastejo, tinha que fazer corrida, e não bastava que fosse do jeito que a gente sabia fazer, tinha que ser do jeito que os superiores queriam, que àquelas pessoas que estavam comandando, que estavam a frente do nosso curso que na época foi CFSd (Curso de Formação de Soldado) ...como eles queriam que a gente fizesse, era pressão psicológica muito forte, diferente da vida civil que eu conhecia, sai de uma vida civil, pra tentar entrar numa vida militar, e tive que passar por muita pressão psicológica, eu posso dizer, que pra mim era humilhante, era muito humilhante, porque eu não era tratada de maneira delicada, educada, fazendo um curso, porque eu estava fazendo num curso para uma vida profissional, para iniciação de uma vida profissional, e fui tratada com um bicho, como uma pessoa que tinha de passar por uma pressão psicológica para entender o que era a vida militar (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

E na primeira semana você era tratada como um bicho mesmo, era grito por cima de grito, eu lembro que era gente pegando micose, por estar se arrastando naquela lama, é... Era um tratamento bem ruim, e aí quando começam as primeiras semanas era bem intensa, eles faziam com que você se sentisse menos que um humano, o tempo todo (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

Pensando inicialmente nos múltiplos sistemas de dominação da mulher e na precariedade de ações institucionais em promover ações preventivas e combativas no âmbito das violências de gênero Forças de Segurança Pública ressalto que o estigma da violência pode influenciar na atividade laborativa desenvolvida por essas mulheres, comprometendo o trabalho no campo da segurança pública, pois a mesma mulher que impede as violências de outras mulheres nas ruas, em serviço, também são vítimas nos espaços internos de seus alojamentos e salas nas unidades militares.

Transformar a política educacional interna da PMSE que a meu ver serve apenas como uma forma de controle de um gênero historicamente hegemônico sobre outro que tradicionalmente é segregado e excluído, deveria ser uma das principais ações dos centros de formação na PMSE, para que as disciplinas pudessem ser voltadas a temas ligados à proteção e garantia de direitos a grupos considerados mais vulneráveis na sociedade.

Compreendendo que a proteção dessas mulheres decorrentes do abuso e violências de gênero durante as relações de poder nos cursos internos é fundamental, pois algo que deveria ser garantido a elas desde o ingresso devido a sua própria condição de ser humano é muitas vezes é negado não só pelas polícias militares, mas por todas as Forças de Segurança Pública, que em tese tem a obrigação preservar a vida e os direitos mais fundamentais previstos na Constituição Cidadã de 1988.

Construir uma abordagem protetiva e segura, é algo mais que necessário, mas não apenas como uma ação de marketing e supervalorização da “imagem institucional” nas organizações militares mas uma política saneadora de combate as violências de gênero, que deve ser iniciada de “dentro para fora”, para que as policiais não sofram os assédios morais, físicos, psicológicos por seus superiores, nos quartéis e unidades operacionais e administrativas em que desenvolvem sua atividade laborativa, nem que esses policiais reproduzam externamente na sociedade civil essas violências, a garantia às vítimas que os agressores sejam punidos, e não voltem a replicar tais violências é o primeiro passo para que essa policial sintá-se segura no seu ambiente de trabalho.



Fig. 03. Fonte: Arquivo pessoal –Formatura CFSd/PMSE-2002, Município de Aracaju, em 2002.

3.2- A incorporação do "*ethos da guerreira*".

Nesse prisma, compreender a importância dos símbolos militares nos rituais de passagem durante os cursos de formação, é fundamental, pois amplia a compreensão da importância desses elementos incorporados ainda na fase inicial de ingresso dos policiais, que são tão significativos para entender como se dá a construção *ethos da guerreira* Rosemere Moreira (2010), a partir da investigação científica no campo da Antropologia a partir das representações sociais solidificadas na caserna, isso nos dá norte enquanto pesquisadores do quanto a cultura militar está incorporada no *est modus entis* do policial.

Maria das Graças- Eu acho complicado tratar sobre essas representações, eu entendo que muitas instituições tem isso como um fortalecimento da imagem, como agregar esses rituais, agregar esses símbolos, a própria instituição como uma forma de mostrar o que a instituição representa, quem é a instituição, a missão, os valores, enfim, pra mim é complicado porque eu não me sinto realizada, não é um trabalho que eu estou realizada, **e em qualquer lugar que eu esteja que eu veja um símbolo, que eu veja ou que eu ouça um ruído da polícia, muitas vezes me traz pavor, pavor!** Porque a gente vai vendo atrás um histórico da minha carreira militar que me incomoda. (Maria das Graças é policial militar do Estado de Sergipe)

Vamos falar do curso de formação, **quantas horas tivemos que ser obrigados a estar cantando, cantando e cantando àquele hino, àquele hino não me traz a menor alegria**, àquele hino da Polícia de Sergipe, não me traz o menor senso de alegria de satisfação. **Sabe porquê? Porque foi uma etapa dolorosa** que eu carrego por toda a minha carreira, então assim, quando eu lembro de um hino militar, **eu tenho pavor**, eu não quero está, aí como é bonito esse hino! Porque é mentira, como me fez mal aprender aquele hino na época do curso, e vamos tratar de outras simbologias é algo que não me traz coisa boa em mente, tem o meu fato pessoal de não aceitar de não ser realizada, mas tem o fato de ter muitas insatisfações enquanto ser policial, eu tenho muitas insatisfações na minha instituição, sabe porquê? Porque é muita demagogia, muita hipocrisia, eu vejo, de tentar manter uns valores bonitos, uns valores que possam elevar a imagem da instituição, mas que de fato na prática da carreira não existe isso, então **quando eu lembro especialmente do hino da polícia militar eu tenho pavor!** **Porque as recordações ruins da época de curso que me trazem essa sensação**, então para mim é ... representa pavor, minha representação é pavor (Maria das Graças é policial militar do Estado de Sergipe).

Ângela- Então, eu acho que ao longo desses quase 21 anos **eu aprendi a gostar**, você escuta começa a cantar, é aquela coisa que o pelo da pele arrepia na formatura, quando começa a cantar o hino, **a bandeira tem uma sensação de respeito, de fazer parte, mas aí é a construção, né! Você é submetido àquilo**, então quando eu sai do curso e fui pra um lugar que era operacional, depois fui pra outro, depois fui trabalhar no administrativo e tal, mas **sempre mantendo aquele vínculo com aquele pessoal a partir do espírito de corpo**, você acaba gostando daquilo que aquele grupo gosta, fazendo parte, as armas, aquela coisa de entender qual é a munição que vai em qual arma, a forma certa da formação, não sei, eu e aquela simbologia toda da farda que tá atrelada a tudo isso, **acaba fazendo parte de alguma forma de quem você é, talvez eu tenha a oportunidade de passar por um processo de desconstrução**, mas até agora eu sinto que é isso, **como se fizesse parte de mim, de quem eu sou** (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

Porém entendo que é perceptível ao longo dos anos que estou nessa instituição que à medida que ingressam mais mulheres nas organizações policiais, essas mulheres vão pouco a pouco transformando os espaços de poder e incorporando outros elementos e significados às tradições militares num processo dinâmico de ressignificação das tradições, seja de inovação dos rituais e cerimônias que se estendem as relações interpessoais entre homens e mulheres na caserna, passando ao surgimento de relações consideradas mais inclusivas em relação ao gênero.

Neste prisma, ressalto que o machismo estrutural não se dá apenas do homem em relação a mulher, esse fenômeno social que possui vários elementos e que nasce a partir do sistema patriarcal e fortalecido por explorações históricas, econômicas e sociais do corpo físico e simbólico da mulher na sociedade e também em instituições Totalizantes como as Forças Armadas, em especial nessa dissertação na Polícia Militar do Estado de Sergipe, também podem ocorrer por força das relações de poder entre mulheres de patentes hierárquicas mais altas em relação as mais baixas, sendo um fenômeno que tem um efeito *erga omnes* na organização militar.

Maria das Graças – No primeiro curso que eu fiz em 2002 quando eu ingressei não tinha uma mulher como instrutora, tinham poucas mulheres que trabalhavam lá, me recordo que só uma, mas não era instrutora (Maria das Graças é policial militar do Estado de Sergipe)

Ângela: Sim, lembro de uma situação bem clara na minha mente, **os instrutores observando as alunas, como se estivessem loteando gado**, ou alguma coisa, eu lembro que no meu curso de soldado a 21 anos atrás, **chamaram uma Oficial** mais graduada **e colocaram todas nós no auditório trancado e eu lembro que foi pesadíssimo o clima, insinuando que fulana tem caso, com não sei o que... não sei quem**, era meio que **como incitando umas contra às outras...Eu lembro que eu saí muito mal, eu lembro que teve uma menina que saiu chorando**, que o pai dela no outro dia foi lá, mas **eu saí daí me perguntando: “Meu Deus o que é que eu tô fazendo aqui? Porque você era humilhada o tempo todo!**

Na minha formatura de soldado teve uma colega que estava com o marido e o filho próximos, olhando para ela e uma Oficial, uma mulher, veio... e **a meia da minha colega puxou o fio, e uma coisa absurda você colocar uma mulher de meia e de salto alto pra marchar na formatura, não sei quantas horas no sol** porque ninguém sabia quando o governador ia chegar, e **a meia dela puxou um pouquinho o fio e a oficial chegou pra essa menina e falou: “você está levantando a saia pra seduzir os Oficiais? Que tipo de vagabunda você é?**

E isso ela estava puxando saia para cobrir a parte da meia que o fio estava puxado, só isso, **e o marido e o filho vendo isso, assim perto, uns três metros, e eu tenho ódio dessa mulher (oficial) até hoje... A gente já tem 5 mil homens para desgraçar a mulher**, porque eu lembro que me diziam que mulher quando entra na polícia ou é **POTCHA! Ou é PUTA! Ou é DOIDA! Você escolhe onde você vai se enquadrar**, e isso para mim, hoje, eu vejo que é tão absurdo! Que **eu não tolero ninguém isso dizer na minha frente, uma mulher que entra na polícia é: POLICIAL!** (Ângela é policial militar do Estado de Sergipe).

A mulher que entra na polícia é profissional de Segurança Pública, se respeite! E me respeite! Porque eu **não estou aqui para servir você e nem para ser protegida por ninguém, estou por mérito próprio** para proteger a população! Já discuti em relação a isso, e hoje esse tipo de coisa tem havido uma conscientização maior entre as mulheres que estão entrando e as que estão na polícia porque as que estão entrando tem um nível de maturidade maior, e não se as sujeitam mais a isso...

Você trancar 40 mulheres numa sala para dizer que vocês são VAGABUNDAS! Se comportem! E exigir, porque essa é uma postura de hierarquia e comando que um policial vá falar, vá dizer isso para a gente, então você vê que a violência parte de todos os lados, é institucional e que está ali para ferir! Tanto que faz o discurso quanto quem está lá para ouvir, **é absurdo em tantos níveis**, sabe... tem tantas camadas, aí que acho que tem de ter um estudo só para destrinchar isso.

A literatura científica que investiga empiricamente os enfrentamentos cotidianos das mulheres que estão inseridas nas polícias militares, ainda são poucas, e contém alguns desafios para àqueles que se dispõem a pesquisar esse tema, primeiro, pela dificuldade de acesso a um grupo humano muito fechado em si, onde o segredo institucional faz parte de uma política interna entendida como necessária para a manutenção da própria corporação e preservação dos status de poder existentes a décadas.

A necessidade por parte das Forças Militares de conservação dos valores dos grupos hegemônicos e perpetuação da dominação dos homens sobre as mulheres, ressaltados por valores tradicionalmente constituídos internamente que promovem a masculinidade e a virilidade como critério de força e conseqüentemente justificativa para exclusão das mulheres dentro dos espaços de poder, aliados ao machismo estrutural e fortalecido pelos rituais e tradições militares.



Fig. 04. Fonte: Arquivo pessoal –Formatura CFSd/PMSE-2002, Município de Aracaju, em 2002.

A necessidade de pertencimento das policiais aliada a doutrinação imposta desde a fase de passagem nos cursos de formação da carreira, impedem que a policial denuncie os assédios vividos na caserna, fazendo com que aquilo que ocorre “do lado de fora”, ocorra “do lado de dentro” das organizações militares, mas que felizmente pouco a pouco esses fenômenos estão sendo descortinados.

Em segundo plano, percebo que as mulheres sentem medo, culpa, vergonha e frustração por não conseguirem romper com o ciclo das violências de gênero dentro das instituições que fazem parte, reflexos dos efeitos das maléficas violências vividas cotidianamente na sociedade como um todo, afinal ainda somos criadas para ser mães, esposas e donas de casa, mas creio que estamos modificando esse cenário social a medida que temos a percepção de que o assédio sofrido não deve ser naturalizado, percebi isso através dos relatos transcritos a partir das entrevistas semiestruturadas e das conversas informais que tenho até hoje com colegas de trabalho.

3.3- Do quartel pra fora.

Creio ser pertinente escrever sobre alguns fatos recentes que observei enquanto pesquisadora ainda na fase de coleta no campo, e análise do objeto de pesquisa, e que são de conhecimento da sociedade, através da divulgação de

informações e reportagens sobre cerimônias e eventos da Polícia Militar de Sergipe, através da reprodução de fotos em fontes/redes abertas de mídias sociais como o Instagram oficial da instituição.

Início analisando enquanto pesquisadora um evento comemorativo ao dia da mulher, na semana que antecedeu o dia 08 de março do ano de 2023, evento que foi primeiramente divulgado via boletim interno e após nas mídias sociais oficiais da PMSE, além disso, ocorreram vários eventos internos e externos no Quartel Central Geral (QCG) todos alusivos ao dia Internacional da Mulher, onde foi determinado verbalmente que cada unidade enviasse um número mínimo de três mulheres para compor público para esses eventos, não sendo facultado as mesmas a possibilidade de escolher se queriam ou não ir a essas comemorações.

Outro aspecto que chamou a atenção enquanto antropóloga da caserna foi o fato de em momento algum existir a discussão sobre violência de gênero no âmbito interno da Polícia Militar e muito menos, a proposta sobre uma reforma na grade curricular dos cursos de formação e aperfeiçoamento com a finalidade de dialogar sobre gênero, ou incluir o público masculino interno da corporação, através de palestras, mesas e grupos de trabalho ampliando a reflexão sobre o tema violência de gênero.

Delegando aos integrantes da Ronda Maria da Penha a possibilidade de diálogo via palestra ministrada num evento ligado não a PMSE, mas a Associação de Mulheres da Segurança Pública (Assimusep), que ocorreu no dia 08 de março pela manhã, no Parque da Sementeira em Aracaju, que englobou mulheres profissionais de diversos órgãos e instituições ligadas a Secretaria de Segurança Pública, como: policiais civis, peritas criminais, escritãs, agentes prisionais e etc, sendo algumas associadas, assim como para a comunidade externa (civis) em geral.

Outro aspecto observado é que não existe uma aproximação com os movimentos e coletivos de mulheres trans, ou associações de apoio a comunidade LGBTQIP+ ou se há não é divulgado nas mídias sociais da instituição, nem das organizações de apoio a essa comunidade, passando a impressão de que o gênero para as organizações militares ainda está ligado a questões biológicas, e não algo construído culturalmente na sociedade.

A data de 08 de março na organização militar configurou como a transmissão de uma imagem de modernidade na corporação, assim como no passado com o ingresso das primeiras mulheres nas forças policiais pegando emprestado o

entendimento do Dr. Marcos Santana (2014), onde o reconhecimento das atividades desenvolvidas pelas policiais refletem de maneira positiva na imagem institucional dessas organizações policiais em relação a comunidade externa, passando uma imagem do quartel pra fora do desenvolvimento de uma política interna mais valorização das mulheres nas atividades policiais militares.

O machismo estrutural fica evidente em determinados rituais, cerimônias e eventos internos e externos na PMSE, enquanto pesquisadora percebi ainda recentemente um fato bastante curioso e que de tão naturalizado eu não enxergava como um exemplo claro dos efeitos do machismo estrutural que tanto afeta as mulheres no Brasil e no mundo, umas mais que outras.

Tradicionalmente nos eventos e cerimoniais internos da PMSE, sejam eles comemorativos ou solenidades mais formais, como formaturas, são entregues medalhas a civis e militares da PMSE ou de outras corporações co-irmãs do Brasil, em virtude de suas contribuições e compromisso com a organização militar.

Essas medalhas são dispostas geralmente em grandes bandejas com almofadas de veludo verde oliva envoltas em bordas de renda e brocado dourada, presas com botões também dourados, onde as medalhas estarão sobrepostas individualmente lado a lado, e carregadas por policiais militares mulheres.

As policiais estarão trajadas geralmente em uniformes de passeio (gandola com camisa interna branca, saia ou calça social e sapato preto fechado com salto não muito alto, cabelos presos sob um coque que é envolto numa rede presa ao cabelo e um laço por sobre o coque, um par de brincos que não passem do lóbulo da orelha, que pode ou não está de túnica verde oliva, completando a vestimenta) ato cheio de simbolismos tão costumeiro que presencio desde que ingressei na corporação a vinte anos e que se repete até hoje: mulheres carregando bandejas.

A imagem do corpo físico da mulher *ethos da guerreira* como entendia Rosemere Moreira (2010) está atrelada ao corpo simbólico da mulher da caserna, essas representações são perceptíveis para àqueles que se dispõe a analisar com um olhar antropológico qual a imagem da mulher na corporação, uma vez que as policiais femininas (PFem's) que trabalham em unidades de policiamento ostensivo especializado aparecem com mais frequência sejam elas pertencentes ao efetivo de batalhões como Rádio Patrulha (RP), Força Tática, Batalhão de Choque (BPChoque) e etc.



Fig. 05. Fonte: Instagram- imagem alterada pelo aplicativo Google Fotos @pmsergipe– Pelotão Ambiental–Sergipe, em 20 de abril de 2022.

As policiais que trabalham na atividade fim no policiamento ostensivo aparecem nas mídias sociais virtuais (Instagram) em maior número em detrimento das que trabalham no setor administrativo, e em maior número de fotos homens. Ocasionalmente essas mulheres estão nas fotos empunhando armas de calibres maiores, com poses e gestos sérios e imponentes, passando uma imagem de virilidade e masculinidade, em contrapartida as militares que trabalham nos setores administrativos em menor número aparecem geralmente em fotos relacionadas a datas comemorativas como o Dia das Mães, é como se houvesse um enaltecimento das policiais que trabalham na atividade fim, em contrapartida as policiais que desenvolvem o trabalho administrativo e assistencialista independente se são da patente de Oficial ou do quadro de Praças.



Fig. 06. Fonte: Instagram- imagem alterada pelo aplicativo Google Fotos-@pmsergipe-Sergipe, ano 2022.

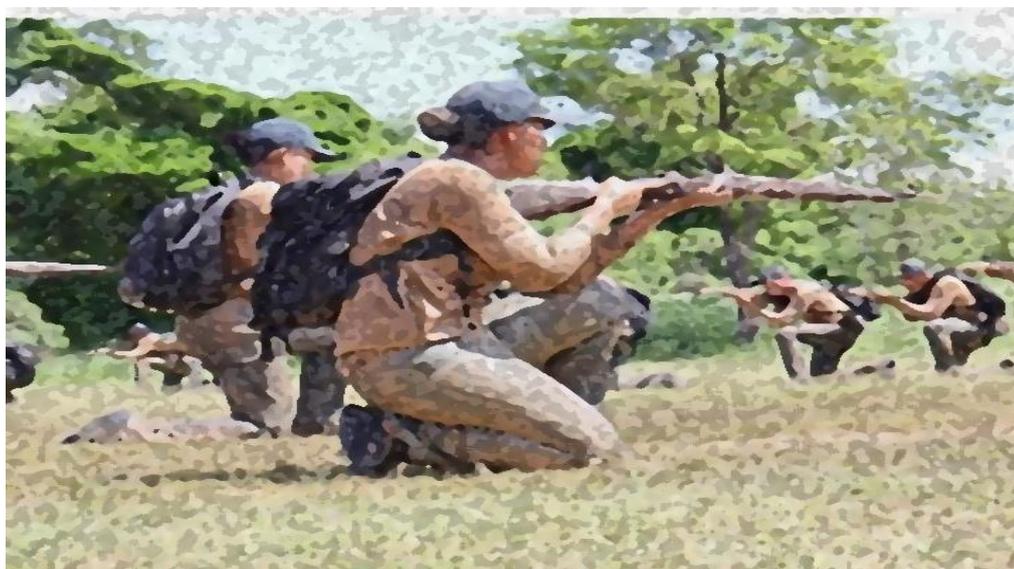


Fig. 07. Fonte: Instagram- imagem alterada pelo aplicativo Google Fotos-@pmsergipe-Sergipe, ano 2022.

Considerações finais.

Na Polícia Militar do Estado de Sergipe a relação entre hierarquia militar e o machismo perpassam questões de cunho histórico de segregação da mulher nos espaços de poder nas Forças Armadas no Brasil, mesmo não sendo restrita a essa organização militar e órgão que compõe a Segurança Pública Estadual.

A diferenciação entre os papéis sociais de homens e mulheres nas polícias e as diferentes competências atribuídas a estes, decorre de uma longa construção de cerceamentos de direitos, e dominação de um gênero considerado hegemônico pela tradição militar.

Sendo assim, a mulher que ingressar na corporação policial desde a iniciação na carreira através dos cursos de formação e a vivência dos ritos de passagem, poderá passar por violências desde o seu ingresso na PMSE, seja por assédios ou abusos de cunho físico, moral e psicológico.

Além disso, a policial vítima de violência é re-vitimizada na medida que tem por obrigação funcional cumprimentar e conviver no ambiente de trabalho com seu alzo e com o medo permanente de ser estigmatizada, perseguida moralmente na unidade em que trabalha e ou sofrer sanções seculares como ser transferida para unidades muito distantes de sua casa, além de não poder por medo de ser presa em flagrante, questionar ou responder de forma mais taxativa o seu agressor.

Neste norte, a policial militar é “doutrinada” a apreender que não possui um lugar na corporação, onde o silêncio sobre as violências e a obediência a um código de conduta tácito de silenciamento das agressões sofridas, juntamente com o desejo de perceber-se enquanto militar e sentir-se parte da instituição policial, impedem que as mulheres denunciem ou levem a frente suas denúncias sobre os assédios e importunações sexuais vividos por elas.

A negligência da corporação policial frente a essas violências que decorrem do gênero é um fato social recorrente, assim como os abusos e assédios dispensados a essas mulheres que prestam o serviço de Segurança Pública são simplesmente ignoradas, o que corrobora ainda na política do silenciamento institucional e conseqüentemente para aumento dos casos e a impunidade dos agressores, além da re-vitimização constante das militares numa Instituição Totalizante Celso Castro (1990).

O fenômeno da relação do machismo estrutural desde os cursos de formação e da carreira militar na PMSE, demonstram o quanto essas instituições totais possuem raízes muito profundas com o sistema patriarcal, e o quanto o corpo simbólico da mulher é um elemento primordial para entender as violências impostas a elas, mas apesar de gradativamente esse cenário ir se modificando a partir do ingresso de mais mulheres nas corporações policiais e a resignificação de processos históricos advindos da cultura militar como rituais, cerimônias, símbolos e signos da caserna.

Contudo é perceptível através da análise de uma pesquisadora da caserna e a sua investigação antropológica a partir de uma autoetnografia que a Polícia Militar de Sergipe avança num processo de transformação dinâmico, com a criação da Ronda Maria da Penha, que acredito ser o passo inicial para estabelecer as necessárias mudanças interpessoais entre homens e mulheres que compõem o quadro de efetivo.

Enquanto a corporação policial juntamente as demais forças de Segurança Pública, os órgãos de proteção aos Direitos Humanos e da Mulher e a sociedade ainda permanecerem sem informações decorrentes de pesquisas quantitativas e qualitativas desses fenômenos sociais e continuarem silentes aos assédios e violências nos cursos de formação e aperfeiçoamento da carreira a violência contra à mulher nesses espaços de poder as violências de gênero no âmbito da organização militar, não irão acabar.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**; Tradução Rogério Bettoni. 1 ed. Belo horizonte: Editora Autêntica, 2017.

BRAGA, Élide Damasceno. **“A mulher no serviço operacional da Polícia Militar de Sergipe: relações de poder e produção de sentido no cotidiano”**. Revista Tomo, 2014.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro. Ed. Rocco. 1997.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar- Um antropólogo na caserna**. 2 ed. ZAHAR, 1990.

CALAZANS, Márcia Esteves de Calazans. **Mulheres no Policiamento Ostensivo e a Perspectiva de uma Segurança Cidadã**. São Paulo em Perspectiva, p. 142-150, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Estudos Feministas, ano 10, nº 1, p.171-188, 2002.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1983.

FRANÇA, Fábio; SILVA, Róbson. R. **Caserna de símbolos: ação ritual, liminaridade, sofrimento e distinção na cultura policial militar**. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, v. 54, n. 3, 3 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 42ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis/, RJ: Editora Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel, **Conceitos Fundamentais/** editado por Dianna Taylor; tradução de Fábio Creder. Petrópolis/, RJ: Editora Vozes, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ed. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, p. 7–41, 2009.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

SERGIPE, Polícia Militar do Estado de. **Histórico**. Sítio eletrônico: <https://pm.se.gov.br/home/historico/> , consulta em 23 de julho de 2023.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. **Antropologia dos Militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MACHADO, Lia Zanota. **Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?** In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.), Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52^a, 2000.

MOREIRA, Rosemeri; WOLFF, Cristina. S. **A ditadura militar e a face maternal da repressão**. Espaço Plural, [S. l.], v. 10, 2000.

MOREIRA, Rosemeri. **Virilidade e o corpo militar**. Revista História: Debates e Tendências, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 321-335, 2012.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTANA, Marcos de Souza. **“Sou policial, mas sou mulher”**: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. Campinas, Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2014.

TURNER, Victor. **Floresta dos símbolos**. Aspectos do ritual Ndembu. Niterói: EdUFF, 2005.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. 4 ed. 2^a. Reimp., Petrópolis: Vozes, 2018.

ZUCAL, José Garriga. **“Nos falta manija”**: sacrificio y distinción em la formación de la Policia Federal Argentina. Revista Dilemas Contemporáneos: Educación, Política y Valores, año V, n.1, p.1-22, 201.